

**CAPÍTULO 4**  
**A POLÍTICA DE “ESPERAR PARA VER”**  
**(25 DE ABRIL – 28 DE SETEMBRO DE 1974)**

**1.As vésperas do 25 de Abril**

Apesar dos primeiros desenvolvimentos significativos da agitação entre as Forças Armadas portuguesas no contexto da dinâmica conducente ao golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974 terem coincidido com a crise grave, mas rápida, no relacionamento luso-americano na sequência da aprovação pelo Congresso dos EUA da emenda Young-Tunney e, sobretudo, da guerra do Yom Kippur, os assuntos internos de Portugal não constituíam à época uma preocupação para Washington. Deste modo, não é de estranhar que os protestos surgidos entre os militares no Verão de 1973 se tenham deparado com a indiferença da Administração Nixon, ainda que os mesmos não fossem desconhecidos da sua Embaixada em Lisboa.

Os primeiros sintomas visíveis de um mal-estar entre as Forças Armadas portuguesas surgiram na sequência da realização do Congresso dos Combatentes do Ultramar, embora tenham existido manifestações anteriores na Guiné entre os círculos “spinolistas”. O evento, organizado pelos chamados *ultras* do regime e destinado a apoiar a continuação do esforço de guerra no Ultramar, foi contestado por vários oficiais do Quadro Permanente que fizeram circular um abaixo-assinado de protesto onde afirmavam «não reconhecer aos organizadores do Congresso, e portanto ao própria congresso, a necessária representatividade».<sup>1</sup> Esta iniciativa, que partiu de elementos próximos de Spínola, reuniu num curto espaço de tempo cerca de 400 assinaturas às quais se juntaram depois as de muitos oficiais em comissão na Guiné.

Todavia, o momento decisivo foi o da publicação dos decretos – lei nº 353/73 (13 de Julho de 1973) e nº 409/73 (20 de Agosto de 1973) que alteraram as regras de acesso dos milicianos ao Quadro Permanente (QP), bem como o posicionamento na escala de antiguidades, tendo desencadeado uma reacção de protesto por parte dos cadetes que esteve directamente na origem do “Movimento dos Capitães”. Na sequência da publicação dos diplomas, 136 oficiais reuniram-se perto de Évora e decidiram entregar um abaixo-assinado a Marcelo Caetano onde declaravam aguardar

---

<sup>1</sup>Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 4ª edição, 2000, p.74

«com esperança» uma rápida intervenção para que fossem derogados os decretos-lei, «a fim de conscientemente ser estudada, pelos órgãos competentes, uma solução de justiça para os que ingressaram ou venham a ingressar no QP depois de terem prestado serviço como oficiais do QC (Quadro de Complemento), sem todavia comprometer nem os interesses dos oficiais do QP nem o prestígio do Exército que devotadamente servem e estão determinados a não deixarem alienar».<sup>2</sup>

A “reunião de Évora”, ocorrida a 9 de Setembro, assinalou o início simbólico do “Movimento dos Capitães”. A partir desta data, a conspiração entre os oficiais de patente intermédia prosseguiu de forma ininterrupta, alargando-se progressivamente a sua representatividade e a própria natureza das reivindicações até se transformar num movimento destinado a derrubar o regime. No início de Outubro, os “capitães” efectuaram uma nova reunião, em Lisboa, que contou com a presença de representantes da Marinha e da Força Aérea, ainda que na qualidade de observadores, tendo decidido levar mais longe os protestos através da apresentação do pedido de demissão colectiva do Exército caso não fossem revogados os decretos-lei e satisfeitas outras condições. No mês seguinte ocorreram mais duas reuniões – Aveiras de Cima e São Pedro do Estoril –, tendo-se colocado pela primeira vez no Estoril a hipótese de levar a cabo um golpe de Estado, solução que foi remetida para votação no plenário previsto para 1 de Dezembro, em Óbidos, ocasião em que foi preterida em favor da via “legalista”.

Mas o “movimento” tornou-se irreversível nesse último mês de 1973 com a aprovação das suas estruturas organizativas e a escolha dos possíveis líderes. Primeiro, na reunião de Óbidos, onde foi escolhida a Comissão Coordenadora e Executiva (CCE) definitiva do “Movimento dos Capitães” - que passou a chamar-se “Movimento de Oficiais das Forças Armadas” (MOFA) - e foram votados os seus chefes, recolhendo Costa Gomes o maior número de preferências a grande distância de Spínola. Depois, no encontro da Costa da Caparica, com a designação da direcção da CCE - composta por Vasco Lourenço, Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves -, a constituição de diversas comissões - Estudo da Situação, Ligação Interna (Metrópole e Ultramar), Estudos

---

<sup>2</sup>*Idem*, p.79. Dada a existência de uma extensa bibliografia sobre a contestação entre as Forças Armadas portuguesas no contexto do 25 de Abril e em particular no que diz respeito à origem e evolução do “Movimento dos Capitães” optámos por apresentar aqui a sua história de forma muito resumida. Para um estudo mais aprofundado do tema, para além da obra citada de Avelino Rodrigues, Cesário Borge e Mário Cardoso, ver por exemplo: Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, Lisboa, Ulmeiro, 3ª edição, 1984; Diniz de Almeida, *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA*, 2 vols., edição do autor, sd; Luís Banazol, *A Origem do MFA*, Lisboa, Prelo, 1974; José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no séc. XX*, Lisboa, Estampa, 1992

Psicológicos e Secretariado e Ligação com a Marinha e a Força Aérea - e a decisão de iniciar a redacção do programa de acção.

Estas movimentações entre a oficialidade intermédia das Forças Armadas portuguesas chegaram ao conhecimento dos adidos militares da Embaixada norte-americana em Lisboa que não deixaram de as relatar ao seu governo, ainda que negligenciando o seu alcance. A 26 de Outubro de 1973, informaram a *Defense Intelligence Agency* (DIA) da existência de rumores sobre uma conspiração para levar a cabo um golpe de Estado na sequência do descontentamento crescente entre os oficiais do Quadro Permanente, mas deram pouca credibilidade a esta hipótese.<sup>3</sup> E no início do mês seguinte reportaram que estava a circular um abaixo-assinado, subscrito por 860 militares subalternos, mas concluíram: «Estes jovens militares não são desleais e querem servir Portugal, não tendo intenção de levar a cabo uma revolução. São patriotas que desejam mudanças nas Forças Armadas».<sup>4</sup>

Na realidade, as autoridades dos EUA tiveram conhecimento desde cedo do mal-estar entre os militares portugueses e mesmo as acções dos “capitães” não passaram despercebidas; porém, as informações foram recebidas com indiferença pela Administração Nixon. Os adidos militares colocados em Lisboa não foram instruídos para estabelecerem contactos com os agentes da contestação nem para aprofundarem o assunto, acabando assim por se verem limitados aos canais oficiais estabelecidos com o topo da hierarquia das Forças Armadas.

Este dado foi confirmado posteriormente pelo general Samuel Wilson, à época na direcção da DIA, no inquérito realizado pela Câmara dos Representantes à *performance* dos serviços de informação. Na ocasião, Wilson confessou ter recebido relatos sobre a agitação no seio da instituição militar, classificando-os de «sugestivos de um golpe mas não ao ponto de o preverem», e justificou a falta de atenção dada aos “capitães” com o facto de Portugal ser um aliado da NATO o que, em sua opinião, fez com que as relações se estabelecessem normalmente com a hierarquia das Forças Armadas.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup>«The Pike Papers: House Select Committee on Intelligence», *The Village Voice*, February 16, 1976, p.21

<sup>4</sup>*Ibidem*

<sup>5</sup>*U.S Intelligence Agencies and Activities. The Performance of the Intelligence Community*, Hearings Before the Select Committee on Intelligence, House of Representatives, 94 th Congress, 1st Session, September 11, 12, 18, 25, 30, October 7, 30 and 31, 1975, Washington DC, Government Printing Office, 1975, p.780

Este comportamento manteve-se perante os desenvolvimentos que ocorreram a partir de Fevereiro de 1974, nomeadamente a crise aberta pela publicação do livro *Portugal e o Futuro*. Após a publicação da obra de Spínola a contestação à política africana do regime iniciada na Guiné em torno do general tornou-se pública, passando a haver dois pólos de conspiração nas Forças Armadas portuguesas que, embora em contacto, eram distintos quanto às origens, agentes e mesmo na sua agenda política: por um lado, os oficiais de patente intermédia; por outro, Spínola e seus apoiantes.

Pensamos que não se justifica analisar neste espaço o conteúdo livro *Portugal e o Futuro*, mas importa chamar a atenção para o seu resultado mais proeminente: - a definitiva politização da guerra em África entre os militares. O facto de um general altamente conceituado, vice-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, ter afirmado pela primeira vez publicamente que a solução do conflito africano era política e não militar, avançando mesmo com uma solução para o problema – a via Federalista – distinta da preconizada pelo regime, veio legitimar a contestação ao esforço de guerra no Ultramar no seio da instituição, desde logo entre os “capitães” onde esse sentimento, embora crescente, conhecia ainda algumas resistências.<sup>6</sup>

Tal como aconteceu com as movimentações entre a oficialidade intermédia ao longo da segunda metade do ano de 1973, também as repercussões da publicação do *Portugal e o Futuro* não passaram despercebidas aos norte-americanos, tendo sido relatadas para Washington quer pela sua Embaixada em Lisboa, quer pelos serviços de *intelligence*, quer mesmo pela imprensa. Porém, as informações acerca dos novos desenvolvimentos da situação portuguesa não produziram qualquer alteração na atitude do governo dos EUA.

Na realidade, a partir de Março de 1974, o Embaixador norte-americano em Lisboa, Stuart Nash Scott, começou a enviar para a sua Administração relatos periódicos e surpreendentemente bem informados acerca do que chamou «a grave crise política» precipitada pela obra de Spínola.<sup>7</sup> Logo no início do mês, escreveu que a

---

<sup>6</sup>António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, 1974. A este respeito escreveu Otelio Saraiva de Carvalho: «Após a minha conversa com Spínola na Rua do Telhal tive a intuição de que o livro a publicar proximamente iria constituir, por um lado, uma notável alavanca de descompressão relativamente aos camaradas (...) que continuavam a encarar como assunto tabu a guerra no Ultramar. Isto por verem surgir perante eles o exemplo de um general com o prestígio de Spínola que precisamente nesse campo minando afrontava a própria doutrina encasulada do Governo a que agora, ao fim e ao cabo, pertencia», *Alvorada em Abril*, ob. cit., p.217

<sup>7</sup>Stuart Nash Scott foi nomeado para a Embaixada em Portugal em Setembro de 1973, tendo chegado a Lisboa em Janeiro do ano seguinte. Note-se que o seu antecessor, Ridgway B. Knight, cessou funções em Fevereiro de 1973 pelo que os EUA estiveram sem Embaixador em Lisboa durante praticamente todo o ano anterior ao golpe de Estado militar

classe dirigente portuguesa se dividiu entre a «direita, reunida em torno do Presidente Américo Tomás», e os «centristas ou reformistas, apoiantes do general». Segundo as suas informações, «os *hard-liners*» exigiam «a cabeça de Spínola», enquanto que os «centristas» procuravam «forçar a resignação de Tomás»; no «meio desta batalha pelo poder» estava Marcello Caetano. De resto, de acordo com Scott, «embora o Presidente da República tenha exigido a imediata despromoção de Spínola», para os círculos da direita Caetano era «o verdadeiro inimigo» pois era «aceite de forma generalizada que o livro teve a sua aquiescência, se não mesmo aprovação»; já do lado dos «reformistas» o “alvo a abater” era o próprio Tomás, sendo que alguns dos que defendiam esta posição esperavam que «Caetano fosse capaz de conversar com Tomás e convencê-lo a resignar», enquanto outros sugeriam que «os mais altos líderes militares» deviam «forçar a saída de Tomás», o que, segundo a Embaixada, equivalia «na prática a um golpe militar». Na avaliação do Embaixador, as Forças Armadas estavam igualmente divididas entre «alguns oficiais superiores» que diziam «apoiar Tomás na sua campanha contra Spínola» e «um número substancial de militares de nível intermédio» que demonstravam «um sólido apoio ao general». Tudo somado, Scott comentava: «Apesar de Portugal ter mostrado uma fantástica habilidade para passar por crises de forma aparentemente incólume a tensão gerada pela actual crise tornará difícil para Tomás, Caetano e Spínola/Costa Gomes permanecerem todos no Governo durante muito tempo. Decisões de longo alcance relativas à política africana podem estar em curso».<sup>8</sup>

Poucos dias depois deste relato, a «grave crise política» portuguesa conheceu novos desenvolvimentos com a realização da cerimónia de solidariedade com o regime exigida por Marcello Caetano à qual compareceu a maioria dos oficiais-generais dos três ramos das Forças Armadas mas, significativamente, não contou com a presença de Costa Gomes e Spínola. Acto contínuo, foram ambos demitidos dos seus cargos, respectivamente de chefe e vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Uma vez mais os acontecimentos foram transmitidos para Washington pela sua Embaixada em Lisboa. No dia seguinte, Scott enviou para o Departamento de Estado um novo telegrama onde contou estes dois episódios e sublinhou que «a crise política não acabou». Em relação à cerimónia que ficou conhecida por «brigada do reumático», o Embaixador informou que o chefe de Estado do Exército, general Paiva Brandão, «o

---

<sup>8</sup>«Lisbon, 807, March 5, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

oficial mais graduado dos presentes», disse a Marcello Caetano que as Forças Armadas não se iam «envolver em política» e que era «seu dever urgente ... levar a cabo quaisquer missões ordenadas pelo Governo legalmente constituído», mas sublinhou em especial que «Spínola e Costa Gomes não apareceram», ou, segundo o que «várias fontes disseram, recusaram-se a aparecer». Já no caso do afastamento dos dois generais, Scott foi mais longe e comentou que tal constituiu «uma vitória para o Presidente Tomás e a direita», mas «possivelmente apenas temporária» pois era de esperar uma «reacção dos oficiais de patente intermédia pró-Spínola», ainda que com um alcance «impossível de estimar». Porém, era certo que a crise política ia continuar, estando Lisboa «cheia de rumores de mais mudanças no Governo».<sup>9</sup>

As reacções à demissão de Spínola e Costa Gomes surgiram de imediato. A 16 de Março, os capitães do Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, tomaram o comando do Quartel e avançaram sobre Lisboa - estava em curso o “golpe das Caldas” que se saldou por um fracasso e levou à prisão de cerca de duzentos militares.

Também neste caso as autoridades dos EUA não se podem queixar de falta de informação. Dois dias depois, a Embaixada enviou dois extensos telegramas onde relatou pormenorizadamente o sucedido.

No primeiro destes documentos, Scott começou por informar que «uma rebelião militar abortada foi desencadeada na noite de 15 de Março por 200 a 300 soldados pertencentes a um quartel do Norte» e foi «bloqueada no seu avanço sobre Lisboa por tropas fiéis ao governo, regressado sem violência ao quartel». Sobre os pormenores da movimentação militar, acrescentou que «era comandada por um número não especificado de majores pertencentes ao Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha», que se deslocou a Santarém onde «tentou, sem sucesso, o apoio da Escola de Cavalaria», tendo a coluna militar sido «bloqueada na autoestrada do norte, que liga Lisboa a Vila Franca de Xira e a Santarém, por tropas pertencentes ao regimento de Artilharia 1, Cavalaria 7 e por forças da Guarda Nacional Republicana, comandadas pelo General Paiva Brandão».<sup>10</sup>

Num segundo telegrama, mais analítico, Scott adicionou alguns comentários importantes aos factos descritos no documento anterior. Segundo ele, a tentativa de golpe acentuou «as grandes divisões entre os militares portugueses» e deixou «os responsáveis pelo Governo profundamente preocupados com a possibilidade de mais

---

<sup>9</sup>«Lisbon, 985, March 15, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>10</sup>«Lisbon, 1021, March 18, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

problemas no futuro». Para o Embaixador a situação nas Forças Armadas permanecia «problemática» e Marcello Caetano parecia «estar numa posição muito enfraquecida».<sup>11</sup>

Apesar de possuir este conjunto de informações sugestivas de mais problemas no futuro, a Embaixada viu-se impedida de aprofundar os seus contactos com Spínola uma vez que foi instruída directamente por Henry Kissinger para evitar qualquer gesto de aproximação ao general e às suas ideias pois «dadas as circunstâncias prevalentes em Portugal, uma abordagem do Governo norte-americano junto do Governo português de apoio às teses de Spínola não ia contribuir para uma política mais flexível em África». As suas cautelas iam ao ponto de ordenar Scott a não dar «qualquer prosseguimento a este tema, mesmo a um nível pessoal».<sup>12</sup>

Por maioria de razão estas instruções oficiais também se aplicavam aos “capitães”, o que acabou por influenciar a posição dos Estados Unidos durante o mês de Março, altura em que as movimentações dos primeiros sofreram uma evolução decisiva. No dia 5 ocorreu mais uma reunião, desta feita em Cascais, onde foram aprovadas as bases gerais programáticas da conspiração, consagradas no documento “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, momento que assinalou a passagem formal à fase do “Movimento das Forças Armadas” (MFA). Pouco tempo depois iniciaram-se os contactos com os partidos políticos clandestinos com vista à definição do seu programa político e decidiu-se elaborar o plano de operações definitivo do golpe de Estado que foi marcado para a semana de 20 a 27 de Abril de 1974.

Nesta fase crucial da dinâmica conducente ao derrube do Estado Novo os EUA falharam novamente na compreensão do alcance dos desenvolvimentos portugueses, o que aconteceu uma vez mais não por falta de informação da Embaixada, mas pelo desinteresse de Washington relativamente a Lisboa.

A 22 de Março, Stuart Nash Scott enviou para o Departamento de Estado um telegrama relatando a evolução mais recente do MFA e, apesar de concluir não haver uma intenção «revoltosa ou ameaçadora», acrescentou que era «claro que um número substancial dos oficiais de nível intermédio na Metrópole» estava «associado a este “Movimento”». Num longo documento, o Embaixador analisou pormenorizadamente a situação: «A insatisfação com o actual estado de coisas continua entre um largo número de oficiais de nível intermédio. Sabemos que pequenos grupos desses oficiais

---

<sup>11</sup>«Lisbon, 1022, March 18, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>12</sup>«Outgoing Telegram, 72345, April 10, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

continuam a reunir-se clandestinamente, embora não possamos confirmar isso. Um longo comunicado elaborado pelo “Movimento” circula clandestinamente em Lisboa. O comunicado faz uma análise semelhante à de Spínola da situação política e militar em Portugal e no Ultramar e apela a uma solução similar à proposta por Spínola. Contudo, o documento não contém uma linguagem revoltosa ou ameaçadora. Outro documento que circula com o primeiro declara que “alguns dos nossos camaradas foram presos ... por pertencerem ao Movimento dos Oficiais”. O comunicado diz: “não permitiremos, evidentemente, que esta situação continue ... estamos à espera que o Governo reconsidere ...”. Este documento apela a todas as unidades militares para que expressem o seu apoio e solidariedade. É claro que um número substancial, embora provavelmente não a maioria, dos oficiais de nível intermédio na Metrópole está associado a este “Movimento”». <sup>13</sup>

De resto, por esta altura, assistiu-se também a um aumento da atenção dada pelos serviços secretos americanos a Lisboa. Ainda em Março, o *Bureau of Intelligence and Research* (BIR), estrutura pertencente ao Departamento de Estado, elaborou um relatório de análise da situação portuguesa concentrando-se em quatro eventos: a publicação do livro de Spínola; a cerimónia de demonstração de apoio ao regime por parte da hierarquia das Forças Armadas; o golpe falhado de 16 de Março; a prisão e purga de militares e “esquerdistas”. Porém, segundo confessou o então director do BIR, William Hyland, não foram extraídas conclusões que «apontassem para mais do que uma contínua luta pelo poder», não tendo sido prevista «uma revolta militar para breve»; e o próprio Hyland avançou com uma explicação para esse facto: «a análise era mais deficiente do que a informação. Havia suficiente informação para sugerir a existência de problemas, mas ela não foi realmente submetida a uma análise detalhada, nem a uma projecção das consequências das tendências». <sup>14</sup>

Na mesma ocasião, começou a ser elaborado pela *Central Intelligence Agency* (CIA) o último relatório sobre a conjuntura em Portugal antes do derrube do Estado Novo. Sintomaticamente, o documento estava ainda por concluir a 25 de Abril e apesar de intitulado “Fissuras na Fachada” pouco fazia para explicar as razões do descontentamento diagnosticado entre as Forças Armadas e menos ainda para prever as suas possíveis consequências. <sup>15</sup>

---

<sup>13</sup>«Lisbon, 1120, March 22, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>14</sup>*U.S Intelligence Agencies and Activities...*, ob cit, p.777 e p.785

<sup>15</sup>«The Pike Papers»..., ob. cit

Á luz dos factos relatados, compreende-se a surpresa com que o golpe de Estado militar foi recebido nos EUA. Por um lado, embora informados acerca das movimentações dos “capitães” e de Spínola, a Embaixada em Lisboa e os serviços secretos não aprofundaram as relações com os dois pólos da conspiração e, conseqüentemente, negligenciaram a extensão dos seus objectivos; por outro, a Administração Nixon não se interessou pelo assunto dada a pouca importância para os seus interesses primordiais dos assuntos internos portugueses. Como sintetizou nas suas memórias o próprio Stuart Nash Scott: «(...) nós sabíamos muito pouco ou nada sobre o Movimento das Forças Armadas que levou a cabo o golpe de 25 de Abril. (...) A partir de certo momento tivemos conhecimento de que existia uma organização usualmente conhecida por “os capitães” que mantinha encontros e adoptava resoluções. Os seus propósitos originais eram quase inteiramente militares e não políticos (...). Os motivos de preocupação dos capitães eram os seguintes: exigência de melhores salários; exigência de reforma do sistema de promoções (...); existência das más relações entre os oficiais do Quadro permanente e os milicianos; finalmente, e mais importante, havia uma vasta aversão pelas guerras em África». E concluiu: «Tudo isto, mais a popularidade de Spínola e Costa Gomes nos meios militares, era do nosso conhecimento. Mas não ao ponto de o Movimento das Forças Armadas se converter num movimento para derrubar o Governo».<sup>16</sup>

## **2. Um golpe de Estado inesperado**

Na manhã do dia 25 de Abril realizou-se uma das habituais reuniões de Henry Kissinger com o seu *staff* do Departamento de Estado. Na agenda previamente definida constava a análise dos assuntos fundamentais da política externa norte-americana: o Vietname, a situação no Médio Oriente, as relações com a China, a *détente* com a URSS. Porém, o encontro acabou por ser dominado pela notícia de um golpe de Estado em Portugal e o diálogo então havido entre Secretário de Estado e o responsável pela *desk* de Assuntos Europeus, Arthur Hartman, foi revelador da reacção inicial de Washington à operação que pôs fim ao Estado Novo:

«Mr. Hartman: - Espero que não me negue a oportunidade de falar sobre um golpe de Estado na Europa. Não é todos os dias que tenho essa hipótese (risos). As últimas notícias são que Caetano foi preso – não há nenhuma palavra sobre o que aconteceu

---

<sup>16</sup>Stuar Nash Scott, *Notes on My Tour as Ambassador to Portugal*, policopiado, sd, pp.4-5

com Tomás. Existe um relato de um funcionário da Embaixada dizendo que Spínola estava a ir para o quartel – general nacional no meio da aclamação popular. Assim, sobre que grupo tomou conta do poder e quais as suas políticas, ainda nada é absolutamente definitivo. E, tanto quanto sei, não há relatos a partir das colónias sobre as actividades lá.

Secretary Kissinger: - Então, se se trata de Spínola a política nas colónias será mais liberal.

Mr. Hartman: - Sim, mais liberal. Existem algumas evidências de que têm existido grupos económicos a apoiar a posição [de Spínola]

Secretary Kissinger: - Mas eles têm que estar loucos para pensarem que podem aguentar as colónias através de meios mais liberais. Assim que entrarem por esse caminho vão perder as colónias». <sup>17</sup>

Na realidade, o golpe de Estado militar desencadeado pelo Movimento das Forças Armadas na madrugada de 24 para 25 de Abril que, em menos de 48 horas, depôs o regime autoritário em vigor há 48 anos não era esperado nos Estados Unidos. E, na lógica das informações existentes na ocasião, tendeu-se a considerar a operação como afecta ao general Spínola, logo inscrita na agenda política preconizada pelo livro *Portugal e o Futuro*, percepção que de resto foi partilhada pela generalidade dos observadores externos.

Esta tendência da reacção inicial norte-americana pode igualmente ser encontrada na correspondência trocada entre a Embaixada em Lisboa e o Departamento de Estado no período imediatamente subsequente à operação desencadeada pelo MFA. No primeiro telegrama enviado para Washington, Richard Post escreveu: «A cidade está tensa mas calma, com um elevado número de militares em evidência. Não se sabe ao certo quem comanda os revoltosos. Na rádio afirma-se que o objectivo do movimento é o de libertar o país do regime que há muito o domina. A imprensa estrangeira especula que o movimento é favorável a Spínola e esta ideia ganha algum crédito com a declaração de que o intuito é libertar o país do velho regime. Porém, não

---

<sup>17</sup>«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», April 25, 1974, National Archives (doravante referidos por NA), State Department Records (doravante referidos por SDR), Entry 5177, Caixa 4

podemos confirmar que seja verdade e não temos indicação sobre quem está envolvido e quem comanda o movimento, excepto que é dominado pelo exército».<sup>18</sup>

Pouca horas depois a Embaixada actualizou a informação disponível, mas pouco contribuiu para esclarecer a situação, limitando-se a reproduzir uma vez mais as notícias veiculadas pela comunicação social: «Os esforços militares concentram-se agora no comando da GNR e nas artérias de acesso. Num comunicado radiofónico, emitido às 14.30 horas, os dissidentes afirmaram ter capturado o quartel da Legião Portuguesa, as principais estações de rádio, o Estado-Maior do Exército em Lisboa e no Porto, o Ministério do Exército, a prisão política de Peniche, outras instalações militares no porto e em Lisboa, e a base aérea nº1, a sul de Mafra. Anunciaram também que o Ministro do Exército fugiu, e que o Presidente Tomás, o Primeiro-Ministro Caetano e alguns ministros estão cercados pelas forças rebeldes no quartel da GNR, na baixa de Lisboa, e no Regimento de Lanceiros 2, na zona de Belém, extremo da cidade. Foi-lhes dado um ultimato para se renderem».<sup>19</sup>

E, no final do dia, Post limitou-se a relatar que «(...)dois funcionários da embaixada presenciaram as tumultuosas boas-vindas dadas a Spínola à sua chegada, pelas 18 horas, ao quartel da GNR, tomado pelas forças dissidentes, aparentemente para se encontrar com Caetano... Às 19.30 horas a estação dos rebeldes confirmou a queda do Governo e anunciou que Marcello Caetano se rendeu incondicionalmente ao general Spínola».<sup>20</sup>

No mesmo sentido foram os primeiros documentos produzidos pela CIA, igualmente surpreendida pelo 25 de Abril. Logo nessa manhã, o *White House Support Staff* elaborou um relatório para o Presidente Nixon onde ainda questionou as hipóteses de sucesso do golpe que atribuiu a unidades rebeldes não identificadas: «Ainda não há confrontos conhecidos entre as forças governamentais e as unidades rebeldes ainda não identificadas. (...) De acordo com as últimas informações da imprensa, os insurgentes anunciaram a meio da manhã que estavam praticamente em completo controlo da situação e disseram estar em conversações com o ministro da Defesa, general Andrade Silva Cunha. Anunciaram também a formação de um Governo Provisório. No passado

---

<sup>18</sup>«Lisbon, 1580, April 25, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp) Richard Post era o *Deputy Chief of Mission* (DCM) da Embaixada e estava a substituir Stuart Nash Scott a 25 de Abril uma vez que este se encontrava nos Açores, em trânsito para os EUA, onde ia participar numa reunião de antigos alunos de Harvard. Refira-se que, mesmo após ter sido avisado do golpe de Estado, Scott decidiu seguir para Boston e só regressou a Portugal no dia 29 de Abril

<sup>19</sup>«Lisbon, 1586, April 25, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>20</sup>«Lisbon, 1593, April 25, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

mês de Março, as tropas Governamentais dispersaram um protesto semelhante levado a cabo por militares dissidentes apoiantes do general Spínola. Ainda não é claro se este grupo terá maior sucesso».<sup>21</sup> E, pouco depois, o mesmo grupo de funcionários da CIA acrescentou que os agentes do golpe pareciam ser apoiantes de Spínola: «embora ainda não seja claro que forças estão envolvidas (...) o grupo identifica-se como “o Movimento das Forças Armadas” e parece representar os militares apoiantes do general António de Spínola».<sup>22</sup>

Já as primeiras reacções oficiais do governo dos Estados Unidos denotavam um completo alheamento do que se passava em Lisboa, com o porta-voz do Departamento de Estado a comentar na habitual sessão de informação à imprensa do meio-dia: «estamos ainda a seguir os relatórios do acontecimento ... Vocês [jornalistas] são muito melhor do que nós a descobrir o que se passa nesses postos». E, perante a insistência dos jornalistas, acrescentou: «a situação está a ser acompanhada por um grupo de trabalho ao nível de responsáveis de Departamento». Ou seja, os desenvolvimentos do golpe eram seguidos somente pela *desk* de Assuntos Ibéricos do Departamento de Estado.<sup>23</sup>

O resumo das informações existentes sobre os principais acontecimentos do 25 de Abril foi feito pelo próprio Henry Kissinger no telegrama enviado no final do dia para, entre outros, a Casa Branca, a Junta de Chefes Militares e os serviços secretos. E o seu conteúdo é paradigmático do grau de conhecimento que o governo norte-americano tinha da situação: «A agência portuguesa de informação (ANI) diz que está a ocorrer uma revolta militar, mas que a sua dimensão e natureza são ainda desconhecidas. (...) O grupo, que se auto-denomina “Movimento das Forças Armadas”, diz querer criar uma Junta de Salvação Nacional para Governar Portugal, libertar o país do actual governo e reavaliar a política colonial em África. (...) O Adido de Defesa da Embaixada em Lisboa, em conversa telefónica, relatou que os militares tinham encerrado o aeroporto, cercado as esquadras da polícia e que a capital estava sob “um alto estado de prevenção”».<sup>24</sup>

Uma vez consumado o sucesso do golpe de Estado, a questão essencial era compreender os sinais de evolução da situação política que começaram a surgir logo no

---

<sup>21</sup>«Portugal: Military Revolt», CIA, White House Support Staff, Item nº WH 1, April 25, 1974. [www.foia.cia.gov](http://www.foia.cia.gov)

<sup>22</sup>«Portugal: Military Revolt», CIA, White House Support Staff, Item nº WH 2, April 25, 1974. [www.foia.cia.gov](http://www.foia.cia.gov)

<sup>23</sup>«Outgoing Telegram, 86231, April 25, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>24</sup>«Outgoing Telegram, 84287, April 25, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

dia 26, altura em que foi apresentada ao País a Junta de Salvação Nacional (JSN) composta pelos seguintes militares: general António de Spínola (Presidente); general Francisco da Costa Gomes, general Manuel Diogo Neto, brigadeiro Jaime Silvério Marques, coronel Carlos Galvão de Melo, capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo, capitão-de-fragata António Rosa Coutinho.

Poucas horas depois foi a vez de Vítor Alves apresentar à comunicação social o programa definitivo do MFA, ressaltando aqui a introdução de uma alteração de fundo relativamente à sua versão anterior: foi abolido o item «reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação». De resto, nesse dia o jornal *República* publicou a versão do Programa ainda não corrigida onde se podia ler na alínea c) do ponto 8: «claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação das populações autóctones». Esta alínea não constava do programa lido por Vítor Alves aos jornalistas, nem do texto publicado pelo *Diário da República*, o que deixava já antever a existência de divergências a este respeito entre os “aliados” do 25 de Abril.<sup>25</sup>

Já muito se escreveu sobre o Programa do MFA, razão pela qual vamos apenas sublinhar os pontos com mais reflexos no processo político subsequente. Entre as «medidas imediatas» destacavam-se as seguintes: «1.Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil. (...) 2.A Junta de Salvação Nacional decretará: a)A destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas pelo anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório». Já as chamadas «medidas a curto prazo» mais relevantes eram: «1.No prazo máximo de três semanas após a conquista do poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição. (...) Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório civil que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se

---

<sup>25</sup>Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso, *O Movimento dos Capitães...ob.cit.*, p.25

identifiquem com o presente programa. (...) 5.O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente: (...) b)A liberdade de reunião e associação. Em aplicação deste princípio será permitida a formação de “associações políticas”, possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantirá a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício. (...) 7.O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e igualdade entre os estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação: a)O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor».<sup>26</sup>

Estes primeiros indicadores do sentido político do 25 de Abril foram seguidos com atenção pela Embaixada dos EUA em Lisboa que os interpretou de modo muito favorável. Os nomes da JSN, embora desconhecidos à excepção de Spínola e Costa Gomes, eram aceitáveis; o programa do MFA era benéfico ao Ocidente; o novo Presidente da República era percebido como o homem forte do regime e uma garantia de moderação.

Isto mesmo foi imediatamente comunicado por Richard Post ao Departamento de Estado. Sobre a JSN, começou por sublinhar que os seus membros eram «profissionais competentes e respeitados», ainda que não fossem «nacionalmente conhecidos com a excepção de Spínola e Costa Gomes» e acrescentou que estava «rapidamente a adquirir total controlo e a proceder de forma célere para consolidar o seu poder internamente», quer «enfraquecendo os seus adversários à direita», quer «neutralizando os à esquerda» através da «antecipação na ocupação do espaço do centro liberal». Concretizando, Post comentou que «as forças ligadas ao regime anterior não eram uma ameaça à Junta pois, não obstante a existência de grupos que pretendiam «o regresso da direita», nomeadamente entre os «homens de negócios, os industriais e as famílias ricas», aquela tinha conseguido «apropriar-se, ou eliminar, os órgãos de poder que podiam possibilitar uma contra-revolução». Já em relação às forças de esquerda, pensava que a JSN tinha-se «apropriado de praticamente todas as suas ideias» ao «conceder uma amnistia imediata até aos prisioneiros políticos da extrema-esquerda», ao «abolir a censura à Imprensa», ao «prometer eleições livres e outras

---

<sup>26</sup>Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril...*, ob. cit., pp.635-38

medidas liberalizadoras» e acrescentava, de forma menos correcta: «é muito provável que aqueles que se situam à esquerda venham a ficar satisfeitos com o muito maior grau de liberdade de que dispõe agora».<sup>27</sup> Sobre o programa do MFA, a avaliação não podia ser igualmente mais positiva: «Se [o Programa] for cumprido, irá claramente colocar Portugal, pela primeira vez neste século, ao nível da Europa e do Ocidente. Embora firme, o programa é liberal, não sendo de maneira nenhuma extremista. Encontrámos vários itens particularmente merecedores de serem sublinhados: a)A existência da Junta é claramente limitada a um ano no máximo; b)Embora o Presidente e o vice-presidente provisórios sejam militares, os ministros do Governo Provisório serão presumivelmente civis; c)O novo regime promete mudanças na política ultramarina, se bem que Spínola fale em Portugal pluricontinental; d)A posição do Primeiro-Ministro não é mencionada; e)A menção à expansão e diversificação de relações externas pode implicar relações com a Europa de Leste, com a qual Portugal tem crescentes laços comerciais, ou com a República Popular da China, com a qual Portugal tem interesses relativos a Macau».<sup>28</sup>

Também a CIA acompanhou os primeiros sinais de evolução da situação em Portugal, chegando a conclusões igualmente favoráveis. A 27 de Abril, a Agência fez a primeira análise mais substantiva dos acontecimentos desencadeados pelo golpe militar num memorando interno, intitulado «The Coup in Portugal», concluindo que Spínola controlava a situação e que podia esperar melhores relações com o exterior: «(...)o seu prestígio é tal que, apesar das divisões entre as Forças Armadas, ele pode ser capaz de as manter totalmente sob controlo. (...) Spínola pode, provavelmente, esperar melhores relações com o resto da Europa, com os seus aliados da NATO e as forças internacionais críticas da política ultramarina portuguesa».<sup>29</sup>

Mas a avaliação mais entusiástica foi a da imprensa em Washington, com destaque para o *The New York Times*. Num artigo publicado na edição de 26 de Abril, o jornal elogiou o MFA, classificando os seus oficiais como «idealistas, determinados a restaurar a democracia em Portugal e a paz nos territórios africanos» e sublinhando que estes tinham «prometido governar o País apenas até poderem ser realizadas eleições para uma Assembleia que vai escrever a nova Constituição democrática». Também o programa político anunciado pela JSN foi enaltecido, considerando o diário que a Junta fazia «simplesmente justiça às maiorias negras dos territórios africanos» e «restaurava a

---

<sup>27</sup>«Lisbon, 1601, April 26, 1974»; «Lisbon, 1636, April 27, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>28</sup>«Lisbon, 1626, April 26, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>29</sup>«The Coup in Portugal», CIA, Intelligence Memorandum, April 27, 1974. [www.foia.cia.gov](http://www.foia.cia.gov)

liberdade aos portugueses que nunca a conheceram realmente desde o início da ditadura de António Oliveira Salazar, durante 40 anos». Igualmente positivo era o comentário sobre os reflexos externos das mudanças preconizadas: «se a Junta – que inclui os generais Spínola e Costa Gomes - conseguir levar a cabo o seu programa vai tirar um grande peso de uma NATO constantemente embaraçada por um Governo membro que praticava a repressão a nível interno e prosseguia guerras coloniais em África». A concluir, o artigo referia que «altos funcionários da Administração Nixon» pensavam que o derrube do Governo português ia ter provavelmente «um importante impacto em África», mas não ia «conduzir a nenhuma mudança na participação de Portugal na NATO», uma vez que os líderes do golpe eram «bastante pró-ocidentais» e queriam «manter estreitos laços com a NATO».<sup>30</sup>

A transição de regime em Portugal foi assim perspectivada de forma positiva nos Estados Unidos. A 29 de Abril, Henry Kissinger elaborou o primeiro memorando do Departamento de Estado para o Presidente sobre a situação portuguesa e num tom claramente optimista. Spínola, considerado o novo centro do poder, era apresentado como «o mais condecorado herói de guerra português» e «autor de um livro que se atreveu a afirmar que era impossível uma solução militar para o problema da guerra em África, devendo ser encontrada uma solução política». Também o seu programa político era visto com bons olhos, sobretudo as promessas de «liberalização da política colonial portuguesa» e a «restauração das liberdades internas». Existiam ainda poucas dúvidas quanto à capacidade do general controlar o processo político, pois tinha tido «um início auspicioso» e «seu prestígio era tão grande» que, «apesar das divisões no seio das Forças Armadas devia ser capaz de mantê-las sob controlo». Tudo somado, a mudança de regime em Lisboa podia mesmo ser benéfica para os interesses de Washington: «O golpe parece não ter posto em perigo interesses norte-americanos, podendo trazer alguns benefícios de médio prazo aos Estados Unidos – por exemplo, uma possível diminuição, ou mesmo o fim, da pressão portuguesa para a aquisição de armamento dos EUA destinado aos territórios africanos».<sup>31</sup>

Dado o teor desta avaliação, surge como natural que o governo norte-americano tenha reconhecido sem demoras o regime nascido a 25 de Abril de 1974. Fê-lo logo no dia 29, através de uma nota entregue ao Embaixador português em Washington, João Hall Themido, onde se «constatava com prazer não ter havido interrupção das relações

---

<sup>30</sup>*The New York Times*, April 26, 1974, p.13

<sup>31</sup>«Memorandum from H.Kissinger to The Presidente», April 29, 1974, FOIA

entre os dois países».<sup>32</sup> De resto, apenas um dia após o golpe de Estado, já a Embaixada em Lisboa fazia uma recomendação nesse sentido sustentando que o regime parecia «ser mais favorável aos Estados Unidos do que o anterior»: «Segundo a nossa observação de superfície, a larga maioria da população de Lisboa é entusiástica no seu apoio à Junta. A atmosfera depois da ascensão de Spínola ao poder é mais festiva do que o Carnaval, com os jornais glorificando a liberdade de expressão (...). Não temos razões para duvidar que a Junta seja capaz de conduzir efectivamente as relações externas e o seu chefe, o general Spínola, afirmou publicamente a intenção de respeitar os compromissos internacionais de Portugal. Assim, o critério normal para o reconhecimento parece estar satisfeito. Visto de uma perspectiva curta, a única possível neste momento, o novo regime parece ser mais favorável aos Estados Unidos do que o anterior».<sup>33</sup>

### 3.A revolução sem interesse

Como referimos anteriormente, a surpresa dos EUA face ao início da transição democrática em Portugal deve ser entendida na lógica da pouca importância dos assuntos internos de Lisboa para os interesses de Washington. E a avaliação favorável feita dos primeiros sinais conhecidos do novo processo político, paradoxalmente, reforçou esta tendência; isto é, o 25 de Abril não suscitou inicialmente grandes preocupações às autoridades norte-americanas o que teve como resultado o seu alheamento face ao curso dos acontecimentos.

Em rigor, a primeira fase da mudança de regime em Portugal foi acompanhada pelos Estados Unidos com desinteresse, característica que se manteve praticamente inalterada até ao 28 de Setembro, altura em que a viragem à esquerda no País produziu uma primeira alteração no comportamento dos Estados Unidos relativamente aos assuntos portugueses.

---

<sup>32</sup> «Outgoing Telegram, 86989, April 29, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>33</sup> «Lisbon, 1608, April 26, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp) Como refere José Medeiros Ferreira, «(...)a Junta de Salvação Nacional não teve praticamente problemas no que diz respeito ao seu reconhecimento internacional. (...)quando o I Governo Provisório tomou posse, a generalidade dos países com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas haviam-nas já normalizado com o novo poder político em Portugal», José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril, o Período Pré-Constitucional*, Lisboa, INCM, 1983, pp.47-49. A cronologia completa do reconhecimento internacional do novo regime pode ser consultada em [www.min-nestrangeiros.pt](http://www.min-nestrangeiros.pt)

Percebe-se assim que o fenómeno mais saliente deste período, ou seja, o conflito entre Spínola e o MFA, não tenha suscitado desde logo a atenção da Administração Nixon. Como já foi mencionado, esta contenda começou ainda na noite de 25 para 26 de Abril, sendo o seu primeiro sintoma a discussão então havida acerca da versão definitiva do programa do Movimento e a sua causa primordial o futuro da África portuguesa, tema em relação ao qual havia uma divergência irreconciliável entre o bloco vencedor. Spínola e os seus apoiantes defendiam a continuação do esforço de guerra em África até que fosse possível implementar a solução Federalista preconizada no *Portugal e o Futuro*; o MFA pretendia o fim imediato do conflito através da negociação directa com os movimentos militares no terreno.

Percebendo correctamente a equação em causa, quer o general, quer os “capitães” procuraram o quanto antes alcançar uma preponderância no processo político em curso de molde a controlarem a evolução dos acontecimentos, desde logo no Ultramar, mas também na questão da definição do regime a instaurar na Metrópole. Acto contínuo, assistiu-se a uma sucessão de choques entre os dois contendores, num crescendo que culminou na derrota de Spínola a 28 de Setembro.

Ainda em Abril, ocorreu mais um momento de tensão. Apesar da modesta participação dos “spínolistas” no 25 de Abril, logo após o sucesso do golpe de Estado estes apressaram-se a ocupar o quartel revolucionário da Pontinha, bem como as principais unidades militares do País, numa tentativa clara de marginalizar os “capitães” e controlar a situação. Compreendendo a intenção do general e dos seus apoiantes, o MFA reagiu reforçando a sua organização através da constituição da Comissão Coordenadora do Programa (CCP), cujo objectivo último era o de fiscalizar Spínola e a JSN. Mas o futuro Presidente da República não tinha intenção de partilhar o poder com os jovens oficiais e contra-atacou esforçando-se por desmobilizar o “Movimento” pois, segundo contou o próprio na obra *País sem Rumo*, «impunha-se, quanto antes, resolver o problema da continuidade daquela Comissão». Para esse efeito, mandou chamar Vasco Gonçalves, o oficial mais graduado, esclarecendo-o que «a entrada em funções do I Governo Provisório abria uma nova fase no processo político onde não tinha cabimento a Comissão Coordenadora» e informando-o que «depois de ter trocado impressões com o general Costa Gomes, a Junta havia resolvido incluir os

membros daquela Comissão no Conselho de Estado» pelo que «os oficiais que a constituíram regressariam à sua actividade militar (...)».<sup>34</sup>

Estes episódios ocorridos imediatamente após o derrube do Estado Novo tornaram claro que o novo poder emergente em Portugal era bicéfalo: de um lado, Spínola e a maioria da JSN; do outro o MFA, organizado em torno da CCP.<sup>35</sup> E não foi preciso esperar muito tempo para que esta ambiguidade original produzisse mais conflitos entre os dois adversários irreconciliáveis; como veremos mais adiante, tal aconteceu tão cedo quanto meados de Maio por ocasião da formação do I Governo Provisório.

Os EUA passaram ao lado destas divergências iniciais entre Spínola e o MFA, apesar delas terem sido relatadas pela Embaixada em Lisboa para o Departamento de Estado. A 10 de Maio, Stuart Nash Scott informou o seu governo da existência de dois pólos distintos de poder entre o bloco vencedor do 25 de Abril, ainda que não atribuindo demasiada importância ao facto pois, para ele, as «diferenças entre a Junta e o Movimento das Forças Armadas que conduziu o golpe e instalou a Junta no poder» não eram «sérias» e o poder era «controlado» por Spínola e Costa Gomes. Todavia, o Embaixador não deixou de analisar as movimentações do MFA, dizendo que este permanecia «vivo e importante»; além disso, estava a organizar-se para controlar o poder: «O MFA é hoje representado por um ou mais “comités” de oficiais de patente intermédia. (...) De acordo com alguns relatos, há um comité instalado no Palácio presidencial de Belém (onde a Junta está localizada). E segundo outros relatos, existem dois comités instalados, um no Ministério da Defesa (onde Costa Gomes tem o seu posto), e outro no posto de comando original do Movimento, no quartel-general do 1º Regimento de Engenharia. Os membros do Comité (ou Comitês) monitorizam as decisões tomadas pela junta». Mas, apesar destas informações, Scott concluiu que as divergências existentes podiam ser resolvidas «de modo amigável»: «a nossa melhor estimativa é que a Junta tem consultas regulares com os oficiais de patente intermédia e

---

<sup>34</sup> António de Spínola, *País sem Rumor. Contributos para a História de uma Revolução*, Lisboa, SCIRE, 1978, pp.140-41. Em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Gonçalves conta a sua versão desta conversa com Spínola: «(...)ainda antes de tomar posse como Presidente da República, o general Spínola procurou mandar o MFA para os quartéis. Fez uma reunião com os responsáveis do Movimento, na Tapada das Necessidades, e disse mais ou menos isto: “Meus amigos, o MFA cumpriu a sua missão patriótica e agora volta para os quartéis; foram saneados os generais, os brigadeiros, temos a hierarquia reconstruída e vamos para os quartéis». Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves. Um General na Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p.115

<sup>35</sup> Ver a este respeito, Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, p.184

é receptiva às suas opiniões, mas não está, repetimos, não está sob o controlo do Movimento das Forças Armadas. Temos obtido informações sobre diferenças entre os dois grupos acerca de África, onde se diz que a Junta pretende movimentar-se mais devagar do que o Movimento, e sobre a inclusão de comunistas no Governo Provisório, onde se diz que a Junta é favorável a esta inclusão e o Movimento opõe-se. De qualquer maneira, acreditamos que estas (e quaisquer outras) divergências têm sido, ou serão, tratadas de modo amigável e que, ideologicamente, a Junta e o Movimento não estão muito longe».<sup>36</sup>

Outra característica saliente do imediato pós-25 de Abril foi a explosão das forças sociais e políticas que converteram o golpe de Estado militar numa revolução, fenómeno que se iniciou logo nas primeiras horas de existência do novo regime, mas que ficou simbolicamente associado ao primeiro de Maio de 1974.<sup>37</sup>

Num trabalho ainda recente sobre a dimensão social da transição para a democracia em Portugal, Fátima Patriarca identificou justamente o mês de Maio como o da «grande explosão reivindicativa e grevista», contabilizando nesse período de tempo «149 conflitos», desde «reduções de produção», a «greves», até «manifestações de rua» e «ocupação de instalações».<sup>38</sup>

Em simultâneo, assistiu-se a uma proliferação de partidos políticos, ascendendo o seu número a umas dezenas só nos dois primeiros meses da revolução. Dada a extensão da sua lista, referem-se aqui apenas os que adquiriram alguma relevância: Aliança Operária Camponesa (AOC), Partido Comunista de Portugal (em reconstrução), Frente Comunista Revolucionária, Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), Movimento da Esquerda Socialista (MES), Movimento Popular Português, Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa, Partido Comunista de Portugal Marxista Leninista (PCP – ml), Partido Comunista Português (PCP), Partido da Democracia Cristã (PDC), Partido do Progresso – Movimento Federalista Português, Partido Liberal, Partido Popular Democrático (PPD), Partido Popular Monárquico (PPM), Partido Social Democrata Independente (PSDI), Partido Socialista (PS), Partido Trabalhista Democrático

---

<sup>36</sup>«Lisbon, 1873, May 10, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>37</sup>Sobre a transformação do golpe de Estado militar numa revolução ver, por exemplo, Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias Políticas (1941-1975)*, Lisboa, Bertrand/Nomen, 1995

<sup>38</sup>Fátima Patriarca, «A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social?», em Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia*, Edições Colibri, 1999, pp.138-41

Português, Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias (PRP-BR), União Operária Revolucionária.<sup>39</sup>

A importância desta explosão social e política não passou despercebida à CIA que logo a 3 de Maio alertou Washington para a intensa actividade «dos grupos políticos, dos sindicatos e das associações de estudantes», sublinhado em especial «as mudanças» nas «organizações sindicais criadas durante o regime derrubado», através da «demissão dos líderes anteriormente impostos» e a eleição «pelos trabalhadores» de novos dirigentes.<sup>40</sup> Sete dias depois, a Agência acrescentou mais informação acerca da agitação social, relatando a manifestação de um grupo em frente ao quartel-general da JSN para exigir «melhores salários e menos horas semanais de trabalho», a «ocupação da companhia dos telefones, da companhia aérea e de alguns escritórios governamentais» por «trabalhadores bem organizados», e ainda a reacção da Junta de Salvação Nacional e do Partido Comunista, que fizeram «um aviso sério de que tais actos eram considerados “insubordinação e um crime contra o Movimento das Forças Armadas”», sendo, porém, cada vez mais evidente que o PCP era «incapaz de exercer um controlo efectivo sobre a extrema-esquerda». Simultaneamente, a CIA pormenorizou as suas informações acerca das actividades políticas, destacando «o florescimento de novos partidos e grupos políticos», o que «criou uma situação política fluida em Lisboa e dificultou ainda mais a tarefa da Junta em decidir quem participa no Governo Provisório que prometeu constituir até meados de Maio»; de resto, havia a informação de que «milhares de políticos regressados do exílio e de prisioneiros políticos recentemente libertados se juntaram a outros cidadãos para colocar a sua energia e talento político em vários grupos recentemente criados», na sua «maioria» com «uma orientação de esquerda».<sup>41</sup>

Alertas de sentido idêntico foram enviados na mesma ocasião para o Departamento de Estado por Stuart Nash Scott. A 11 de Março, informou que o sector laboral estava «muito activo» e que os trabalhadores estavam «a exigir a demissão dos antigos patrões». E 48 horas depois chamou a atenção para o facto desta dinâmica «ter-se intensificado em empresas estrangeiras», tendo ocorrido «exigências de mudanças específicas sob a ameaça de greve» por «comissões *ad hoc* de trabalhadores» em «empresas americanas como a *General Motors*, a *Firestone* e a *Timex*». O Embaixador

---

<sup>39</sup>Cit em Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, 1º volume, Lisboa, Bertrand, 2000, pp.81-82. Refira-se que o Centro Democrático e Social (CDS) só foi criado em Julho de 1974

<sup>40</sup>«Junta Consolidates Power», CIA, Weekly Summary, May 3, 1974. [www.foia.cia.gov](http://www.foia.cia.gov)

<sup>41</sup>«Filling the Gap», CIA, Weekly Review, May 10, 1974. [www.foia.cia.gov](http://www.foia.cia.gov)

relatou ainda para Washington as crescentes movimentações ao nível dos sindicatos, sublinhando a realização de uma reunião entre os «representantes de aproximadamente 40 sindicatos portugueses, incluindo o maior», com o intuito de «coordenar a influência do sector laboral na criação de novas estruturas substitutas das instituições do Estado corporativo». A este respeito, frisou que o encontro contou com a presença de «organizações internacionais do trabalho e representantes dos sindicatos dos países da Europa Ocidental» que aproveitaram a ocasião para estabelecer «contactos com os líderes sindicais portugueses», destacando-se a participação «particularmente activa dos escandinavos» que se «identificavam com os socialistas». Finalmente, e mais importante de tudo, Scott contou que os representantes da *American Federation of Labour-Congress of Industrial Organization* (AFL-CIO), Irving Brown e Michael Boggs, também assistiram a esta reunião, tendo «procurado fazer contactos individuais com os líderes sindicais e com proeminentes socialistas, incluindo Mário Soares». Perante todos estes dados concluiu que «(...)o foco da actividade política parece estar, neste momento, no sector laboral», mas sublinhou a «contenção» das posições assumidas até aquele momento e os apelos para a «unidade entre todas as forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas». <sup>42</sup>

Estes alertas não produziram qualquer reacção em Washington. Segundo escreveu nas suas memórias o próprio Embaixador norte-americano em Lisboa, «a comunidade empresarial americana em Portugal, que estava a experimentar sérios problemas laborais (...), queixou-se amargamente do Ministério do Trabalho, dirigido por um ministro comunista, mas isto não produziu uma reacção de Washington». <sup>43</sup>

Na realidade, durante este período em que o golpe de Estado militar em Portugal se converteu gradualmente numa revolução, as atenções do governo dos EUA estavam concentradas sobretudo na questão africana. A 2 Maio, o Departamento de Estado não tinha dúvidas em afirmar que «o ponto mais importante da plataforma da Junta de Salvação Nacional é o reconhecimento de que o problema dos territórios africanos de Portugal é político e não militar». Esta indicação foi dada num telegrama enviado para a Embaixada em Jacarta e distribuído por todos os postos diplomáticos em África onde se procurou fazer uma avaliação da realidade, sobretudo em Angola e Moçambique, concluindo-se também aqui por um tom favorável. Segundo as informações

---

<sup>42</sup>«Lisbon, 1878, May 11, 1974»; «Lisbon, 1884, May 13, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>43</sup>Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, p.8

disponíveis, havia «pouca actividade militar relacionada com o golpe», a situação permanecia «calma com demonstrações limitadas de apoio à Junta» e as declarações públicas da JSN sobre a nova política africana faziam supor que o novo Governo português seria «mais aceitável para os aliados da NATO»<sup>44</sup>

Esta perspectiva da preponderância da questão relacionada com a política para o Ultramar era partilhada igualmente pela Embaixada em Lisboa que a considerava «o cerne da relação da Junta de Spínola com a esquerda emergente a nível nacional e do seu relacionamento com a comunidade internacional». Segundo Scott este era o problema-chave do qual dependia o futuro do próprio regime nascido a 25 de Abril uma vez que era evidente um conflito entre Spínola, que «apelou a um período de preparação antes da autodeterminação», e a esquerda, que «pretendia um cessar-fogo e a independência imediata», sendo que «uma perda de iniciativa nesta questão» por parte do general podia «enfraquecer seriamente o regime».<sup>45</sup>

#### **4.Comunistas no Governo de um País da NATO**

Em meados de Maio a nova estrutura de poder começou a ser institucionalizada através da publicação da Lei 3/74 que definiu a ordem constitucional provisória, estabelecendo seis órgãos de soberania: Presidente da República, JSN, Governo Provisório, Conselho de Estado, Assembleia Constituinte e Tribunais. E, desde logo, sobressaiu um aspecto crucial para a compreensão da dinâmica do processo político subsequente: a tutela militar sobre o regime. A Junta de Salvação Nacional foi consagrada como órgão de soberania, competindo-lhe, entre outras coisas, vigiar o cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas e das leis constitucionais. Determinou-se ainda que o Presidente da República, a ser escolhido pela JSN de entre os seus membros, tinha de ser um militar.<sup>46</sup>

No dia 15, Spínola foi oficialmente empossado como Presidente da República, confirmando assim a sua preponderância formal no regime em construção. O seu discurso de posse constitui um importante documento na medida em que o general aproveitou a ocasião para antecipar alguns dos temas que dominaram o primeiro tempo da transição portuguesa, podendo-se destacar os seguintes aspectos: o apelo à ordem

---

<sup>44</sup>«Outgoing Telegram, 89222, May 2, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>45</sup>«Lisbon, 1735, May 3, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>46</sup>Para uma excelente análise da nova estrutura constitucional provisória ver Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp.65-69

contra a anarquia, a denúncia da proliferação de decisões descoordenadas e, sobretudo, o futuro da África portuguesa. Em relação aos dois primeiros temas, o general afirmou: «Vividas as primeira semanas de natural explosão emotiva, pontuada todavia por alguns excessos lesivos do clima de tranquilidade cívica cuja firme salvaguarda se impõe, o País vai entrar numa fase de reflectida ponderação, iluminada pelo reconhecimento de que a democracia não significa anarquia, e de que a confusão dispersiva de actuações descoordenadas não ajuda, de modo algum, a construção do futuro que o Povo Português anseia. O desrespeito pela ordem social decorrente de uma sólida fundamentação democrática e do perfeito funcionamento de instituições representativas foi sempre, em todos os tempos e latitudes, a porta por onde entraram os ditadores». Quanto a África, os recados do novo Presidente da República foram ainda mais relevantes, reforçando-se as divergências de projecto latentes desde a primeira hora entre Spínola e o MFA: «Entretanto, os nossos esforços centrar-se-ão no restabelecimento da paz no Ultramar; mas o destino do Ultramar português terá de ser democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua. Haverá que deixar-lhes inteira liberdade de decisão; e em África, como aqui, evitaremos por todas as formas que a força de minorias, sejam elas quais forem, possa afectar o livre desenvolvimento do processo democrático em curso».<sup>47</sup>

Um dia depois tomou posse o I Governo Provisório e sua natureza parecia, à partida, denotar uma preocupação de moderação. Primeiro, era um executivo quase exclusivamente civil, com apenas um militar – Firmino Miguel – na pasta da Defesa. Segundo, era escolhido para Primeiro-Ministro um moderado, Adelino da Palma Carlos, conhecido pelas suas tendências liberais. Terceiro, era composto por uma maioria de ministros independentes. Finalmente, incluía representantes dos principais partidos políticos, o que lhes garantia logo de início um papel importante no processo de transição. O PS conseguiu o maior número de pastas, ficando ainda Mário Soares com o importante posto dos Negócios Estrangeiros; o PPD incluiu Sá Carneiro (ministro sem Pasta) e Magalhães Mota (Administração Interna); o MDP/CDE foi representado por Francisco Pereira de Moura (ministro sem pasta); finalmente, o PCP ficou com dois ministérios, com Álvaro Cunhal como ministro sem Pasta e Avelino Pacheco Gonçalves no Trabalho.

---

<sup>47</sup> António de Spínola, *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática/Bertrand, 1976, pp.34-39

O essencial da nova ordem constitucional completou-se no último dia de Maio com a posse do Conselho de Estado (CE), constituído por 21 membros, dos quais 16 eram militares e apenas 5 civis. Da sua composição, um aspecto merecia desde logo destaque, como seja, a integração no seu seio dos 7 membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA: Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vítor Alves, Vítor Crespo, Almada Contreiras, Costa Martins e Pereira Pinto. Além disso, faziam parte do CR os 7 membros da JSN e igual número de «cidadãos de reconhecido mérito» escolhidos pelo Presidente da República: Almeida Bruno, Rafael Durão, Freitas do Amaral, Isabel Magalhães Colaço, Rui Luís Gomes, Henrique de Barros, Azeredo Perdigão. Até à sua dissolução, após o 11 de Março, o Conselho de Estado assumiu-se como um importante centro de poder, dispondo de amplas competências, com destaque para as suas extensas capacidades constituintes, tendo mesmo sido classificado como «um misto de Tribunal Constitucional e Assembleia Constituinte».<sup>48</sup>

#### Quadro 1

### I Governo Provisório

(15/5/74 – 10/7/74)

<b><i>Primeiro-Ministro</i></b>	<b><i>Ministro do Trabalho</i></b>
Adelino da Palma Carlos	Avelino Pacheco Gonçalves (PCP)
<b><i>Ministros sem Pasta</i></b>	<b><i>Ministro da Defesa Nacional</i></b>
Francisco Sá Carneiro (PPD)	Mário Firmino Miguel (militar)
Álvaro Cunhal (PCP)	<b><i>Ministro da Coordenação Interterritorial</i></b>
Francisco Pereira de Moura (MDP/CDE)	António de Almeida Santos (independente)
<b><i>Ministro dos Negócios Estrangeiros</i></b>	<b><i>Ministro da Coordenação Económica</i></b>
Mário Lopes Soares (PS)	Vasco Vieira de Almeida (independente)
<b><i>Ministro da Justiça</i></b>	<b><i>Ministro do Equipamento Social e Ambiente</i></b>
Francisco Salgado Zenha (PS)	Manuel Rocha (independente)
<b><i>Ministro da Comunicação Social</i></b>	<b><i>Ministro da Educação e Cultura</i></b>
Raul Rego (PS)	Eduardo Correia (independente)
<b><i>Ministro da Administração Interna</i></b>	<b><i>Ministro dos Assuntos Sociais</i></b>
Joaquim Magalhães Mota (PPD)	Mário Murteira (independente)

<sup>48</sup>Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...ob.cit.*, p.68. A este respeito, ver também: Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas: 1941-1975*, Lisboa, Bertrand/Nomem, 1995, pp.202-09

Numa primeira análise, tudo parecia aceitável para os EUA. Porém, a inclusão de dois elementos do Partido Comunista no Governo de um País membro da NATO acabou por ter um importante impacto negativo em Washington, bem como na generalidade das capitais europeias ocidentais.

Cumprе sublinhar que a decisão de Spínola era compreensível do ponto de vista interno, sobretudo tendo em conta os equilíbrios domésticos e a dinâmica demonstrada pelo PCP nas primeiras horas da revolução. O próprio general explicou posteriormente as razões da sua decisão em termos inteligíveis, afirmando ter-se tratado de um instrumento para responsabilizar Álvaro Cunhal nas tarefas governamentais, impedindo-o de capitalizar de fora o descontentamento social inevitável num momento de explosão reivindicativa; escreveu ele nas suas memórias «(...)tendo-se chegado à conclusão de que o Partido Comunista estava amplamente infiltrado no MFA, havia que responsabilizá-lo abertamente nas tarefas do Governo, pois, caso contrário, mantendo-se nos bastidores e dominando as estruturas dos diversos sectores da Administração e as cúpulas marxistas do Movimento, tiraria todas as vantagens de uma situação de facto nela não assumiria qualquer responsabilidade, reforçando até a sua posição na crítica aos partidos representados no Governo».<sup>49</sup> E no mesmo sentido ia a opinião de Mário Soares: «Quanto à entrada de Álvaro Cunhal, não só concordei com ela, como tornei claro que o PS não entraria no Governo sem a participação dos comunistas. Se os deixássemos de fora, nós, socialistas, ficaríamos numa posição política muito vulnerável, com o PC a tirar, na oposição, todos os dividendos de uma situação que, obviamente, seria muito difícil. Por isso eu queria o Cunhal no Governo».<sup>50</sup>

Mas esta opção, mesmo que aparentemente justificável do ponto de vista interno, acabou por determinar a atitude norte-americana na primeira fase da transição portuguesa, bem como ao longo de todo o processo que decorreu entre 1974 e 1976. A presença de elementos comunistas no Governo de um País membro da NATO foi percebida em Washington como um precedente perigoso, sobretudo a partir do

---

<sup>49</sup> António de Spínola, *País sem Rumo...*, p.132

<sup>50</sup> Maria João Avelaz, Soares. *Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p.328. Curiosamente, a única voz interna que parece ter questionado directamente a decisão do general foi a do próprio MFA, que terá alertado para as reacções internacionais de tal facto. Revela Otelo: «(...)foi precisamente o general Spínola que, em face da nossa reacção ao perguntarmos-lhe o que se diria a nível mundial por chamar tão preponderante elemento do PCP [Cunhal] para o Governo, se nos gabou: - “Eu sou muito mais democrata do que vocês, estou muito mais à esquerda do que o Movimento, sou muito mais progressista e garanto-vos que não têm razão para receios», Otelo Saraiva de Carvalho, *Cinco Meses que Mudaram Portugal*, Lisboa, Portugália Editora, 1975, p.18

momento em que começou a haver crescente probabilidade de os comunistas chegarem ao poder em Itália e França e que Grécia e Espanha iniciaram os seus processos de mudança de regime. Temeu-se que Lisboa pudesse influenciar negativamente Roma, Paris, Atenas e Madrid, ou seja, a evolução política de toda a Europa do Sul. Portugal começou a ser visto como uma peça oscilante de um novo «dominó» vermelho agora em pleno flanco sul da NATO.

E esta preocupação foi-se mesmo agravando à medida que o processo político em Lisboa foi virando à esquerda, crescendo na capital norte-americana a percepção de que o PCP ia tomar o poder em Portugal, sobretudo após o 11 de Março de 1975.

Nas suas memórias, Henry Kissinger foi muito claro a este respeito. Começando por afirmar que «era de facto muito sério o perigo da participação comunista no governo português», acrescentou que esse perigo «era agravado pelo facto de, simultaneamente, em Itália, democratas-cristãos de Aldo Moro estarem a discutir a ideia de formar uma coligação com o Partido Comunista Italiano – o chamado compromisso histórico (...). Se os comunistas alcançassem uma posição de poder em qualquer destes dois países, criar-se-ia uma sensação de inevitabilidade, facilitando a inclusão de comunistas noutros governos da NATO. Com o mundo ocidental ainda combalido com a crise energética, a liderança norte-americana ensombrada pelo “caso Watergate” e pelos protestos contra a Guerra do Vietname e com os dirigentes soviéticos a insistirem numa mudança na “correlação de forças”, o fenómeno do comunismo na Europa Ocidental podia tomar proporções muito perigosas». Como explicou ainda o Secretário de Estado, o seu principal receio era o das possíveis consequências de tal realidade ao nível da NATO: «A questão-chave não era o grau de independência dos partidos comunistas europeus relativamente a Moscovo, mas sim a sua ideologia e organização comunistas. Nem a dinâmica nem os seus programas eleitorais se me afiguravam compatíveis com a democracia ou com os propósitos estabelecidos pela NATO. Nenhum partido Comunista europeu – nem mesmo o italiano – apoiara a formação da Aliança Atlântica. Por mais dificuldades que a sua independência colocasse a Moscovo, o que é certo é que das suas agendas políticas não constava qualquer estratégia comum para a defesa das democracias ocidentais. O sistema de consultas estreitas entre os membros da Aliança Atlântica com base em objectivos comuns e filosofias compatíveis sairia enfraquecido, ou mesmo completamente deteriorado. A troca de informações de alto nível e o planeamento militar integrado ficariam em risco». Por tudo isto, concluiu de modo categórico: «Eu

era um veemente opositor de qualquer tipo de apoio norte – americano à participação comunista no governo de um país da NATO». <sup>51</sup>

Estas preocupações geopolíticas de Henry Kissinger foram determinantes na atitude dos EUA face ao evoluir do processo de transição para a democracia em Portugal que dependeu sempre da forma como as autoridades de Lisboa lidaram com o problema do comunismo. Toda a acção norte-americana esteve directamente ligada ao modo, favorável ou desfavorável, como evoluiu o seu objectivo último – forçar a saída do PCP do Governo e travar a sua revolução.

Não obstante, importa sublinhar que não houve, no imediato, uma forte reacção pública por parte de Washington à notícia da participação de Álvaro Cunhal e Avelino Gonçalves no executivo português. Num primeiro momento, a Administração norte-americana optou por se limitar a não apoiar Spínola, mesmo simpatizando com o seu projecto para a Metrópole e para o Ultramar. Assim, como veremos mais adiante, recusou os seus pedidos de auxílio político e económico, pretendendo transmitir uma mensagem clara a Portugal, mas também a Itália, França, Espanha e Grécia - a de que um país da NATO com comunistas no Governo não podia contar com qualquer ajuda dos EUA - e acautelou-se contra os perigos de segurança decorrentes da presença do PCP no conselho de ministros, vedando a Portugal o acesso às informações classificadas da NATO. Ou seja, os Estados Unidos «esperavam para ver» a evolução do processo político português.

De resto, as preocupações de Henry Kissinger não eram partilhadas por todo o governo norte-americano e mesmo no quadro do Departamento de Estado havia quem desvalorizasse o alcance do “perigo comunista”. Era o caso do seu Embaixador em Lisboa que no próprio dia da tomada de posse do I Governo Provisório escreveu para Washington que «apesar da presença de Álvaro Cunhal e do ministro do Trabalho comunista, o Governo não tem a composição “esquerdista” que a actividade política das últimas semanas sugeria que pudesse ter». Neste interessante documento, Scott avaliou um a um os novos ministros em termos reveladores do pouco conhecimento que tinha dos principais seus protagonistas, incluindo dos membros do PCP. Sobre Palma Carlos escreveu: «Não está ligado a nenhum grupo político, mas é considerado um liberal reformista»; e acrescentou de forma curiosa: «não é um homem saudável, tendo sofrido dois ou três ataques cardíacos». Mário Soares era apresentado «como um socialista de

---

<sup>51</sup>Henry Kissinger, *Anos de Renovação...*, ob. cit, p.556-59

esquerda (...) inteligente e trabalhador, mas sem muitos seguidores em Portugal e visto por alguns como um oportunista»; já o seu partido era «uma organização de papel». Sá Carneiro mereceu comentários mais favoráveis, sendo descrito como «o mais intransigente e interessante dos deputados liberais entre 1969 e 1973». Vasco Viera de Almeida foi o mais elogiado: «é muito respeitado pelos banqueiros americanos, com que teve contactos e que o consideram competente e com bom senso». Muito curioso foi o retrato que o Embaixador traçou de Pereira de Moura, considerado «um socialista e católico devoto», não havendo «nenhuma evidência de estar influenciado pelo Partido Comunista». Quanto aos membros do PCP, Álvaro Cunhal era descrito somente como «um duro e disciplinado comunista de longa data que viveu catorze anos em Praga» e Avelino Gonçalves era apenas «um comunista não conhecido da Embaixada».<sup>52</sup>

Para além das divisões entre os americanos acerca do alcance da participação dos comunistas no executivo português, o impacto negativo desse facto foi ainda atenuado, num período inicial, em consequência dos esforços levados a cabo pelas autoridades de Lisboa no sentido dar garantias aos EUA de moderação do processo de mudança de regime e de manutenção do essencial da política externa do País.

O primeiro sinal público foi dado por Spínola que fez questão de inaugurar as audiências com o corpo diplomático acreditado em Portugal com o Embaixador norte-americano. O encontro ocorreu logo a 1 de Maio e, de acordo com o relato de Scott, o general procurou transmitir uma imagem favorável do seu projecto, quer para a Metrópole, quer para África, começando por sublinhar que «após 45 anos de fascismo, o golpe de 25 de Abril trouxe Portugal para a democracia e para o mundo ocidental, sendo agora muito mais fácil aos aliados apoiar o País». Em seguida, «afirmou que os pilares da sua política, em total sintonia com o programa do MFA» eram a «autodeterminação em África, tal como preconizada no seu livro», a «transformação de Portugal numa verdadeira democracia, semelhante à dos EUA, através da realização de eleições livres e justas» e, finalmente, o «cumprimento de todas as obrigações internacionais do País, incluindo no âmbito da sua participação na NATO». Antes de terminar a audiência, o futuro Presidente da República ainda se esforçou por justificar, preventivamente, a participação do PCP no Governo – ainda que o mesmo só tenha tomado posse dezasseis dias depois – afirmando que «a sua adesão aos princípios democráticos não seria credível se qualquer segmento organizado fosse excluído, quer

---

<sup>52</sup>«Lisbon, 1949, May 16, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

do eleitorado, quer do Governo». E o general concluiu com «um apelo ao apoio e assistência dos Estado Unidos» a Portugal.<sup>53</sup>

Sintomaticamente, apenas quatro dias após a tomada de posse do Governo Provisório, Spínola voltou a encontrar-se com Stuart Nash Scott para lhe assegurar que o País «estava longe de caminhar em direcção ao comunismo» e encontrava-se «determinado em ter um sistema completamente democrático», tentando assim esvaziar as possíveis interpretações de sentido contrário resultantes da presença de Álvaro Cunhal e Avelino Gonçalves no conselho de ministros; e, referindo-se especificamente ao compromisso de realizar eleições dentro de um ano, foi ao ponto de afirmar que o Governo daí resultante não teria «nem comunistas, nem socialistas».<sup>54</sup>

Mário Soares também se esforçou imediatamente por dar garantias aos norte-americanos. Fê-lo mesmo antes de tomar posse como ministro dos Negócios Estrangeiros, aproveitando os contactos estabelecidos durante o exílio com alguns dirigentes europeus ocidentais para transmitir a Washington uma imagem moderada do processo português de mudança de regime, ao mesmo tempo que procurou garantir por esta via o seu apoio para o PS. Assim, logo a 30 de Abril, Soares pediu a Hans Dingels, então responsável pelas relações internacionais do Partido Social-Democrata da RFA (SPD) para fazer chegar ao governo dos Estados Unidos uma nota pessoal onde dizia «esperar que as autoridades dos EUA tirassem as conclusões correctas acerca do significado do golpe em Portugal, o qual não tinha nada que ver com sentimentos anti-NATO».<sup>55</sup> Dois dias depois, o dirigente socialista recorreu a Hans-Juergen Wischnewski, deputado da RFA eleito pelo SPD, para transmitir a Washington que «com a aprovação da Junta [de Salvação Nacional] pretendia estabelecer contactos com dirigentes norte-americanos».<sup>56</sup> A 3 de Maio foi a vez de James Callaghan interceder por Mário Soares junto do governo dos Estados Unidos, enviando a seu pedido uma mensagem a Henry Kissinger que, pelo seu interesse, transcrevemos aqui quase integralmente: «Acabei de ter um encontro muito útil com Mário Soares, o Secretário-Geral do Partido Socialista Português, sobre o qual julgo que você gostará de ser informado de imediato. A situação em Portugal é ainda confusa e as intenções de Spínola em relação à formação do Governo não são claras. Soares diz que o Governo será formado dentro de 14 dias e deixou-me claro que o único lugar que o Partido

---

<sup>53</sup>Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit., pp.6-7

<sup>54</sup>«Lisbon, 2011, May 21, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>55</sup>«Bonn, 6931, April 30, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>56</sup>«Bonn, 7002, May 2, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

Socialista aceitará é o de Primeiro-Ministro: ele rejeitará de certeza o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Isto porque ele encara a sua principal tarefa como sendo a de preparar as eleições que espera que ocorram dentro de um ano. Se ele for nomeado Primeiro-Ministro agora resignará ao cargo de Secretário-Geral e pensa que estará em boa posição para organizar e ganhar as eleições. (...) Soares vê o Partido Socialista como a única força no País capaz de resistir aos comunistas que, segundo acredita, têm o total apoio por parte da União Soviética. Soares sublinhou que, durante as demonstrações do dia Primeiro de Maio em Lisboa, que podem ter envolvido mais de um milhão de pessoas, ele foi a única personalidade em posição de desafiar o Secretário-Geral do Partido Comunista, Álvaro Cunha. Ele diz que a direita não está em posição de lançar um contra-golpe ou mesmo de constituir uma força política viável neste momento. Soares atribui grande importância ao facto de poder ter o total apoio dos governos britânico e americano (...). Para esse fim, ele está muito ansioso por se encontrar consigo e visitar os Estados Unidos e as Nações Unidas o mais breve possível. (...) Eu disse-lhe que ia transmitir a si esta ideia [a Kissinger] e dar-lhe uma resposta o mais breve possível. Conheço Mário Soares há muitos anos e tenho considerável confiança nele. Nós deveremos oferecer ao Partido Socialista Português ajuda técnica e ao nível da sua organização na convicção de que um Governo com a sua participação é aquele que oferece a melhor perspectiva para o Ocidente».<sup>57</sup>

O mesmo tipo de garantias foi dado à Europa Ocidental. Igualmente com o duplo objectivo de promover a aceitação internacional do novo regime e de afirmar o PS como uma força de moderação que devia ser apoiada, Mário Soares iniciou a 2 de Maio um périplo europeu, visitando o Reino Unido, a RFA, a França, a Bélgica, bem como a Comissão Europeia, e encontrando-se com vários socialistas no poder – Harold Wilson, James Callaghan, Willy Brandt – ou perto dele – François Mitterrand. A todos assegurou que Portugal ia honrar os seus compromissos internacionais, especialmente no respeitante à NATO, e que estava empenhado em construir um regime democrático. Ao mesmo tempo, esforçou-se por garantir apoio político e económico por parte dos aliados do “velho continente”, tendo recebido promessas nesse sentido por parte de vários governos e da própria CEE.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> «Outgoing Telegram, 91005, May 3, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>58</sup> Conferência de Imprensa de Mário Soares sobre o périplo europeu, cit. em José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril...*, ob. cit., p.49

A nomeação de Mário Soares para ministro dos Negócios Estrangeiros facilitou a sua tarefa de promoção da imagem externa da revolução portuguesa, bem como a do seu partido, privilegiando uma vez mais o relacionamento com os aliados ocidentais e muito em especial com os EUA pois, ao contrário do que acontecia com os europeus ocidentais, praticamente não tinha ligações em Washington. Assim, no próprio dia da sua posse, enviou uma nota a Stuart Nash Scott assegurando que as relações entre os dois países não iam sofrer alterações; como garantia dessa intenção decidiu manter em funções o Embaixador português em Washington, João Hall Themido, facto só repetido no caso do diplomata que estava colocado em Berna.<sup>59</sup> De igual modo, e tal como Spínola havia feito anteriormente, escolheu o Embaixador dos EUA para iniciar os contactos com o corpo diplomático acreditado em Lisboa, empenhando-se em clarificar o significado da participação do PCP no Governo português. A este respeito afirmou que, embora tenha «insistido que os comunistas estivessem representados no conselho de ministros», a «sua posição não derivava de nenhuma simpatia pelo comunismo»; pelo contrário, «sentia que era essencial que o PCP partilhasse as responsabilidades da governação em vez de ficar de fora a capitalizar o descontentamento com a acção do executivo». Indo mais longe, «negou veementemente a possibilidade de qualquer futura frente comum socialista-comunista como acontecia em França».<sup>60</sup>

Curiosamente, também Álvaro Cunhal se esforçou por tranquilizar os norte-americanos. No encontro que manteve com Stuart Nash Scott em Junho, o líder do PCP foi «cordial e agradável» e começou logo por afirmar que «Portugal estava ansioso por ter, não só boas, como ainda melhores relações com os Estados Unidos». Mesmo em relação à questão sensível da Base dos Açores, embora não deixado de expressar «oposição à presença de quaisquer bases militares estrangeiras em território português», sugeriu que o seu partido não ia colocar de imediato problemas pois «este não era o tempo para prosseguir com as negociações, devendo estas ser adiadas até ao momento em que pudessem ser tratadas no contexto mais lato da “détente” Leste-Oeste»; para ele tratava-se de «uma matéria que devia ser deixada para a fase de conclusão do processo de democratização em Portugal, ou seja, após a eleição de um Governo civil permanente». Quanto à presença dos comunistas no executivo, enfatizou que «as preocupações existentes nos Estados Unidos sobre uma possível interferência da participação do PCP no governo português ao nível das relações entre os Governos dos

---

<sup>59</sup>João Hall Themido, *Dez Anos em Washington...*, ob. cit., p.171

<sup>60</sup>Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit., pp.8

dois países eram infundadas»; na realidade, ele e o seu partido estavam «genuinamente dedicados ao estabelecimento ordeiro de um Governo verdadeiramente democrático em Portugal». A terminar, Cunhal fez questão de expressar a sua «confiança» de que «a actuação do novo Governo tornará muito mais fácil aos EUA apoiar Portugal».<sup>61</sup>

Segundo um dado importante revelado por João Hall Themido nas suas memórias, também em relação a África se procurou dar garantias ao aliado do outro lado do Atlântico. A este respeito, escreveu o então Embaixador português em Washington: «Cumprindo instruções de Lisboa, fiz diligências para averiguar da possibilidade de, não obstante o embargo, Portugal adquirir armamento necessário à defesa dos territórios coloniais, o que constituía em si mesmo indicação clara de que a política defendida pelo General Spínola quanto à descolonização ia ser seguida».<sup>62</sup>

## **5.Partidos políticos e ligações internacionais**

Como referimos anteriormente, a composição do I Governo Provisório garantiu desde logo aos partidos políticos um papel importante na transição democrática portuguesa, muito em especial àqueles que nele estiveram representados, como foi o caso do Partido Comunista, do Partido Socialista e do Partido Popular Democrático.<sup>63</sup> E, não obstante a preponderância do poder militar ao longo de todo o processo, a componente político-partidária foi adquirindo crescente relevância, acabando por influenciar em larga medida o seu resultado final, ainda que essencialmente devido às alianças tácticas estabelecidas com os diferentes grupos que emergiram no seio das Forças Armadas e reforçados pelos apoios internacionais recebidos.

### **5.1.O PCP e os apoios de Moscovo**

A 25 de Abril de 1974, o Partido Comunista Português era a única força política organizada, com um aparelho montado, um ideário, um programa político definido desde os anos 1960, altura em que Cunhal escreveu no *Rumo à Vitória* o caminho para

---

<sup>61</sup>«Lisbon, 2372, June 11, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp) Refira-se, a título de curiosidade, que Scott ficou verdadeiramente impressionado com o Secretário-Geral do PCP, descrevendo-o para Washington como uma pessoa «afável, inteligente, atraente e muito impressionante» e acrescentando de modo particularmente extraordinário: «na minha inocência, ele impressionou-me como homem com quem se pode falar de modo franco e directo»

<sup>62</sup>João Hall Themido, *Dez Anos em Washington...*ob.cit, p.175. Importa referir que procurámos aprofundar este ponto particularmente importante durante a pesquisa realizada no arquivo histórico-diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros não tendo porém encontrado informação adicional sobre as diligências feitas em Washington por João Hall Themido

<sup>63</sup>O MDP/CDE esteve igualmente representado no I Governo Provisório; porém, dada a sua total sintonia estratégica com o PCP não é aqui analisado individualmente

a “Revolução Democrática e Nacional”, e uma estratégia de poder.<sup>64</sup> O PCP partiu assim em vantagem relativamente aos restantes partidos que praticamente não existiam à época no território nacional, inclusive o PS.

A superioridade comparativa dos comunistas assentou primordialmente no seu aparelho que, embora não contando com muitos militantes por ocasião do derrube do Estado Novo, era muito disciplinado, bem organizado e, o que é mais, o único existente à data no panorama político-partidário português.<sup>65</sup> Como escreveu José Pacheco Pereira, «A longa clandestinidade e a correlativa longa história de repressão tiveram como consequência a moldagem do PCP de um aparelho poderoso e de uma “ideologia de aparelho”»; e acrescentou: «De facto, o aparelho do PCP é notável e absolutamente ímpar se se comparar com os dos outros partidos nacionais. Em número de funcionários permanentes, de sedes, de estruturas de apoio, de capacidade de propaganda e mobilização, o PCP não tem paralelo. E, se acrescentarmos ao aparelho político central, os inúmeros aparelhos laterais que o partido pode usar (e usa frequentemente), como o dos sindicatos, cooperativas e associações de todo o tipo, a capacidade global de actuação cresce consideravelmente». Além disso, o Partido Comunista desenvolveu na clandestinidade uma grande experiência de segurança, informação, controlo e infiltração de outras organizações que se revelou preciosa no período subsequente ao golpe. Pacheco Pereira classificou essa experiência de «vital na situação conturbada da revolução», pois «permitiu ao partido tomar praticamente de assalto sindicatos, cooperativas, instalações de organizações para-militares da ditadura e criar, nos primeiros meses após Abril de 1974, uma rede de comissões *ad hoc* que se reclamavam da legitimidade “anti-fascista” para substituir as antigas autoridades». E o autor concluiu, dizendo que «nenhum outro grupo ou partido teve essa capacidade e isso deu, de imediato, ao PCP instalações, recursos materiais, e uma aparência de força a nível nacional»<sup>66</sup>

Além desta organização ímpar, o PCP tinha também um ideário bem definido - o Marxismo-Leninismo - e um programa político assente nos oito pontos da “Revolução Democrática e Nacional”, dos quais se podem destacar os «cinco

---

<sup>64</sup>Ver Álvaro Cunhal, *Rumo à Vitória*, Porto, Opinião, 1975. A obra é composta na íntegra pelo Relatório apresentado ao Comité Central do Partido Comunista Português, em Abril de 1964, por Álvaro Cunhal e intitulado *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*

<sup>65</sup>Estima-se que o número de membros, em 25 de Abril de 1974, variasse entre os 2 mil e os 6 mil. Ver Pacheco Pereira, «O Partido Comunista Português e a Esquerda Revolucionária», em Mário Baptista Coelho (dir.), *Portugal- O Sistema Político e Constitucional: 1974-1987*, Lisboa, ICS, 1989, p.80

<sup>66</sup>Pacheco Pereira, «O Partido Comunista Português...», ob. cit., p.85

objectivos fundamentais (...) o derrubamento da ditadura fascista; a liquidação do poder dos monopólios e dos latifúndios; a libertação do domínio imperialista; a liquidação da vergonhosa herança colonial e uma transformação social profunda da sociedade portuguesa».<sup>67</sup>

Finalmente, os comunistas foram rápidos a conceber uma estratégia de poder adaptada às realidades do período, abdicando temporariamente da fórmula clássica do levantamento nacional e insurreição popular armada, para privilegiar a tentativa de controlo do MFA, definido desde o início como o aliado preferencial, bem como do movimento popular organizado, segundo a fórmula que ficou conhecida por «Aliança Povo-MFA». Logo na sua chegada a Lisboa, em cima de um tanque do exército, Álvaro Cunhal revelou os primeiros sinais da sua estratégia: «A aliança do povo [leia-se PCP] e dos militares [leia-se MFA] é, na situação específica hoje existente, uma condição essencial para o progresso da democratização da sociedade portuguesa».<sup>68</sup> Já no discurso do Primeiro de Maio, o líder dos comunistas enunciou o segundo pilar do seu plano de poder: «Para assegurar a vitória definitiva, insistimos em duas condições essenciais e imediatas. A primeira condição essencial é a unidade e rápida ampliação e reforço de organização da classe operária das massas populares, das forças democráticas (...). A classe operária, as massas populares são uma força imensa, mas precisam de estar organizadas. É necessário, indispensável, decisivo, organizar (e organizar rapidamente) essa força imensa das massas populares. O Partido Comunista saúda os novos e grandes passos dados em poucos dias pelo movimento sindical, que é já um grande e poderoso movimento dos trabalhadores, livres e independentes».<sup>69</sup>

Deste modo, o PCP adaptou rapidamente a sua estratégia de poder com vista a dominar a prazo um processo revolucionário que foi desencadeado, à sua margem, pelas Forças Armadas, fazendo-o através da fórmula «Aliança Povo-MFA», tradução de um duplo controlo: sobre o poder militar e sobre o movimento popular organizado. O MFA era o garante do controlo do poder militar indispensável à revolução preconizada por Cunhal, ou seja, o seu braço armado. O povo era a expressão do controlo dos comunistas do movimento popular organizado, através da hegemonia no mundo sindical. Como confessou o próprio Secretário-Geral do partido: «Nunca é de

---

<sup>67</sup>Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, 2ª edição, Lisboa, Avante, 1994, p.118

<sup>68</sup>Álvaro Cunhal, «Discurso à chegada ao Aeroporto de Lisboa», 30 de Abril de 1974, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, Discursos Políticos nº1*, Edições Avante!, 1975, p.13

<sup>69</sup>Álvaro Cunhal, «Discurso no 1º de Maio», 1 de Maio de 1974, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, Discursos Políticos nº1*, Edições Avante!, 1975, pp.21-22

mais insistir que a força motora da revolução portuguesa é a aliança Povo-Forças Armadas, ou, mais precisamente, do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas. (...) As forças populares representam para o povo o que o MFA representa para as Forças Armadas. No ponto de vista social, trata-se da aliança do povo com as Forças Armadas. No ponto de vista político, trata-se da aliança com o MFA do movimento popular organizado. (...) A dinâmica do movimento popular e a dinâmica do movimento militar complementam-se, influenciam-se e ajudam-se reciprocamente, imprimem à revolução portuguesa vigor, decisão e confiança. Mantendo-se e reforçando-se a unidade das forças populares, a unidade do MFA e a aliança entre as duas componentes, a revolução portuguesa é irreversível e invencível».<sup>70</sup>

Para além destas vantagens internas iniciais, o PCP beneficiou igualmente de um considerável apoio externo, com destaque para o concedido pela URSS e RDA. Iremos analisar com detalhe este assunto num capítulo posterior; porém, importa referir desde já que quer Moscovo, quer Berlim, auxiliaram o Partido Comunista ao nível económico e organizativo, como o atestam o enorme crescimento verificado ao nível de militantes, sedes, centros de emprego, cooperativas e associações de vários tipos.<sup>71</sup>

No caso do auxílio soviético, a tarefa de apurar a sua real dimensão é dificultada pela ausência de documentos de arquivo; porém, há diversas evidências e testemunhos de que existiram efectivamente apoios, ainda que subsistam divergências quanto aos seus montantes. Por exemplo, o ex-Primeiro-Ministro britânico, Harold Wilson, afirmou que «Moscovo tinha gasto 100 milhões de dólares com o PCP;<sup>72</sup> já para o bem informado investigador norte-americano, Tad Szulc, os soviéticos canalizaram «fundos para o Partido Comunista Português num valor mensal aproximado de 2 a 3 milhões, segundo as melhores estimativas secretas da Embaixada em Lisboa e do Departamento de Estado».<sup>73</sup>

Ainda a este respeito, refira-se o que a CIA escreveu num estudo realizado em Outubro de 1976: «As afirmações de Moscovo de desinteresse pelos assuntos do Portugal pós-revolucionário foram sempre comprometidas pelo constante fluxo de dinheiro soviético para o PCP. O montante concreto dos subsídios soviéticos é

---

<sup>70</sup>Álvaro Cunhal, «Discurso no Comício do PCP em Vila Franca de Xira de Homenagem a Carlos Pato e António Tavares», 18 de Maio de 1975, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, Discursos Políticos nº5*, Edições Avante!, 1976, pp.38-40

<sup>71</sup>De acordo com os números fornecidos pelo próprio PCP, entre Julho de 1974 e Maio de 1974 os comunistas passaram de cerca 14 mil militantes para 100 mil

<sup>72</sup>Kenneth Maxwell, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p.174

<sup>73</sup>Tad Szulc, «Lisbon & Washington: Behind the Portuguese Revolution», *Foreign Policy*, nº21, Winter 1975, p.9

desconhecido, mas eles foram suficientes para tornar o PCP relativamente rico em comparação com os seus adversários políticos (tendo em conta critérios tangíveis como número de *posters*, banda sonora e funcionários a tempo inteiro visíveis nas campanhas eleitorais). Contudo, os soviéticos tiveram o cuidado de confinar as suas remessas de fundos a canais clandestinos, uma prática que ajudou a sustentar a sua pose de “mãos limpas”». <sup>74</sup>

Já em relação aos apoios fornecidos pela RDA, começam hoje a ser conhecidos novos dados em virtude dos seus documentos de arquivo estarem a ser quase integralmente disponibilizados, verificando-se que o Partido Socialista Unido (SED) no poder disponibilizou ajuda técnica e financeira ao PCP, essencialmente no contexto da luta pelo controlo do movimento sindical. Como escreveu Tilo Wagner num artigo publicado recentemente: «Durante a luta pelo controlo [do movimento sindical] que se prolongou pelo ano de 1974, o SED mostrou ser um parceiro útil, providenciando apoio técnico e financeiro aos comunistas portugueses. Mesmo antes de os primeiros contactos diplomáticos entre Portugal e a RDA serem estabelecidos, Werner Heilmann, um alto funcionário da Confederação Livre dos Sindicatos Alemães (FDGB), encontrou-se com os seus homólogos portugueses da Intersindical, em Lisboa, tendo sido o primeiro membro de um sindicato de um país socialista a visitar o Portugal revolucionário. (...) O FDGB não hesitou em colocar à disposição da Intersindical apoio técnico no valor de 100 mil marcos a juntar a outros 100 mil marcos. (...) Em Novembro de 1974, a FDGB contribuiu com mais de 100 mil marcos para a construção da empresa gráfica da Intersindical que foi usada para publicar a revista *Alavanca*». <sup>75</sup>

## **5.2.O PS e a estratégia de afirmação «de fora para dentro»**

No dia 25 de Abril de 1974, o PS era um partido praticamente inexistente em Portugal. A sua estrutura organizativa era muito débil, não contando com mais de umas escassas centenas de militantes e não mais do que dois ou três mil simpatizantes. <sup>76</sup> Como o próprio Mário Soares confessou mais tarde: «Ninguém sabia qual era a nossa força. No primeiro ano, à medida que íamos fazendo umas reuniõezinhas modestas pelo

---

<sup>74</sup>«Soviet Policy and European Communism», CIA, *Research Study*, October, 1976. [www.foia.cia.gov](http://www.foia.cia.gov)  
Para mais pormenores, ver capítulo sobre a política da URSS para a revolução portuguesa

<sup>75</sup>Tilo Wagner, «Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos», *Relações Internacionais*, nº11, Setembro 2006, pp.79-89. Os dados citados pelo autor resultam da sua investigação nos arquivos da RDA

<sup>76</sup>Ver a este respeito, António Reis, *O Partido Socialista na Revolução. Da via Portuguesa para o Socialismo em Liberdade à Defesa da Democracia Pluralista*, s.d, policopiado, p.24-26

país, o Partido Comunista fazia concentrações maciças, no Campo Pequeno e noutros locais, mobilizando milhares de pessoas e de bandeiras. Isso contribuiu para que se pensasse, generalizadamente, que a força estava sobretudo do lado do PC. Nós aparecíamos, nos primeiros meses, como uma força política menor, com uma organização deficiente e algumas contradições internas muito visíveis».<sup>77</sup>

Esta enorme fraqueza do Partido Socialista no território nacional levou os seus líderes a privilegiar desde o início uma estratégia de afirmação «de fora para dentro», procurando estabelecer uma rede de contactos internacionais em busca de apoios políticos e materiais. Neste campo, destacou-se o papel desempenhado pelos seus congéneres europeus ocidentais, mas também pelos norte-americanos, que, no seu conjunto, contribuíram para os socialistas passarem de uma força residual no País para o partido que liderou no campo civil a luta pela construção da democracia portuguesa.

Na realidade, a dimensão externa esteve presente desde o momento da fundação do partido que, sintomaticamente, ocorreu fora das fronteiras nacionais, mais propriamente em Bad-Munstereifel, na RFA, nas instalações da Academia Kurt-Schumacher da Fundação Friedrich Ebert, uma organização associada ao SPD. De resto, a sua predecessora Acção Socialista Portuguesa (ASP) havia igualmente beneficiado destas ligações internacionais, desenvolvidas por Mário Soares no exílio, sobressaindo neste âmbito a sua admissão, em Junho de 1972, à Internacional Socialista (IS).

Como as circunstâncias da própria génese do PS sugerem, os alemães ocidentais desempenharam um papel primordial no apoio aos socialistas portugueses, muito em especial através da Fundação Friedrich Ebert, um contacto de Mário Soares desde 1968, altura em que foi apresentado a Robert Lamber, da sua direcção, em casa do socialista espanhol Tierno Galvan.<sup>78</sup>

Porém, a principal ligação partidária europeia do PS num período inicial foi com o Partido Socialista Francês (PSF) que, não obstante os seus escassos recursos para proporcionar auxílio material em virtude de não se encontrar no poder, forneceu uma importante ajuda logística e influenciou o desenvolvimento ideológico do congénere português. Paradigmaticamente, o seu Programa e a Declaração de Princípios foram aprovados em Paris, numa reunião ocorrida nas instalações da Fundação Leo Lagrange afecta ao PSF, sendo fortemente influenciados pelo exemplo de François Mitterand.

---

<sup>77</sup>Maria João Avillez, *Soares...*, ob cit., p.320

<sup>78</sup>Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p.36

Como escreveu António Reis: «Com efeito, longe de configurar um exercício tático ou de hipocrisia política, essa orientação reflectiu antes com fidelidade toda uma cultura política oposicionista em desenvolvimento desde o início da década de sessenta, bem como a influência do processo de renovação dos socialistas franceses nos meios intelectuais-políticos portugueses, por tradição de há muito particularmente vulneráveis ao pensamento político-ideológico gaulês».<sup>79</sup>

Consequentemente, do ponto de vista programático, o PS nasceu mais próximo do socialismo democrático mediterrânico do que da social-democracia dos partidos do Norte da Europa. De entre os seus objectivos primordiais contavam-se «a edificação em Portugal de uma sociedade sem classes», liberta da «alienação do trabalho» e do «império das categorias mercantis», «mediante a construção do poder dos trabalhadores, no quadro da colectivização dos meios de produção e distribuição do planeamento económico com pluralidade de iniciativas». Mas acrescentava-se a defesa da democracia representativa através da «realização da síntese entre as várias correntes que aspiram ao socialismo em liberdade».<sup>80</sup>

O exemplo francês influenciou igualmente o primeiro tempo da estratégia política de Mário Soares, estando na base da sua perspectiva inicial de unidade com o PCP, à semelhança do «Programa Comum» preconizado por Mitterrand. Assim, em Setembro de 1973, «por insistência dos socialistas», realizou-se em Paris um encontro entre Mário Soares e Álvaro Cunhal onde foi subscrito o chamado «Comunicado Comum» no qual, depois de se reconhecer «o agravamento da crise do regime fascista», expressou-se o desejo de «uma unidade sem discriminação dos democratas portugueses dispostos a lutar unidos por aqueles objectivos essenciais» e reconheceu-se a «importância das actuais estruturas do movimento democrático». Os dois partidos manifestaram ainda a vontade de «manterem contactos regulares, de prosseguirem e aprofundarem as trocas de pontos de vista, de procurarem aproximar as suas posições sobre os problemas em que existam divergências e de reforçarem os laços de cooperação em acções concretas».<sup>81</sup>

Os desenvolvimentos da revolução portuguesa reforçaram ainda mais a importância do papel dos apoios internacionais ao PS ao mesmo tempo que deslocaram gradualmente o eixo dos seus alinhamentos para o norte da Europa, bem como para os

---

<sup>79</sup> António Reis, *O Partido Socialista na Revolução...*, ob.cit. p.8

<sup>80</sup> *Idem*, pp.5-6

<sup>81</sup> *Idem*, pp-19-20

Estados Unidos, com reflexos no seu programa político e na sua estratégia. A percepção da existência de um plano de tomada do poder por parte do PCP que, segundo Mário Soares, se tornou visível desde os acontecimentos do Primeiro de Maio de 1974,<sup>82</sup> afastou os socialistas dos comunistas e levou a um esforço intencional dos primeiros para ampliar os seus contactos externos, ao mesmo tempo que cresceu o interesse dos países ocidentais em auxiliarem o partido de Soares enquanto força melhor colocada para travar o avanço da revolução preconizada por Álvaro Cunhal.

Como vimos no ponto anterior, Soares iniciou ainda em Abril uma série de contactos com os seus congéneres europeus no sentido de garantir o seu apoio ao PS, mas também para, através deles, estabelecer ligações com Washington onde praticamente não tinha relações. Com este propósito, recorreu prioritariamente a dirigentes do SPD - Hans Dingels e Juergen Wischnewski -, mas também à Internacional Socialista, através de Hans Janitschek.<sup>83</sup> E este esforço foi acentuado a partir da sua nomeação para ministro dos Negócios Estrangeiros, aproveitando as suas viagens destinadas a transmitir uma imagem favorável do novo regime para, simultaneamente, promover o PS. Como escreveu Juliet Antunes Sablosky: «Mário Soares como ministro dos Negócios Estrangeiros viajou incessantemente durante os anos de 1974 e 1975 para informar os países vizinhos sobre a marcha da Revolução e para lhes reafirmar o compromisso do novo governo com o processo democrático e com as suas obrigações internacionais, nomeadamente com as decorrentes da sua qualidade de membro da NATO. Ao mesmo tempo, aproveitava para fortalecer os contactos que durante o exílio o Partido Socialista tinha estabelecido. Durante essas visitas um dos seus objectivos era projectar a imagem do PS como força moderadora».<sup>84</sup>

Em paralelo com esta intenção dos socialistas portugueses em garantir auxílio externo, desenvolveu-se uma dinâmica internacional destinada a favorecer o PS na sua

---

<sup>82</sup>Entrevista Mário Soares, Lisboa, 11.5.2006. Esta posição não é consensual entre os próprios socialistas, defendendo, por exemplo, António Reis que o PS manteve até ao 28 de Setembro uma política de convergência com o PCP dada «a necessidade de fazer frente à estratégia presidencialista e federalista de Spínola, num cenário marcado pelo confronto entre este e a Coordenadora do MFA». Segundo o mesmo autor, foi só a partir do 28 de Setembro que se assistiu a uma gradual alteração desta realidade, sendo o seu primeiro sinal público as divergências em torno da transformação do MDP/CDE em partido concorrente às eleições, o que aconteceu em Outubro-Novembro de 1974 e levou à saída do PS daquele movimento unitário. Porém, a própria história da procura de alinhamentos internacionais dos socialistas portugueses logo após o 25 de Abril, pela sua natureza, confirmam a versão de Mário Soares.

<sup>83</sup>«Lisbon, 1988, May 17, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp) Janitschek era à época o responsável máximo da Internacional Socialista, tendo sido substituído em 1976 por Willy Brandt

<sup>84</sup>Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia...*, ob.cit., p.42

luta contra o PCP, sobretudo após o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte de Abril de 1975. E neste campo, destacaram-se os alemães ocidentais e a Internacional Socialista, não se podendo contudo sobrestimar o apoio prestado pelos norte-americanos. O momento decisivo ocorreu em Agosto de 1975, logo após a realização da Conferência de Helsínquia, altura em que os líderes socialistas europeus se reuniram em Estocolmo e decidiram criar o Comité de Amizade e Solidariedade para a Democracia e o Socialismo em Portugal que desempenhou um papel central na ajuda dada aos socialistas portugueses.

Não obstante a existência de apoios anteriores, sobretudo no contexto das eleições para a Constituinte, foi a partir desta data que começaram a chegar ao PS ajudas consideráveis por parte dos seus aliados europeus. Dada a escassez de documentação, dificilmente poderemos referir a real dimensão deste apoio; mas, como referiu Sablosky, «(...)a rápida expansão do Partido, as numerosas sedes que abriram, equipadas e com funcionários, e as publicações e materiais de propaganda que foram produzidos, permitem concluir que as somas foram consideráveis».<sup>85</sup>

### **5.3.O PPD e o *Institut fur Internationalen Begegnungen***

O PPD nasceu já depois do derrube do Estado Novo, no dia 6 de Maio, altura em que Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota anunciaram formalmente a constituição do novo partido, resultante fundamentalmente da confluência de dois grupos, a “Ala Liberal” e a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), ambas constituídas durante a primeira fase do Marcelismo.

A sua fundação tardia contribuiu para uma fraca implantação nacional e para a inexistência de contactos internacionais durante o período inicial da transição portuguesas, limitações que foram parcialmente suplantadas por uma estratégia de apoio próximo a Spínola, pela pertença ao I Governo Provisório e pelo papel desempenhado pelo semanário *Expresso* enquanto fonte de informação e de divulgação.

As primeiras indicações, ainda que muito vagas, sobre a natureza do novo partido surgiram com o comunicado de divulgação da constituição do Partido. Do conjunto dos pontos que o compunham revestiam-se de especial significado político o

---

<sup>85</sup>Juliet Antunes Sablosky, *PS e a Transição para a Democracia...*, ob.cit., p.47. O tema dos apoios europeus ao PS, sobretudo a partir da criação do Comité de Amizade e Solidariedade para a Democracia e o Socialismo em Portugal, é abordado em detalhe no capítulo VII

«apoio, sem reservas, do Programa das Forças Armadas», a «adesão ao Movimento Democrático Português» e a sua «raiz social-democrática europeia».<sup>86</sup>

Todavia, a definição mais concreta da identidade do partido, bem como do seu posicionamento no sistema político, surgiu na reunião que decorreu na Cúria, entre 10 e 11 de Maio, onde foram aprovadas as Linhas Programáticas. Nelas defendia-se que «a concepção e execução de um projecto socialista viável em Portugal» exigia «a escolha dos caminhos justos e equilibrados de uma social-democracia», onde coexistiam «na solidariedade os ideias de liberdade e de igualdade». Em concreto, «esta visão social-democrata» requeria, no plano económico-social, «a planificação e organização da economia com participação de todos os interessados, designadamente das classes trabalhadoras»; o «predomínio do interesse público sobre os interesses privados, assegurando o controlo da vida económica pelo poder político e pelos meios técnicos adequados às circunstâncias, incluindo a propriedade social dos sectores chaves da economia e das empresas», que não revestia «formas dogmáticas», mas adoptaria as «fórmulas convenientes, designadamente o controlo por autarquias regionais e locais, entidades sindicais, cooperativas, empresas de economia mista, *holdings* do Estado e nacionalizações». Porém, defendia-se igualmente «a liberdade de trabalho, de empresa e a propriedade privada» até onde constituíam «instrumento da realização pessoal dos cidadãos e do desenvolvimento cultural e económico da sociedade». Finalmente, no capítulo institucional, sustentava-se «a construção de uma democracia política duradoura» através de «um Governo estável, democraticamente controlado, com rejeição de fórmulas de parlamentarismo puro».<sup>87</sup>

Uma vez definido o essencial do “código genético” do PPD, os seus líderes priorizaram a sua legitimação interna, o que implicava obrigatoriamente uma presença forte no Governo Provisório e, logo, uma aproximação a Spínola e ao MFA, meios através dos quais o partido conseguiu uma relativa projecção e expansão no território nacional. Todavia, a afirmação do partido foi prejudicada pela sua inexistência no plano internacional, onde «não tinha contactos prévios ao 25 de Abril» e, mesmo no imediato pós-golpe, estes eram «inexpressivos».<sup>88</sup>

Apesar dos esforços de Francisco Pinto Balsemão, à frente da Comissão de Relações Internacionais, e de Rui Machete, como secretário-geral adjunto, o partido

---

<sup>86</sup>Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD...*, ob. cit., p.13

<sup>87</sup>*Idem*, pp.69-71

<sup>88</sup>*Idem*, p.106

nunca conseguiu suplantar totalmente esta limitação fundamental, em grande medida devido à sua hesitação entre duas alternativas de inserção internacional – a Internacional Socialista e a União Europeia das Democracias Cristãs (UEDC). A opção posterior pela IS, à qual nunca conseguiu aderir, agravou a debilidade externa do PPD; como referiu Marcelo Rebelo de Sousa: «(...) o partido, hesitante entre fazer o que pode mas não quer e aspirar àquilo que nunca poderá fazer, vai ficar sem nada. Nem os democratas-cristãos centristas que, rejeitados, têm de se virar para o CDS, nem os socialistas que, pela mão do PS, nunca o irão aceitar».<sup>89</sup>

Todavia, sendo certo que as ajudas externas ao PPD nunca atingiram a dimensão das concedidas ao PS e ao PCP durante o processo revolucionário, documentos recentes e testemunhos dos protagonistas da época demonstram que o partido recebeu auxílio dos europeus ocidentais, em especial da RFA, e também dos EUA, ainda que em menor grau. Segundo Rui Machete, durante o ano de 1974, estes foram residuais; mas já em 1975 foram concedidos «apoios de toda a ordem», inclusive económicos, pelo SPD, «através do *Institut für Internationale Begegnungen*, uma organização informal da Fundação Friedrich Ebert».<sup>90</sup> E este dado foi confirmado pelo próprio Willy Brandt num encontro com o Embaixador americano em Bona durante o qual revelou que a Fundação Ebert estava a apoiar o PS, mas também o PPD, tendo já avisado Soares que, embora protestando, acabou por aceitar.<sup>91</sup> Mas o grosso dos apoios alemães ocidentais ao partido liderado por Sá Carneiro ocorreu já em 1976 e, sobretudo, 1977, quer uma vez mais pelo SPD, através da Fundação Ebert, quer pelo Partido Liberal, por intermédio da Fundação Friedrich Naumann que se destacou no apoio à organização do partido no campo sindical.

A liderança de Rui Machete na estratégia internacional do PPD e o papel fundamental de Ernâni Lopes como Embaixador de Portugal em Bona, cargo para que foi nomeado no início de 1975, permitiram o estabelecimento gradual de ligações aos partidos e organizações oeste-alemãs. Contudo, os populares democratas contaram também com o apoio norte-americano, ainda que em montantes modestos quando comparados com os recebidos pelos socialistas, em larga medida devido às relações estabelecidas em Washington por António Patrício Gouveia já em pleno processo revolucionário. Segundo o testemunho de Frank Carlucci, «os Estados Unidos deram

---

<sup>89</sup>*Idem*, p.215

<sup>90</sup>Entrevista a Rui Machete, Lisboa, 2.3.2005

<sup>91</sup>«Bonn, 15265, September 17, 1975», Gerald Ford Library (doravante referido por GFL), Presidential Country Files For Europe and Canada (doravante referido por PCF), Caixa 11

apoio ao PS, ao PPD e ao CDS» com quem mantiveram «contactos frequentes» com o intuito de «desenvolver um conjunto de programas que demonstrassem o interesse dos EUA por Portugal»<sup>92</sup> Também Herbert Okun confirmou a existência de auxílio aos três partidos “democráticos”, mas acrescentou: «apoiámos bastante o PS. (...) A maior ajuda foi para o PS, a seguir para o PPD e, modestamente, para o CDS».<sup>93</sup>

## **6.«Esperar para ver» o resultado da luta pelo poder**

Após a conclusão do processo de institucionalização da nova estrutura do regime nascido a 25 de Abril, assistiu-se a uma escalada do conflito entre Spínola e o MFA que, em torno do eixo prioritário da solução para a África portuguesa, se transformou progressivamente numa verdadeira luta pelo poder. Mas isso não foi suficiente para alterar a atitude dos EUA relativamente a Portugal, mantendo-se o governo norte-americano praticamente inactivo até Agosto de 1974.

O próprio processo de formação do I Governo Provisório foi mais um momento de choque entre o general e os “capitães” que divergiam sobre a personalidade apropriada para chefiar o executivo, com o primeiro a recusar os três nomes propostos pelo “Movimento” – Pereira de Moura, Miller Guerra e Raul Rego – e a impor, contra a vontade daquele, Adelino da Palma Carlos.

Apesar desta vitória por ocasião da constituição do Governo, Spínola tinha consciência de que o seu poder era mais formal do que real, razão pela qual empreendeu de imediato um esforço para adquirir o controlo sobre a instituição militar. Primeiro, evocando o imperativo da unidade e coesão das Forças Armadas para tentar fundir o MFA no seu seio, tarefa para a qual contou com o importante apoio de Costa Gomes que, na qualidade de CEMGFA, emitiu uma circular a todas as unidades militares cujo conteúdo denunciava aquele propósito: «No Movimento das Forças Armadas, iniciado por um grupo de oficiais, têm que se considerar incluídos todos os oficiais, sargentos e praças da Armada, Exército e Força Aérea (...). A unidade e a coesão das Forças Armadas, dentro do espírito do MFA, exige que se verifique total respeito pelas hierarquias e disciplina, para que seja possível fazer cumprir os objectivos do Programa em curso».<sup>94</sup> Depois, ainda em Maio, iniciando uma série de visitas às principais cidades do País, não acidentalmente àquelas onde estavam

---

<sup>92</sup>Entrevista a Frank Carlucci, Washington D.C., 26.10.2004

<sup>93</sup>Entrevista a Herbert Okun, New York, 3.3.2006. Herbert Okun era o *Deputy Chief of Mission* (DCM) da Embaixada liderada por Frank Carlucci

<sup>94</sup>Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...ob.cit.*, pp.79-81

sedeadas as regiões militares, bem como a alguns quartéis de elevada capacidade operacional.

A primeira destas visitas, destinadas a captar apoios político-militares, foi ao Porto onde o general apelou novamente à ordem e disciplina cívica. Segundo o relato feito para Washington pela sua Embaixada em Lisboa, o Presidente da República começou por expressar a «esperança de um novo Portugal – democrático, livre, com justiça social e onde todos os portugueses possam viver felizes e com mais dignidade», para logo em seguida voltar ao tema que dominou as suas intervenções anteriores: «a primeira grande escolha que o povo português tem de fazer é entre a liberdade interna ou a anarquia»; acto contínuo, «apelou à paz no País – nas empresas, nas ruas e nos espíritos -, sem a qual um novo Portugal não pode ser construído». Porém, denotando um crescente agravamento da situação portuguesa, Spínola foi mais longe neste discurso do que nos anteriores, afirmando que «as ideias democráticas do Movimento das Forças Armadas estavam a ser “criminosamente minadas” por forças contra-revolucionárias, de diferentes sectores da nação, visando a destruição, a anarquia, o caos económico e o desemprego». E deixou um aviso: «se necessário, as Forças Armadas não hesitarão em usar o força para conter a violência». O resultado da iniciativa do general, tal como percebido pela Embaixada norte-americana, foi um sucesso, concluindo Stuart Nash Scott que a «maciça e entusiástica» demonstração popular, com «cerca de 100 mil pessoas», demonstrou «o enorme apoio que a Junta e a liderança pessoal de Spínola têm no País».<sup>95</sup>

A 31 de Maio o Presidente da República visitou Coimbra e o tom do discurso aí proferido foi idêntico ao do Porto, tendo abordado «o tema da lei e ordem» e enaltecido «o espírito liberal que inspirava o Movimento das Forças Armadas». Contudo, o aspecto mais relevante da sua intervenção foi a «referência pública ao fim do trabalho do MFA», facto que não era novo, mas sucedia pela primeira vez fora do âmbito militar denunciando para o resto do País e para o exterior a existência do conflito latente desde a noite de 25 para 26 de Abril. Disso mesmo se apercebeu Scott que informou imediatamente o Departamento de Estado: «esta é a primeira confirmação pública que temos de informações privadas segundo as quais o MFA está agora a ser dissolvido e os seus membros a regressar às suas tarefas normais. Interpretamos isto como representando um aumento da autoridade da Junta, embora estejamos em crer que a

---

<sup>95</sup>«Lisbon, 2172, May 30, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

presença de vários líderes do MFA no Conselho de Estado se destine a proporcionar-lhe uma continuação da sua influência».<sup>96</sup>

No início de Junho ocorreu a terceira desta série de visitas presidenciais às principais cidades do País, com uma breve passagem por Tomar. E a ocasião foi usada por Spínola para inaugurar um conjunto de ataques ao PCP, denunciando a intenção do partido de Álvaro Cunhal de instaurar uma ditadura comunista em Portugal. Neste sentido, afirmou que «Portugal deve defender-se de ideologias ... que podem conduzir para regimes muito mais despóticos do que aquele que foi derrubado a 25 de Abril».<sup>97</sup>

O tema dos extremismos e de novas ditaduras dominou os discursos subsequentes do general, durante os quais denunciou igualmente a infiltração das Forças Armadas por parte dos comunistas e da extrema-esquerda. A 6 de Junho, em Évora, defendeu que «o dever do Presidente é avisar para o perigo das tendências extremistas» e acrescentou: «não será permitido aos extremistas restaurar a ditadura em Portugal». Quatro dias depois, na Base Aérea de Ota, alertou os militares «para estarem alerta contra aqueles que tentam envolver as Forças Armadas na política para benefício de interesses políticos». E no dia 12, durante a visita ao Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha, subiu mesmo o tom, alertando para «a existência de falsos portugueses que visam transformar os soldados em instrumentos de interesses políticos», classificando de «traidores do povo aqueles que, detendo actualmente posições de responsabilidade, advogam uma política de terra queimada que, primeiro, destruirá Portugal, de forma a construir outro Portugal sob as suas ruínas e avisando: «As Forças Armadas têm de estar vigilantes contra esses homens».<sup>98</sup>

No final do périplo de quinze dias de Spínola pelos principais centros militares do País a Embaixada dos EUA em Lisboa enviou para Washington um balanço da iniciativa que se nos afigura como uma boa conclusão acerca do seu alcance. Nele, Scott começou por escrever que «a dureza da linguagem usada nos avisos de Spínola contra os extremistas aumenta em cada discurso e começa a tornar-se claro que os objectos da sua preocupação são os extremismos de esquerda e não de direita». Para ele, «a preocupação de Spínola com a politização das Forças Armadas» era «genuína», uma vez que «o PCP e a maioria dos grupos de extrema-esquerda atribuíram alta prioridade à infiltração de militares, particularmente dos líderes do Movimento das

---

<sup>96</sup>«Lisbon, 2235, June 3, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>97</sup>«Lisbon, 2285, June 5, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>98</sup>«Lisbon, 2411, June 13, 1974»; «Lisbon, 2446, June 14, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

Forças Armadas (com um nível de sucesso impossível de determinar neste momento)». Deste modo, o Presidente da República não fazia mais do que reagir à ofensiva das forças extremistas e a sequência das suas intervenções públicas «obedecia a um plano» gizado com esse objectivo que, segundo o Embaixador, consistia no seguinte: «Spínola, com o apoio de Costa Gomes, estabelece em primeiro lugar um firme controlo sobre os militares, depois remodela o Governo Provisório de molde a aumentar a sua influência naquele. O terceiro passo ocorre perto das eleições do próximo ano quando Spínola irá criar uma força política alargada baseada no seu prestígio pessoal e concorrerá nas eleições como garante pessoal da soberania nacional contra os partidos que procuram dividir a nação». E Scott concluiu: «consideramos este cenário mais provável do que uma tomada do poder pelos comunistas».<sup>99</sup>

O agravamento da tensão político-militar no País, bem como a escalada no tom dos discursos do general, tinha como pano de fundo as importantes evoluções que estavam a ocorrer, em simultâneo, na questão africana. A 17 de Maio iniciaram-se as negociações oficiais com os movimentos africanos que combatiam Portugal no Ultramar. Nesse dia, Mário Soares, na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, encontrou-se em Dakar com Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, para acordar um cessar-fogo na Guiné-Bissau; contudo, a reunião foi inconclusiva, dada a intransigência daquele movimento em aceitar qualquer acordo sem o reconhecimento prévio por parte de Portugal da independência da Guiné e a ligação deste assunto à situação de Cabo Verde, prolongando-se as conversações até ao mês de Agosto, altura em que é assinado o acordo de Argel. Seguiram-se, no início de Junho, as negociações com a FRELIMO sobre o futuro de Moçambique que se dilataram até Setembro, ocasião em que foi celebrado o acordo de Lusaca, uma vez que o movimento, além de condicionar o acordo global ao negociado com o PAIGC, exigiu o reconhecimento público da independência e o exclusivo da representação do país.

Esta dinâmica relativa ao futuro do Ultramar acentuou as divisões internas, verificando-se desde o primeiro momento a existência de várias visões portuguesas sobre o curso desejável da descolonização que se traduziram na existência de vias negociais paralelas. Ao mesmo tempo que Soares negociava com o PAIGC e com a FRELIMO, Spínola, por um lado, e o MFA, por outro, desenvolviam as suas próprias iniciativas com o intuito de controlar o processo e forçar a solução que sustentavam.

---

<sup>99</sup> «Lisbon, 2446, June 14, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

Sintomaticamente, a partir de Junho, o general dedicou uma parte importante dos seus discursos públicos à questão africana. No dia 12, a pretexto da cerimónia de posse dos Governadores-Gerais de Angola (Silvino Silvério Marques) e de Moçambique (Henrique Soares de Melo), o Presidente da República proferiu umas das suas primeiras intervenções de fundo sobre o assunto desde o golpe de Estado militar, deixando clara a sua posição: «não haverá imediata concessão de independência a nenhum território português em África, mas um processo por fases conducente à autodeterminação, sem uma data pré-determinada, mas com um implícito período relativamente longo». E Spínola apresentou mesmo um programa assente em quatro pontos: «(1) cessar-fogo; (2) reconstrução e desenvolvimento acelerado; (3) estabelecimento de instituições democráticas e aceleração da regionalização das estruturas políticas, económicas e sociais; (4) consulta popular (i.e., referendo)».<sup>100</sup>

Esta posição do Presidente da República, para além de agravar o seu conflito com o MFA, originou um novo campo de tensão, desta feita com o ministro dos Negócios Estrangeiros que defendia soluções distintas para a África portuguesa. E o choque entre Spínola e Mário Soares escalou ao ponto do segundo ameaçar demitir-se do Governo. No telegrama enviado por Stuart Nash Scott para Washington no próprio dia do discurso do general e destinado a transmitir justamente o seu conteúdo, o Embaixador escreveu nos seus comentários finais: «a firmeza da posição de Spínola sujeitou o Governo português a uma tensão interna que pode intensificar-se se Soares, certamente sob protesto, aceitar esta linha, mas falhar em obter uma mudança da posição do PAIGC na questão do referendo na Guiné-Bissau. (...) se as negociações falharem, como parece provável, Soares, que havia aceite relutantemente seguir os termos de Spínola, pode sentir-se compelido a sair do Governo Provisório, pondo um fim à presente “lua-de-mel” política em Portugal».<sup>101</sup>

Os factos sugeridos por Scott são reforçados pelo conteúdo da conversa ocorrida a 10 de Junho em mais um encontro do *staff* de Henry Kissinger que nos revela também que o conflito entre os dois dirigentes portugueses ascendeu ao ponto de Mário Soares ter solicitado o apoio dos alemães ocidentais, e através destes dos norte-americanos, para levar o general a ceder. A intervenção de Arthur Hartman durante a reunião foi a este respeito reveladora: - «O ministro alemão dos Negócios Estrangeiros avistou-se com Soares, em Lisboa, na passada Segunda-Feira. Voltou com a história de que Soares

---

<sup>100</sup>«Lisbon, 2416, June 12, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>101</sup>*Idem*

está a ter dificuldades com o resto da Junta [de Salvação Nacional] porque sente que deve seguir o caminho do reconhecimento da independência [da Guiné-Bissau] e obter um acordo sobre isso como prelúdio às negociações (...). O que Van der Stoel nos pediu para fazer foi para dar-mos mais força ao lado de Soares para o salvar. Todos os socialistas na Europa são muito próximos de Soares e querem mantê-lo porque ele, aparentemente, ameaçou demitir-se a não ser que consiga obter a decisão certa nesta questão». Igualmente importante neste âmbito foi a revelação feita por Donald Easum, responsável pelo Departamento de Assuntos Africanos, que começando por referir que «os britânicos também têm conexões históricas, pessoais e políticas com os portugueses e Soares», acrescentou: - «o Governo trabalhista está muito interessado em apoiar Portugal (...) e está preocupado por nós não termos dado um sinal de qual é a nossa atitude relativamente ao que Portugal está a fazer». De resto, o diálogo revelou ainda a total passividade norte-americana perante os desenvolvimentos em curso na África portuguesa, tendo mesmo Easum questionado: - «devemos nós aplaudir os desenvolvimentos que estão agora a acontecer?». Mas as poucas indicações oficiais iam no sentido de Washington adoptar uma posição muito cautelosa relativamente ao assunto, ao ponto de o responsável pela *desk* de Assuntos Africanos informar que, segundo as recomendações de um relatório que estava praticamente concluído, o Departamento de Estado devia «fazer simplesmente uma discreta declaração, por exemplo num *briefing* do meio-dia»; e, ainda de acordo com o mesmo dirigente, até essa declaração tinha de esperar pelo encontro entre Kissinger e o ministro português dos Negócios Estrangeiros, em Otava, pois o Secretário de Estado afirmou que «não queria dizer nada até que tivesse visto Soares».<sup>102</sup>

Os desenvolvimentos quanto ao futuro do Ultramar foram também centrais para os novos choques entre Spínola e o MFA por ocasião das assembleias de oficiais na Manutenção Militar, ainda que eles devam ser entendidos no âmbito mais lato da luta pelo poder em Portugal. Tratava-se no fundo de garantir o controlo do processo político português, sendo certo que quem o dominasse estava em condições de determinar o curso da descolonização.

A primeira dessas assembleias aconteceu a 8 de Junho mas foi inconclusiva, dividindo-se os militares presentes sobre se o poder devia ser dado ao Presidente da República ou à Comissão Coordenadora do Programa. De igual modo, os oficiais não

---

<sup>102</sup>«The Acting Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», June 10, 1974, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 4

se entenderam relativamente ao processo de descolonização, tendo as principais divergências surgido no caso de Moçambique na sequência de uma proposta apresentada pela CCP que determinava a aceitação da independência daquele território e a admissão da FRELIMO como único interlocutor nas negociações.

Perante as profundas divisões manifestadas nesta reunião, Spínola convocou uma segunda assembleia de oficiais para 13 de Junho, igualmente na manutenção militar, durante a qual tentou forçar uma clarificação definitiva da situação; nesse sentido, exigiu um voto de confiança na sua pessoa, como condutor do processo de descolonização e como intérprete do Programa do MFA, e, em simultâneo, esforçou-se por fazer aprovar a tese do regresso dos “capitães” aos quartéis. Para suportar as suas intenções, procurou dramatizar a situação do País, fazendo-se para tal acompanhar dos ministros Sá Carneiro e Vasco Vieira de Almeida que traçaram um panorama muito pessimista da situação nacional, chegando mesmo o ministro sem pasta a advogar que a única saída para a crise era a declaração imediata do estado de sítio e a assunção do exercício do poder pelos militares. Tratou-se de um ultimato à coordenadora do MFA que, percebendo correctamente esse propósito do general, decidiu não aceitar as suas pretensões.<sup>103</sup>

Este “braço de ferro” entre Spínola e o MFA acabou com a vitória dos segundos, dado com consequência políticas relevantes. Como escreveu Medeiros Ferreira, as reuniões da manutenção militar constituíram «(...) o acto de nascimento do Movimento das Forças Armadas como agente político determinante no processo revolucionário».<sup>104</sup> De facto, a partir desta data, assistiu-se a uma crescente influência dos “capitães” no curso dos acontecimentos, quer na Metrópole, quer em Africa, acabando mesmo por prevalecer a sua visão para a descolonização.

Durante todo este período de tempo, os EUA «esperaram para ver» os desenvolvimentos da luta pelo poder em Portugal. E isto porque, para além do pouco interesse que Lisboa tinha para as equações globais da política externa de Washington e das consequências da participação do PCP no I Governo Provisório, a Administração Nixon não pretendia comprometer-se com um processo político de contornos incertos, quer quanto ao controlo do poder ao nível interno, quer relativamente à condução da questão africana. Consequentemente, o governo norte-americano optou por ignorar o

---

<sup>103</sup>Para um relato pormenorizado dos acontecimentos da manutenção militar, ver Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso, *Portugal depois de Abril*, Lisboa, Distribuição, 1976, pp.32-36

<sup>104</sup>José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril...*, ob. cit., p.74

conflito entre Spínola e o MFA, recusando mesmo os pedidos de apoio político e económico feitos pelo general; em resposta a uma solicitação de auxílio no âmbito das negociações em curso com o Banco Mundial para um possível empréstimo de 400 mil contos para fazer face a dificuldades nos bancos comerciais e na Caixa Geral de Depósitos, o Departamento de Estado afirmou considerar «inapropriado prometer apoio relativamente ao empréstimo do Banco Mundial a Portugal neste momento».<sup>105</sup>

Esta mesma atitude dominou o primeiro encontro entre Mário Soares e Henry Kissinger que ocorreu no âmbito de uma reunião interministerial da NATO, realizada a 17 de Junho, no Canadá. Apesar dos esforços do responsável pela política externa portuguesa para garantir a aprovação de um plano de ajuda económica dos Estados Unidos a Portugal, o Secretário de Estado americano não deu muita esperança de uma resposta favorável.<sup>106</sup> De resto, o encontro não correu bem, tendo Kissinger comentado mais tarde com os seus colaboradores: - «Soares não me impressionou como sendo um dos homens mais fortes que encontrei».<sup>107</sup>

Mas a política de «esperar para ver» teve a sua expressão máxima nos desenvolvimentos ocorridos no contexto do encontro entre Spínola e Nixon nos Açores, a 19 de Junho. Refira-se, desde logo, que o governo dos Estados Unidos não manifestou grande vontade em reunir-se com o general e que tal só aconteceu após o dirigente português ter solicitado os bons ofícios de Stuart Nash Scott e mediante a insistência deste último.<sup>108</sup> Na realidade, a 11 de Junho, o Presidente da República chamou o Embaixador norte-americano a Belém para lhe pedir que arranjasse um encontro com Nixon nas Lajes, por ocasião da sua escala no regresso da visita ao Médio Oriente. Spínola pretendia transmitir-lhe que «ia assumir a direcção da política externa do executivo português e que sentia ser essencial discutir políticas e programas com Nixon o mais breve possível»; queria ainda esclarecer que o Governo Provisório parecia no exterior «ser mais à esquerda do que realmente era», acrescentando a este respeito, curiosamente, «pensar que ter um socialista como ministro dos Negócios Estrangeiros aumentou a possibilidade de ser mal entendido»; finalmente, e esta era a questão primordial, desejava expor-lhe «a sua política africana de resolução pacífica da guerra e de auto-determinação das províncias ultramarinas», sentindo que «era essencial falar

---

<sup>105</sup> «Outgoing Telegram, 40243, June 28, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>106</sup> João Hall Themido, *Dez Anos em Washington...*, ob. cit., p.193

<sup>107</sup> «The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», s.d, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 4

<sup>108</sup> A este respeito, Stuart Nash Scott escreveu nas suas memórias: «Após consideráveis pedidos feitos por mim em telegramas o encontro foi conseguido», *Notes on My Tour...*, ob. cit., p.9

pessoalmente com o Presidente Nixon enquanto a implementação dessa política estava num estágio inicial». <sup>109</sup>

Apesar da realização do encontro, as reticências de Washington em comprometer-se com o general não foram removidas, o que pode ser comprovado pelo conteúdo do memorando elaborado pelo Departamento de Estado para Nixon, destinado precisamente a prepará-lo para a reunião com o homólogo português, onde se recomendou ao Presidente dos Estados Unidos «evitar apoiar qualquer proposta específica feita por Spínola relativa a autodeterminação dos territórios africanos» pois esperava-se que no encontro entre Mário Soares e Kissinger, no Canadá, o primeiro pedisse ao Secretário de Estado «apoio às suas ideias (diferentes) em relação ao mesmo assunto». De resto, segundo o documento, foi justamente este conflito com o ministro dos Negócios Estrangeiros na questão africana que levou Spínola a solicitar o encontro dos Açores para «garantir o apoio de Nixon para a sua política ultramarina». <sup>110</sup>

Dentro da linha de orientação preconizada neste memorando, o general encontrou pouca receptividade por parte do homólogo norte-americano que evitou fazer qualquer promessa concreta de apoio à sua política, quer para a Metrópole, quer para África. Segundo a versão publicada pela própria *White House*, Nixon ter-se-á limitado a assegurar-lhe, de modo muito genérico, que «teria não só a compreensão do Governo dos Estados Unidos, mas também, na medida das possibilidades, apoio» pois «um Portugal independente, livre e próspero» era «vital não apenas para a Aliança Atlântica como também para os interesses dos Estados Unidos». <sup>111</sup>

Na obra *País sem Rumo*, Spínola apresentou a sua própria interpretação do encontro dos Açores. De acordo com o seu «relatório-resumo», ele inaugurou o debate esforçando-se por dar garantias aos aliados norte-americanos; para isso expressou «o seu desejo de reforçar as relações com os EUA», salientou «os objectivos eminentemente democráticos da Revolução» e, no referente à NATO, «afirmou peremptoriamente que Portugal continuaria ligado à organização e que respeitaria integralmente os compromissos militares assumidos». Voltando-se em seguida para o processo interno, Spínola explicou «a razão do aparecimento de um Governo Provisório de coligação e o significado da presença dos comunistas nesse Governo»; neste plano,

---

<sup>109</sup>«Lisbon, 2378, June 11, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>110</sup>«Outgoing Telegram, 28479, June 16, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp) Como referimos, a reunião entre Soares e Kissinger no Canadá realizou-se dois dias antes do encontro Spínola-Nixon nos Açores, porém, este memorando é anterior aos dois acontecimentos

<sup>111</sup>Richard Nixon, *Public Papers of the Presidents of United States*, Washington D.C., U.S. Government Printing Office, 1974, p.537

«denunciou que tanto as Forças Armadas como o próprio Movimento Revolucionário se encontravam minados pelo Partido Comunista» e expressou «a sua preocupação pelo facto de a União Soviética estar apoiando financeiramente a subversão comunista em Portugal como irrefutavelmente o evidenciava o facto de o Partido Comunista ter acabado de receber da Rússia substanciais ajudas em dinheiro para fazer face à sua campanha eleitoral, de que resultara a atribuição de salários permanentes a grande parte dos seus membros». Já no campo geopolítico, «salientou a possibilidade de Portugal se transformar num país comunista e os reflexos desse facto na vizinha Espanha». Finalmente, solicitou o «auxílio americano» para «sustar o perigo comunista em Portugal», sublinhando que esse auxílio podia ser materializado da seguinte forma:

-«Apoio económico–financeiro, domínio em que foi salientada a importância do Acordo das Lajes como instrumento eficaz para a concretização do referido auxílio e a necessidade do apoio da Banca Americana no fomento do desenvolvimento económico português;

-Apoio à política externa portuguesa, nomeadamente na ONU, na defesa da actual política ultramarina. (...) Neste campo foi revelado o facto de o reconhecimento imediato da independência dos territórios africanos (...) [traduzir-se] numa vitória estratégica da União Soviética em África com reflexos no aceleração do processo de sovietação do Mundo Ocidental;

-Embargo da lei que proíbe a assistência a Portugal;

-Reanálise da situação militar no Atlântico perante a possibilidade de implantação de um bastião comunista na Península Ibérica e da inerente cedência à União Soviética das posições estratégicas dos Açores e Cabo Verde;

Em relação a África, solicitou ainda o apoio internacional dos Estados Unidos no sentido de a problemática da Guiné ser separada da dos restantes territórios».

E o que disse Nixon? Segundo o «relatório–resumo», este «mostrou-se surpreendido com os reflexos da Revolução Portuguesa no processo político espanhol» e «reconheceu que teria de evitar-se, por todas as formas, a implantação do comunismo na Península Ibérica, afirmando que, para o efeito, Portugal poderia contar com a colaboração e o apoio solicitados e que, nesse sentido, iria accionar os órgãos da Administração, em ordem a ser encarado o auxílio financeiro a Portugal». A terminar, reafirmou «a garantia de apoio dos Estados Unidos da América à causa de um Portugal

Livre e Independente, que considerou vital para a Aliança Atlântica, para os EUA e para o povo português». <sup>112</sup>

Para além destes relatos oficiais do encontro, existem alguns testemunhos de protagonistas da época que ajudam a compreender melhor os temas abordados durante a conversa, apontando na sua maioria que esta foi dominada pela questão africana e muito em especial pelo futuro de Angola. Por exemplo, Manuel Monge, um oficial muito próximo do então Presidente da República, foi categórico ao dizer que Spínola pediu a Nixon «apoio para a descolonização de Angola»; <sup>113</sup> já Costa Gomes afirmou: «Quando lhe perguntámos, ele disse que nos havia de explicar, mais detalhadamente, mas que realmente apenas haviam sido debatidos problemas referentes à NATO. Mais tarde, veio, no entanto, a saber-se que tinham sido tratadas questões relativas a Angola». <sup>114</sup>

Segundo se pode inferir do conteúdo de um documento enviado pelo Departamento de Estado a Nixon no dia anterior ao encontro também a questão de Cabo Verde foi abordada. Nele se dava conta de contactos feitos por Portugal (sem especificar) no sentido de saber se «os Estados Unidos consideravam as ilhas de Cabo Verde de importância estratégica»; em caso afirmativo, acrescentava-se, isso reforçava «a inclinação do próprio Governo português para considerar as ilhas como sendo estrategicamente vitais» o que influenciava «os portugueses nas suas negociações com o PAIGC no sentido de exigir que as ilhas sejam tratadas diferentemente do caso da Guiné». <sup>115</sup>

Apesar de a compreensão do total alcance deste encontro nos Açores ser dificultada pelo facto de Spínola e Nixon terem falado a sós, apenas com a presença de um intérprete, é certo que o Presidente dos EUA não se comprometeu com nenhuma decisão concreta, limitando-se a prometer vagamente apoio a «um Portugal independente, livre e próspero», deixando assim o general sozinho na sua luta pelo poder em Lisboa. <sup>116</sup>

---

<sup>112</sup>António de Spínola, *País sem Rumo...*, ob. cit., pp.158-63

<sup>113</sup>Maria João Avillez, *Do Fundo da Revolução*, Lisboa, Edições Público, 1994, p.249

<sup>114</sup>Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p.245

<sup>115</sup>«Outgoing Telegram, 29835, June 18, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>116</sup>Segundo vários testemunhos o intérprete da conversa foi Vernon Walters, nº2 da CIA. Por exemplo, Costa Gomes afirmou que, num almoço com Sá Carneiro, este lhe disse que o «intérprete do general Spínola (...) havia sido o general Walters», Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp.243-44. Esta versão foi confirmada por Herbert Okun na entrevista que nos concedeu. Entrevista a Herbert Okun, New York, 3.3.2006

A este respeito importa sublinhar que Richard Nixon foi obrigado a resignar ao cargo de Presidente dos Estados Unidos no início de Agosto de 1974, na sequência do «caso *Watergate*», tendo sido substituído por Gerald Ford. Ou seja, durante o encontro nos Açores o pensamento de Nixon estava seguramente dominado pelos assuntos internos norte-americanos, para além de que o seu poder era já muito residual. Como sintetizou João Hall Themido, que esteve presente nas Lajes, tratou-se de «um encontro inútil entre dois presidentes caídos em desgraça».<sup>117</sup>

## **7.Reagir timidamente às crises**

A tendência visível desde as reuniões na manutenção militar, ou seja, a emergência do Movimento das Forças Armadas como agente político determinante no processo revolucionário, acentuou-se durante o mês de Julho, altura em que se assistiu a mais dois importantes choques entre Spínola e os “capitães”: a “crise Palma Carlos” e a aprovação da Lei 7/74. Na sequência destas duas crises, o general foi obrigado a aceitar um “Governo do MFA” e a abdicar do seu projecto para a África portuguesa. Estes acontecimentos provocaram um sobressalto em Washington, ampliado pela eclosão simultânea do conflito de Chipre cujos desenvolvimentos se relacionavam, indirectamente, com o caso português. Consequentemente, o governo dos EUA esboçou uma primeira reacção, ainda que tímida, ao curso do processo político de Lisboa.

A primeira desta série de crises – a “crise Palma Carlos” – teve por base uma iniciativa de Spínola e seus apoiantes, com destaque para Sá Carneiro, destinada a anular a Comissão Coordenadora do MFA, ou, no mínimo, a reduzir o seu poder, através da proposta ao Conselho de Estado de várias alterações à Lei 3/74. Não restam hoje dúvidas de que o general foi o mentor deste plano e que o mesmo surgiu na sequência de outras movimentações de militares “spínolistas”, ou próximos dele, como Galvão de Melo que se encontrou a 1 de Julho com Richard Post para lhe comunicar que «ia abandonar em breve a Junta para fundar um partido político do centro destinado a promover a eleição de Spínola como Presidente da República permanente», acrescentando que tudo obedecia a uma estratégia de poder resultante «de uma decisão conjunta de três membros da Junta de Salvação Nacional: o próprio, Spínola e Costa

---

<sup>117</sup>João Hall Themido, *Dez Anos em Washington...*, ob. cit., pp.176-77

Gomes». Galvão de Melo revelou ainda que ele seria «o vice-presidente desta nova estrutura de poder».<sup>118</sup>

Na lógica destas intenções, Palma Carlos, sintonizado com o Presidente da República, apresentou a 5 de Julho ao Conselho de Estado uma proposta de profunda alteração da estrutura constitucional provisória com o reforço dos poderes do Primeiro-Ministro, a antecipação das eleições presidenciais para Outubro de 1974, a aprovação de uma Constituição Provisória por referendo popular (a realizar também em Outubro) e o adiamento das eleições legislativas para Novembro de 1976. A Constituição definitiva só entraria em vigor em meados de 1977.<sup>119</sup> Os objectivos primordiais deste projecto eram óbvios: o reforço do poder de Spínola, que passava a ser o único actor político eleito por sufrágio popular, e o esvaziamento do MFA e do seu programa, através da aprovação da Constituição Provisória.

Percebendo que era o principal visado deste plano, o MFA reagiu de imediato, convocando uma reunião da Comissão Coordenadora para Penha de França, durante a qual não só rejeitou as propostas de Palma Carlos, como, pela primeira vez, encetou discussões sobre a possível institucionalização do “Movimento”.<sup>120</sup>

A 8 de Julho, o Conselho de Estado reuniu-se para votar as propostas de alteração à Lei 3/74, sendo o resultado inequívoco: o reforço dos poderes do Primeiro-Ministro foi aprovado por unanimidade, mas as restantes propostas foram rejeitadas sem qualquer voto a favor.<sup>121</sup> Em consequência deste desfecho, Palma Carlos demitiu-se no dia seguinte e com ele saíram do Governo Sá Carneiro, Magalhães Mota, Firmino Miguel e Vasco Vieira de Almeida.

Deste modo, em menos de um mês, Spínola sofreu a segunda derrota significativa e não só não conseguiu fazer aprovar nenhum dos pontos essenciais para o reforço do seu poder como foi obrigado a ceder no processo de formação no novo executivo. Acto contínuo, na lógica deste “jogo de soma nula”, o MFA obteve uma importante vitória e acentuou a sua ascensão no processo político português, traduzida pela preponderância que adquiriu no II Governo Provisório. Também o PCP ganhou, ainda que parcial e indirectamente, com a promoção de Vasco Gonçalves no seio do verdadeiro poder político-militar.

---

<sup>118</sup>«Lisbon, 2782, July 13, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp) Sublinhe-se a referência ao envolvimento de Costa Gomes neste plano; porém compete referir que não foi possível encontrar nenhum registo adicional que confirme esta versão de Galvão de Melo

<sup>119</sup>Para mais detalhes, ver Freitas do Amaral, *O Antigo Regime...*, ob. cit., p.211

<sup>120</sup>Avelino Rodrigues, Cesário Borge, Mário Cardoso, *Portugal depois de Abril...*, ob. cit., p.42

<sup>121</sup>Freitas do Amaral, *O Antigo Regime...*, ob. cit., p.211

A “crise Palma Carlos” despertou o governo norte-americano para a existência da luta pelo poder em Portugal, mas não provocou desde logo uma reacção, havendo mesmo a preocupação de garantir que os EUA não se envolviam nos acontecimentos de Lisboa. No dia seguinte à demissão do Primeiro-Ministro ocorreu mais uma reunião de Kissinger com o seu *staff* do Departamento de Estado onde, entre outros assuntos, foram analisadas as consequências da crise portuguesa e o diálogo então havido foi revelador das intenções do Secretário de Estado:

«Mr. Hartman: - a situação portuguesa está também a tornar-se mais confusa. Alguns ministros demitiram-se, incluindo o Primeiro-Ministro. Parece que as coisas estão a transformar-se numa luta entre o próprio Spínola, que quer ter mais poder e dar mais poder aos ministros civis e “centristas” e os militares [do MFA] que o têm apoiado.

Kissinger: - A minha previsão tem sido sempre que só há dois desenvolvimentos possíveis. Ou os militares tomam conta do poder ou a esquerda fá-lo-á.

Mr. Hartman: - Há uma complicação adicional pois existem alguns elementos de esquerda no grupo militar.

Kissinger: - Nós estamos fora disso?

Mr. Hartman: - Tanto quanto sei.

Kissinger: - Bem, diz-lhes para ficarem fora disso. Sabemos o suficiente para ter uma perspectiva?

Mr. Hartman: - Penso que não sabemos.

Kissinger: - Bem, desde que estejamos fora disso. Pessoalmente, prefiro que um grupo centrista domine a situação. Mas não vejo que tipo de apoio poderá ter.

Mr. Hartman: - Claramente terá que ter o apoio dos militares.

Kissinger: - Aparentemente Soares continua no Governo.

Mr. Hartman: - Sim.

Kissinger: - Ele pertence a facção extremista?

Mr. Hartman: Não. Mas ele está aparentemente à espera do seu momento, pois penso que esta é mais uma luta entre os dois ministros comunistas, um dos quais é o ministro do Trabalho, e os centristas.<sup>122</sup>

Percebe-se através desta conversa que os dirigentes dos Estados Unidos começaram a tomar consciência do agravamento da situação em Portugal, mas não só revelavam desconhecimento dos pormenores do processo político – ao ponto de Henry

---

<sup>122</sup>«The Secretary’s Principals and Regionals Directors Staff Meeting», July 10, 1974, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 4

Kissinger perguntar se Mário Soares pertencia à facção extremista -, como a sua principal preocupação era a de o seu país não se envolver nessa luta interna, merecendo destaque a insistência do Secretário de Estado para ficarem «fora disso».

Mas passados apenas dez dias após esta reunião a crise portuguesa agravou-se ainda mais com um novo choque entre Spínola e o MFA, desta feita no âmbito do processo de formação do II Governo Provisório. As primeiras divergências surgiram logo em torno da escolha do novo Primeiro-Ministro com o general a apresentar vários nomes – Palma Carlos, Firmino Miguel, Fontes Pereira de Melo, Neves Cardoso e Almada Freire – todos vetados pelo “Movimento”; em simultâneo, o Presidente da República recusou Melo Antunes, proposto pela Comissão Coordenadora. No final, acabou por ser escolhido Vasco Gonçalves que, segundo a versão de Spínola, foi proposto por Rosa Coutinho com a bênção de Costa Gomes.<sup>123</sup> Também não foi pacífica a escolha dos restantes membros do novo executivo, tendo o general recusado vários nomes propostos pois, tal como o próprio escreveu mais tarde, se tivesse aprovado todos os nomes apresentados «ter-se-ia formado um Governo de cariz marcadamente comunista».<sup>124</sup>

A 18 de Julho, tomou posse o II Governo Provisório num clima marcadamente de conflito. Tratou-se, no essencial, de um executivo militar, dominado pelo MFA e com partidos políticos. Num total de dezassete ministros, oito eram militares que reforçaram assim consideravelmente o seu peso neste órgão de poder. Acresce que dos oito militares, cinco eram destacados dirigentes do MFA – Costa Brás, Costa Martins, Melo Antunes, Vítor Alves e Vasco Gonçalves -, pertencendo quatro à sua Comissão Coordenadora que ficou ainda com o cargo de Primeiro-Ministro. Quanto aos partidos

---

<sup>123</sup> Quanto à sugestão de Rosa Coutinho, Spínola escreveu: «(...)o Almirante Rosa Coutinho sugeriu discretamente a solução da crise com a nomeação do coronel Vasco Gonçalves para Primeiro-Ministro (...)». Já em relação à intervenção de Costa Gomes nesta escolha, escreveu: «O general Costa Gomes respondeu-me que mantinha de longa data relações pessoais com o coronel Vasco Gonçalves, que considerava um oficial muito inteligente e sensato e, no respeitante à sua formação política, assegurou-me firmemente não ser comunista e que responderia pela sua fidelidade à linha democrática do Programa do Movimento», António de Spínola, *País sem Rumo...*, ob. cit., pp.171-72. Costa Gomes nega esta versão na entrevista a Maria Manuela Cruzeiro onde afirmou: «[o convite a Vasco Gonçalves] partiu do general Spínola, depois de ter convidado o Firmino Miguel que impôs a condição de o Sá Carneiro e de o Vasco Vieira de Almeida (...) integrarem o Governo. O Vieira de Almeida não aceitou e o general Spínola convidou o Fontes Pereira de Melo que lhe disse redondamente não. Depois convidou o brigadeiro Freire (...). Finalmente, convidou o Vasco, que aceitou. Soube do facto através da rádio (...)», Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p.238. Refira-se a este respeito que a versão de Spínola parece a mais provável uma vez que, como veremos mais adiante, o próprio Costa Gomes afirmou posteriormente ao Embaixador dos EUA em Lisboa que tinha sido ele a recomendar Vasco Gonçalves, assegurando-lhe ainda que ele não era um comunista, «Lisbon, 4227, October 1, 1974, [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>124</sup> António de Spínola, *País sem Rumo...*, ob. cit., p.176

político, o PS manteve três ministros - Mário Soares, Salgado Zenha e Rui Vilar -, o PPD e o PCP ficaram com apenas uma pasta – Magalhães Mota e Álvaro Cunhal, como ministros sem pasta, respectivamente -, e o MDP/CDE saiu do Governo.

A evolução do processo político era evidente: Spínola voltou a perder, o MFA viu a sua posição ainda mais reforçada e a revolução virou à esquerda. Como sintetizou Josep Sánchez Cervelló: «Com o II Governo o fiel da balança do poder foi-se deslocando a favor do MFA, rompendo o equilíbrio de forças até então existente.»<sup>125</sup>

## Quadro 2

### II Governo Provisório

(17/7/74 – 30/9/74)

<b><i>Primeiro-Ministro</i></b>	<b><i>Ministro do Trabalho</i></b>
Vasco Gonçalves (Militar, MFA-CCP)	Costa Martins (Militar, MFA-CCP)
<b><i>Ministros sem Pasta</i></b>	<b><i>Ministro da Defesa Nacional</i></b>
Álvaro Cunhal (PCP)	Mário Firmino Miguel (militar)
Joaquim Magalhães Mota (PPD)	<b><i>Ministro da Comunicação Social</i></b>
Ernesto Melo Antunes (Militar, MFA-CCP)	Sanches Osório (militar)
Vítor Alves (Militar, MFA-CCP)	<b><i>Ministro do Equipamento Social e Ambiente</i></b>
<b><i>Ministro dos Negócios Estrangeiros</i></b>	José Augusto Fernandes (militar)
Mário Lopes Soares (PS)	<b><i>Ministro das Finanças</i></b>
<b><i>Ministro da Justiça</i></b>	José Silva Lopes (independente)
Francisco Salgado Zenha (PS)	<b><i>Ministro da Coordenação Interterritorial</i></b>
<b><i>Ministro da Economia</i></b>	António de Almeida Santos (independente)
Rui Vilar (PS)	<b><i>Ministro da Educação e Cultura</i></b>
<b><i>Ministro da Administração Interna</i></b>	Vitorino Magalhães Godinho (independente)
Costa Brás (Militar, MFA)	<b><i>Ministro dos Assuntos Sociais</i></b>
	Maria de Lurdes Pintassilgo (independente)

O discurso proferido pelo ainda Presidente da República no acto de posse do executivo foi sintomático da nova correlação de forças, bem como do ambiente de conflito prevalente, aproveitando o general a ocasião para fazer a sua primeira alusão à “maioria silenciosa”. Afirmou ele: «Não podemos consentir que à sombra da liberdade se instalem ditaduras (...). Não se fez uma revolução para que o poder apenas passasse de um extremo a outro à custa do Povo Português. E não tenhamos, a tal

<sup>125</sup>Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.201

respeito, qualquer ilusão. Ou a maioria silenciosa deste País acorda e toma a defesa da sua liberdade, ou o 25 de Abril terá perdido perante o mundo, a História e nós mesmos, o sentido da gesta heróica de um povo que se encontrou a si próprio. E com esse desengano se esfumam as nossas esperanças na democracia».<sup>126</sup>

Mais do que a própria queda de Palma Carlos, foi a nomeação de Vasco Gonçalves para o cargo de Primeiro-Ministro que sobressaltou o governo norte-americano pois tinha recebido informações de que ele era comunista. Isso mesmo ficou claro durante uma das habituais reuniões de Henry Kissinger com o seu *staff*, realizada logo após a posse do II Governo Provisório e onde um dos temas em destaque foi justamente o novo executivo português. No início do encontro, Wells Stabler, do Departamento de Assuntos Europeus, relatou que o MFA se tinha oposto, com sucesso, à nomeação de Firmino Miguel para a chefia do Governo, apesar deste ser o nome preferido por Spínola, e que havia imposto para o lugar Vasco Gonçalves. Nesta altura, Henry Kissinger interrompeu-o: - «um amigo meu recebeu um telefonema desesperado de Madrid dizendo que ele é um comunista». Stabler ainda se esforçou por tranquilizar o Secretário de Estado: - «bem, a informação que temos da Embaixada é que ele é considerado à esquerda do centro. Há quem afirme que ele é supostamente um comunista e marxista, mas a Embaixada diz que não tem uma clara evidência disso». Mas Kissinger não ficou convencido: - «Alguma vez dissemos a Spínola que não ficaríamos muito contentes com um Governo comunista? Falámos com Spínola? A resposta de Stabler era reveladora de que os EUA não tinham nesta fase muitos contactos com os portugueses: - «bem, Scott falou algumas vezes com Spínola. O Presidente também o fez nos Açores. Mas neste ponto particular dos comunistas, penso que se deixou claro ao representante português na NATO que não estamos satisfeitos com a inclusão de um comunista no executivo». Mas as garantias de Stuart Nash Scott já não eram muito credíveis para o cada vez mais céptico Secretário de Estado: - «A Embaixada percebe isso – qual é a nossa preferência – ou está a fazer Ciência Política lá?».<sup>127</sup>

Crescentemente preocupado com os acontecimentos em Portugal, o responsável pela política externa norte-americana decidiu chamar o Embaixador em Lisboa a Washington para consultas. De resto, esta decisão resultou em larga medida das cada

---

<sup>126</sup>António de Spínola, *Ao Serviço de Portugal...*, ob. cit., pp.120-21

<sup>127</sup>«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», sd, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 4

vez maiores divergências entre Kissinger e Scott, ampliadas justamente na sequência da constituição do II Governo Provisório. É que, ao contrário do Secretário de Estado, o diplomata não ficou alarmado com a viragem à esquerda em Portugal, como o prova o conteúdo do telegrama enviado para o Departamento de Estado no próprio dia da posse da equipa liderada por Vasco Gonçalves. Nele concluiu que o executivo ia «seguir com maior vigor o programa do MFA relativamente à democratização da vida política e social de Portugal» e que não havia «razões para acreditar que importantes interesses dos Estados Unidos viessem a estar em causa sob o regime de Spínola e Gonçalves».<sup>128</sup>

Na linha desta avaliação favorável, Scott defendeu que a melhor forma de combater o avanço dos comunistas em Portugal consistia no apoio dos EUA ao País, devendo este ser não só político, como económico. Segundo a síntese feita pelo próprio nas suas memórias: «se os Estados Unidos duvidavam da capacidade de Portugal lidar com os comunistas, deviam agir e ajudar – e o momento era agora e não depois das eleições. (...) se os Estados Unidos, o aliado mais poderoso de Portugal, deixassem que se soubesse que estavam a adiar apoio e ajuda a Portugal por temerem uma tomada do poder pelos comunistas, essa atitude podia muito bem transformar-se numa profecia infligida a si mesmo, causando exactamente o resultado que pretendia evitar».<sup>129</sup>

Esta perspectiva de apoio dos EUA à transição democrática portuguesa foi sustentada pelo Embaixador praticamente desde o momento do golpe de Estado militar; nesta conformidade, logo a 8 de Maio, Scott chegou mesmo ao ponto de propor a Kissinger que visitasse Portugal como forma de manifestar a sua solidariedade com o processo de mudança de regime. No telegrama enviado para Washington nesse dia escreveu: «Se os seus planos de viagem permitirem, após a conclusão da sua presente viagem ao Médio Oriente, sugiro que considere uma breve escala em Lisboa no seu regresso a Washington. Este gesto significará a nossa aprovação da implementação de extensas liberdades pelo novo regime portugueses e da sua adopção da forma de autodeterminação para a África portuguesa».<sup>130</sup> Todavia, a linha oficial do Departamento de Estado, com Henry Kissinger à cabeça, era justamente a oposta, facto que é paradigmaticamente comprovado pela resposta enviada de imediato para a Embaixada a esta proposta surpreendente: «tendo em consideração a continuação das incertezas em Lisboa sobre a formação do Governo Provisório, não recomendamos que o Secretário

---

<sup>128</sup> «Lisbon, 3030, July 18, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>129</sup> Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit., pp.20-21

<sup>130</sup> «Lisbon, 1825, May 8, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

de Estado visite Lisboa nesta ocasião. Se o Secretario de Estado visitar Lisboa antes de estar instalado um Governo Provisório, tal só pode aumentar as especulações de que nós estamos de alguma maneira envolvidos no processo. Se, de facto, o Governo Provisório for formado antes da visita do Secretário de Estado e incluir comunistas, então a visita será vista como um sinal de que nós não temos problemas com a inclusão de comunistas [no Governo]». <sup>131</sup>

Dado o agravamento da situação em Lisboa, bem como as crescentes divergências entre o responsável pela política externa dos Estados Unidos e o seu Embaixador em Lisboa, no próprio dia da tomada de posse do II Governo Provisório, Scott recebeu um telegrama convocando-o para consultas em Washington. O encontro com Kissinger ocorreu a 24 de Julho e o relato do seu conteúdo, fornecido pelo próprio diplomata, é revelador do pensamento prevalecente no Departamento de Estado: «[Kissinger] começou por me pedir a minha avaliação. Relatei-lhe os meus recentes encontros com três dos principais líderes portugueses e defendi que devíamos observar a actuação do novo governo antes de concluirmos que tinha havido uma forte viragem à esquerda. Ele não fez comentários directos, mas expôs demoradamente a sua preocupação com o problema da influência comunista em toda a bacia do Mediterrâneo. De modos diferentes, e em diversos graus, o problema era sério em Portugal, Espanha, França (...), Itália, e talvez Grécia (...). Ele sentia que a ascensão comunista ao poder em qualquer desses países poderia ter sérios efeitos em todos os outros. Ficou evidente que a sua profunda preocupação com Portugal não era baseada numa avaliação da força eleitoral dos comunistas, mas no facto de Portugal ser o único dos países enumerados que tinha incluído comunistas no Governo. Expliquei-lhe as razões dadas por Spínola e Soares, mas estas não o impressionaram muito. Instruiu-me para pedir uma audiência a Spínola e dizer-lhe que os Estados Unidos estavam muito preocupados com a influência comunista em Portugal e desaprovavam fortemente a presença de comunistas no conselho de ministros. Devia também dizer-lhe que, ao determinarem a sua acção futura, os Estados Unidos seriam bastante influenciados pela maneira como Portugal lidasse com esse problema». <sup>132</sup>

Neste importante relato, incluído nas suas memórias, Scott acrescentou ainda uma nota final curiosa e clarificadora do sentido último do recado de Kissinger às autoridades portuguesas; segundo o Embaixador, «tendo a visão mental de ser expulso

---

<sup>131</sup> «Outgoing Telegram, 94898, May 8, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>132</sup> Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit., pp.12-14

de Portugal por interferir nos seus assuntos internos», perguntou ao Secretário de Estado, «preto no branco», se o estava «a instruir para dizer ao presidente Spínola que tinha de despedir Álvaro Cunhal». <sup>133</sup>

Podemos então constatar que a preocupação primordial de Henry Kissinger era a presença do PCP no Governo português, ampliada com a nomeação de Vasco Gonçalves para Primeiro-Ministro, e que a sua inquietação não residia tanto na situação interna do País, mas no contexto mais vasto da Bacia do Mediterrâneo. Na sua perspectiva, o precedente português podia constituir uma ameaça para o resto da Europa do Sul; conseqüentemente, instruiu Scott para dizer a Spínola que a política dos EUA para a transição portuguesa dependia dos comunistas serem, ou não, afastados do executivo.

Importa sublinhar que as apreensões do Secretário de Estado foram ampliadas por uma causa exterior ao processo político português: a crise de Chipre. Na realidade, quatro dias antes do seu encontro com o Embaixador, eclodiu o conflito entre a Grécia e a Turquia que colocou o bloco americano perante um cenário estratégico crescentemente problemático no flanco sul da NATO, isto é no Mediterrâneo. Na zona oriental, com o conflito entre dois membros da organização de defesa do Ocidente e o início de um processo de mudança de regime em Atenas de resultado incerto. Na zona ocidental, com o aumento da influência do PCP em Portugal, com o problema do «Eurocomunismo» e a probabilidade de os partidos comunistas italiano e francês chegarem ao Governo e ainda com as incertezas quanto ao futuro de Espanha em vésperas de uma inevitável mudança política. Tudo somado, fazia temer pela perda do controlo da zona estratégica vital da bacia do Mediterrâneo, pondo em xeque a capacidade operacional da NATO. Como sintetizou correctamente o investigador Rainer Eisfeld: «o que levou o bloco EUA-Europa Ocidental a interessar-se pela evolução política portuguesa (...) foi a preocupação de estrategos políticos e militares por aquilo a que chamaram “o flanco sul da NATO a esboroar-se”. (...) A concentração naval soviética no Mediterrâneo e a pujança do partido comunista nesta região eram sentidas como duas lâminas de uma tesoura a fragmentar a coesão política da NATO e a pôr em perigo as suas comunicações militares. Parecendo o processo revolucionário em Portugal constituir uma ameaça a estes dois factores, rapidamente se viu atingido o

---

<sup>133</sup>*Ibidem*

limite para além do qual toda e qualquer alteração ao *statu quo* se tornava “tolerável” para a NATO». <sup>134</sup>

Certo é que, a partir de Julho de 1974, Portugal começou a preocupar o governo norte-americano, sobretudo pelas possíveis repercussões externas do seu processo político. Nesta conformidade, Washington esboçou uma reacção, ainda que tímida, decidindo enviar a Lisboa o general Vernon Walters, número dois da CIA, para uma missão de avaliação da situação no terreno.

Todavia, ainda antes da chegada de Walters ao País, ocorreram novos desenvolvimentos na luta interna pelo poder. Procurando tirar partido da sua vitória na “crise Palma Carlos”, a Comissão Coordenadora do MFA empenhou-se no reforço do seu poder militar e conseguiu impor a criação do Comando Operacional do Continente (COPCON) através do decreto-lei nº310/74, de 13 de Julho, sendo nomeado para comandante-adjunto Otelio Saraiva de Carvalho, graduado em brigadeiro, que assim iniciou o seu processo de ascensão político-militar, facto com importantes consequências num período posterior. <sup>135</sup>

Praticamente ao mesmo tempo, o “Movimento” intensificou a sua pressão sobre Spínola na questão da descolonização, contando para tal com o apoio de toda a esquerda político-partidária e com a acção do MFA na Guiné, Moçambique e Angola, conseguindo mesmo, no último território, forçar a demissão do Governador Silvino Silvério Marques. <sup>136</sup> Isolado e em perda, Spínola foi obrigado a ceder uma vez mais ao aceitar a promulgação de Lei 7/74, de 27 de Julho, que determinou «o reconhecimento por Portugal do direito à autodeterminação dos povos» e a «aceitação da independência

---

<sup>134</sup>Rainer Eisfeld, «Influências Externas sobre a Revolução Portuguesa: o Papel da Europa Ocidental», em Eduardo Sousa Ferreira e Walter C. Opello Jr., *Conflitos e Mudanças em Portugal: 1974-1984*, Lisboa, Teorema, 1985, p.83

<sup>135</sup>Importa sublinhar que esta versão não é consensual, havendo divergências sobre se o COPCON foi uma iniciativa do próprio Spínola ou uma imposição do MFA. Na lógica da evolução da balança de poderes do período defendemos aqui a segunda perspectiva, reforçada pelo testemunho de José Gomes Mota, um dos protagonistas directos dos acontecimentos: «Logo que a ofensiva militar de António de Spínola se revelou inequivocamente um perigo real para as actividades do Movimento, a Comissão Coordenadora reagiu, defendendo a ideia de que se tornava necessário criar um comando operacional unificado para o Continente, uma iniciativa de aparência puramente militar, mas que visava retirar a Spínola, em favor da Coordenadora, o controlo político-militar das unidades, desde que esse comando fosse atribuído a um oficial da inteira confiança do Movimento. (...) O Presidente da República, entendendo perfeitamente os objectivos da coordenadora, opôs-se frontalmente à criação desse comando unificado (...)», José Gomes Mota, *A Resistência, O Verão Quente de 1975*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1976, pp.74-75

<sup>136</sup>Silvino Silvério Marques foi afastado do cargo a 19 de Julho, sendo substituído por Rosa Coutinho, à época um oficial da confiança da Coordenadora do MFA e próximo do PCP

dos territórios ultramarinos» - era o fim do projecto federalista do general para a África portuguesa e a vitória da linha preconizada pelo MFA.<sup>137</sup>

Curiosamente, a Embaixada norte-americana fez uma avaliação bem distinta do significado da promulgação da Lei 7/74. Para Scott, quatro pontos eram claros: «a)Spínola abandonou a sua exigência de um referendo nas colónias; b)abandonou igualmente a ideia de uma confederação; c)Spínola aceita agora a independência como virtualmente o único resultado para os territórios ultramarinos; d)Spínola quer um cessar – fogo imediato». Para ele era igualmente inequívoco tratar-se de «uma cedência de Spínola por pressão do MFA». Porém, longe de considerar que o general foi de novo derrotado e, logo, enfraquecido, concluiu que «a popularidade de Spínola atingiu um novo máximo e o discurso [de reconhecimento do direito à independência] foi percebido como dando-lhe um lugar na história mundial *à la De Gaulle*».<sup>138</sup>

Foi justamente com o objectivo de obter uma avaliação mais pormenorizada desta situação portuguesa que Vernon Walters visitou Lisboa, a 19 de Agosto de 1974, a pedido de Kissinger. A sua missão consistia em conversar com os principais dirigentes portugueses, muito em especial com Costa Gomes com quem o director-adjunto da CIA tinha boas relações desde os tempos em que trabalharam juntos no comando da NATO em Norfolk, mas também com Spínola, Vasco Gonçalves e Mário Soares, a fim de obter o máximo de informações e perceber o que se passava no País.<sup>139</sup>

Sobre o conteúdo dos contactos de Walters em Portugal existem apenas alguns testemunhos, como o de Mário Soares, que na sua entrevista a Maria João Avillez revelou que falou ao general americano «da pressão dos comunistas» para controlarem o poder em Lisboa e pediu-lhe «compreensão e apoio político» dos Estados Unidos, sobretudo que «não auxiliassem aventuras, nem se pusessem primariamente contra a

---

<sup>137</sup>A Lei 7/74 foi publicada no Diário da República, a 28 de Julho, com apenas três artigos. Os dois primeiros determinavam justamente o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência dos territórios ultramarinos. Porém, Spínola conseguiu ainda introduzir um terceiro artigo determinando o seguinte: «compete ao Presidente da República, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, concluir os acordos relativos ao exercício do direito reconhecido nos artigos anteriores». Tratou-se de uma vitória de Pirro para o general pois, na realidade, a Lei 7/74 determinou o curso da descolonização e no sentido inverso ao por si preconizado. Para um desenvolvimento deste tema ver, em especial, António de Almeida Santos, *Quase Memórias, Do Colonialismo e da Descolonização*, 1º vol., Lisboa, Casa das Letras, 2006, pp.263-74

<sup>138</sup>«Lisbon, 3183, July 27, 1974»; «Lisbon, 3197, July 29, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>139</sup>Entrevista a Herbert Okun, New York, 3.3.2006. A respeito do relacionamento entre Costa Gomes e Vernon Walters, Herbert Okun afirmou ainda: «[Walters] falou com o Costa Gomes pois gostava muito dele. Á época, nos EUA, o Costa Gomes tinha reputação de “esquerdista”, mas o Walters curou-o disso». Refira-se que Okun era muito próximo de Walters tendo servido com ele no Brasil antes do 25 de Abril e, posteriormente, nas Nações Unidas

revolução» e «contivessem os ultras em Espanha e na África do Sul» de molde a evitar «intervenções armadas» nos territórios portugueses, «tanto metropolitanos como africanos».<sup>140</sup> Também Vítor Cunha Rego se encontrou com o director-adjunto da CIA e revelou o teor dessa conversa, merecendo destaque a ideia de que para o influente dirigente americano Costa Gomes era o actor-chave da transição portuguesa e a «figura que tinha mais hipóteses de persistir no poder com o apoio dos militares».<sup>141</sup>

No final desta missão, Walters elaborou um relatório para o governo dos EUA com a sua avaliação da situação em Portugal cujo teor é ainda desconhecido, havendo a este respeito indícios contraditórios. Por exemplo, a Embaixada portuguesa em Washington relatou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros um encontro entre o seu adido de defesa e o general Walters durante o qual o último se mostrou optimista com a situação em Lisboa pois, embora reconhecendo que «havia problemas económicos», os «aspectos político e social eram positivos» e «o Partido Comunista era pequeno, embora organizado».<sup>142</sup> Todavia, no sentido exactamente contrário vai o conteúdo do memorando elaborado por Henry Kissinger para o Presidente Ford, logo após os acontecimentos do 28 de Setembro, onde escreveu: «a situação é muito grave. (...) o general Walters, que regressou recentemente de uma visita a Portugal, concorda com a minha perspectiva».<sup>143</sup>

Certo é que no relatório final da sua missão a Portugal, o director-adjunto da CIA recomendou a mudança da equipa da Embaixada norte-americana em Lisboa, dizendo que «havia em Portugal um problema de primeira importância e uma Embaixada de segunda categoria»; acto contínuo recomendou a substituição de Stuart Nash Scott por Frank Carlucci.<sup>144</sup>

## **7.O 28 de Setembro e o fim do ciclo de «esperar para ver»**

Apesar do sobressalto provocado pela viragem à esquerda em Portugal e pela formação de um Governo liderado por um comunista, pelo menos na óptica de Washington, os EUA limitaram-se a adoptar uma reacção tímida, preferindo continuar a

---

<sup>140</sup>Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit., p.351

<sup>141</sup>Maria João Avillez, *Do Fundo da Revolução...*, ob. cit., pp.59-60

<sup>142</sup>Arquivo Histórico Diplomático (doravante referido por AHD), PEA, nº541, 27 de Agosto de 1974

<sup>143</sup>«Memorandum from Henry A. Kissinger to the Presidente», September 30, 1974, GFL, PCF, Caixa 10 Para tentar esclarecer o real conteúdo do relatório elaborado por Vernon Walters foi feito um pedido desclassificação do documento à CIA, ao abrigo do Freedom of Information Act (FOIA) que, porém, foi recusado

<sup>144</sup>Entrevista a Herbert Okun, New York, 3.3.2006

«esperam para ver» os desenvolvimentos do processo político português cujos contornos eram ainda muito incertos. Porém, a 28 de Setembro, o conflito entre Spínola e o MFA atingiu o clímax, obrigando a Administração norte-americana a operar uma primeira mudança na sua política para a transição democrática portuguesa.

Em rigor, a dinâmica conducente ao choque do 28 de Setembro iniciou-se ainda em Agosto, altura em que o Presidente da República, após ter perdido o controlo do processo de descolonização na Guiné-Bissau e Moçambique, tentou garantir para si a condução do caso angolano. Para isso, esforçou-se uma vez mais por alterar a correlação de forças, procurando reforçar o seu poder e enfraquecer a Comissão Coordenadora do MFA, quer novamente através da busca de apoios no seio das Forças Armadas, quer tentando granjear novos auxílios externos, como o de Mobutu com quem se encontrou na Ilha do Sal, a 15 de Setembro.

Deste modo, no início de Agosto, o general retomou as visitas às principais unidades militares do País, deslocando-se ao Regimento de Pára-quedistas de Tancos, aos Comandos da Amadora, ao COPCON e à Escola Prática de Infantaria de Mafra, subindo o tom dos seus discursos: «não é na demolição sistemática, não é na constante agressão ideológica, não é fomentando ódios, não é ofendendo gravemente as Forças Armadas e pondo em causa os princípios consagrados da ética militar que se constrói o futuro. Mas podeis ter confiança. O Chefe Supremo das Forças Armadas é o mesmo de sempre e não se desviará da sua ética militar, que é, afinal, a ética da Pátria. Não suportaremos que algum português duvide das intenções das Forças Armadas. Foram elas que se bateram no Ultramar e que fizeram o 25 de Abril; e continuarão hoje a defender a Pátria com a mesma determinação».<sup>145</sup>

Simultaneamente, os “spínolistas” elaboraram um abaixo-assinado contra a Comissão Coordenadora do MFA, que ficou conhecido por «Documento Hugo dos Santos-Engrácia Antunes», onde se defendia que o Programa do Movimento das Forças Armadas não estava «a ser respeitado», dado verificar-se: «a)A realização de reuniões clandestinas, entre as quais figura como particularmente grave a realizada na noite de 7 para 8 de Agosto, em que se puseram em causa a autoridade e os cargos desempenhados por altas patentes da vida nacional; b)A existência de uma Comissão Coordenadora, não prevista no Programa do Movimento das Forças Armadas e que por vezes tem funcionado como um grupo de pressão junto dos órgãos de soberania e dos

---

<sup>145</sup>Discurso de Spínola no Regimento de Pára-quedistas de Tancos, 2 de Agosto de 1974, em António de Spínola, *Ao Serviço de Portugal*, ob.cit., pp.155-56

ligados às Forças Armadas, e que arvorando-se em porta-voz do mesmo Movimento, vem vinculando o mesmo às suas próprias concepções; c) Que a mesma comissão é actualmente ilegítima, por não ser democraticamente representativa do Movimento das Forças Armadas (...). E, perante estas considerações, o texto exigia de forma inequívoca a «extinção da Comissão Coordenadora das Forças Armadas».<sup>146</sup> A iniciativa teve uma adesão expressiva, mas acabou por ser esvaziada pela acção de Costa Gomes que, após ter assinado o documento num momento inicial, recuou e enviou para todas as unidades militares uma circular «condenando a campanha de insinuações e boatos, dirigidas contra os militares que se distinguiram no 25 de Abril».<sup>147</sup>

Segundo Josep Sánchez Cervelló, por esta ocasião, Spínola tentou ainda executar um plano paralelo destinado a decapitar a direcção da Coordenadora do MFA, pedindo a Alpoim Calvão para eliminar Vasco Gonçalves e Melo Antunes. A este respeito, o historiador catalão escreveu: «Para acabar com o cerco a que lhe submetia o MFA, o general Spínola pensou decapitar a sua direcção por meio de acções terroristas. Com esse objectivo contactou o comandante Apoim Calvão que tinha sido chefe de Operações Especiais na Guiné quando Spínola era governador. Calvão diria: “Entrevistámo-nos na Parede (...). Fui encontrá-lo muito apreensivo. Disse-me que estava rodeado de traidores e pediu-me ajuda para eliminar dois membros da CC (Vasco Gonçalves e Melo Antunes), mas pouco tempo depois mandou-me suspender a operação, indicando que tudo se resumia a neutralizar Costa Gomes que era o verdadeiro traidor e quem manejava a CC».<sup>148</sup>

Finalmente, o Presidente da República procurou novamente garantir apoios externos, muito em especial com vista ao controlo do processo de descolonização de Angola, encontrando-se para tal com Mobutu, na Ilha do Sal, a 15 de Setembro. Tal como havia acontecido com Nixon, a conversa com o líder zairense realizou-se a sós, apenas se conhecendo acerca do seu conteúdo a versão de Spínola, segundo a qual obteve do seu homólogo a promessa de que «o Governo do Zaire não interviria no processo de descolonização de Angola, especialmente no enclave de Cabinda, e de que

---

<sup>146</sup>Cit em José Gomes Mota, *A Resistência...*, ob.cit., pp.28-29.

<sup>147</sup>Avelino Rodrigues, Cesário Borge, Mário Cardoso, *Portugal depois de Abril...*, ob.cit., p.49

<sup>148</sup>Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.205. Este relato é feito com base na entrevista concedida por Alpoim Calvão ao historiador catalão

seriam efectuadas diligências junto de Holden Roberto com vista a um próximo encontro e à imediata suspensão das acções armadas».<sup>149</sup>

A rápida reacção da Coordenadora do MFA junto das unidades militares e, sobretudo, a posição assumida por Costa Gomes no contexto do «Documento Hugo dos Santos-Engrácia Antunes» de apoio às posições do “Movimento”, impediram Spínola de garantir o reforço do seu poder seio das Forças Armadas. Consequentemente, o general procurou alterar a correlação de forças através da mobilização da «maioria silenciosa».

A 10 de Setembro, no discurso proferido na cerimónia oficial de reconhecimento da independência da Guiné, Spínola apelou pela segunda vez à «maioria silenciosa do povo português» que tinha de «despertar e de se defender activamente dos totalitarismos extremistas que se digladiam na sombra»; para ele, tinha «chegado o momento de o País acordar» e «de se assumirem e exigirem responsabilidades, saneando por igual o dirigente inepto ou corrupto, o funcionário venal, o trabalhador parasita e improdutivo e o político oportunista, autocrático ou demagogo».<sup>150</sup>

Nesse mesmo dia, dirigentes de vários partidos situados à direita do espectro político português reuniram-se em casa de Santos Machado, um dos líderes do plano “spinolista” conjuntamente com Galvão de Melo, e elegeram a comissão coordenadora da manifestação da «maioria silenciosa». Esta iniciativa surgiu na sequência da aproximação de Spínola aos grupos de extrema-direita, iniciada ainda em Julho, através de várias reuniões entre o general e os representantes do Movimento Federalista Português (MFP), do Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP), do Partido Liberal (PL) que, estimulados pela presidência de república, coligaram-se na Frente Democrática Unida (FDU) com o intuito de fornecer a Spínola um suporte partidário à sua estratégia de mobilização da «maioria silenciosa». Importa salientar que o PS, o PPD e o CDS, embora contactados, não aceitaram participar na manifestação,

---

<sup>149</sup> António de Spínola, *País sem Rumos...*, ob.cit., p.322. A este respeito escreveu Almeida Santos: «O encontro com Mobutu enquadrou-se numa política de “contactos com países vizinhos”. Utilizando os bons-ofícios do presidente do Grémio Literário, estabeleceu contactos com o Presidente da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny. Encontrou-se ainda, no aeroporto de Lisboa, com o Presidente do Senegal Leopold Senghor e, se não erro, ainda com o encarregado das relações internacionais da UNITA, de nome Sangumba. António de Almeida Santos, *Quase Memórias...*, ob.cit., p.303

<sup>150</sup> António de Spínola, *País sem Rumos...*, ob.cit., pp.179-80

deixando-a reduzida ao apoio de pequenos grupos radicais de direita sem real expressão popular.<sup>151</sup>

Na noite de 18 para 19 de Setembro iniciaram-se os preparativos para a manifestação, tendo sido afixados nas ruas de Lisboa cartazes alusivos à sua realização, apresentando-a como de apoio ao Presidente da República. Pouco tempo depois, os comunistas reagiram; durante a madrugada, brigadas do PCP e do MDP/CDE rasgaram os anúncios da «maioria silenciosa» e envolveram-se em confrontos com elementos do Partido do Progresso. E no comício realizado na Amadora, Álvaro Cunhal avisou: «Se a reacção aguça os dentes e se prepara para morder, é necessário partir-lhos antes que morda!».<sup>152</sup>

A partir de 26 de Setembro os acontecimentos precipitaram-se. Nesse dia, a comissão coordenadora da manifestação organizou dois eventos de apoio ao Presidente da República com o intuito de demonstrar a sua força e testar a sua capacidade mobilizadora: primeiro, o Concurso Internacional Hípico, durante o qual aclamou Spínola, entregou-lhe um cartaz da «maioria silenciosa» e ignorou Costa Gomes; segundo, a corrida de touros anual da Liga dos Combatentes, onde o general foi de novo vitorioso e Vasco Gonçalves apupado. Já de madrugada, após terem-se verificado confrontos com manifestantes da extrema-esquerda, a comissão organizadora emitiu um comunicado afirmando: «Estão definidos os dois campos. Realizou-se ontem o primeiro acto da nossa grande manifestação».<sup>153</sup>

Menos de 24 horas após estes episódios, Spínola convocou uma reunião da JSN, com a presença de Vasco Gonçalves, destinada a forçar a demissão do Primeiro-Ministro; em simultâneo, segundo alguns testemunhos, pretendeu garantir o apoio da Junta de Salvação Nacional à declaração do estado de sítio.<sup>154</sup> Porém, não conseguiu obter nenhum dos seus propósitos, tendo havido apenas acordo quanto à decisão de se fazer um comunicado ao País, redigido e lido por Vasco Gonçalves, onde se exigia o levantamento das barricadas erguidas à entrada de Lisboa com o intuito de impedir a realização da manifestação.<sup>155</sup> Logo em seguida, o Presidente da República reuniu-se

---

<sup>151</sup>Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução*, Lisboa, Afrontamento, 1997, p.142

<sup>152</sup>Avelino Rodrigues, Cesário Borge, Mário Cardoso, *Portugal Depois de Abril...*, ob.cit., p.86

<sup>153</sup>Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob.cit., p.148

<sup>154</sup>Avelino Rodrigues, Cesário Borge, Mário Cardoso, *Portugal depois de Abril...*, ob.cit., pp.88-89

<sup>155</sup>O comunicado referia que o Governo Provisório tinha conhecimento que estavam «montadas barricadas» em «diversos pontos do País e sobre os acessos a Lisboa» para «impedir o trânsito de veículos» que transportavam pessoas que se dirigiam a Lisboa «para tomarem parte na manifestação» e acrescentava que essas barricadas deviam ser «levantadas imediatamente», cit em Sanches Osório, *O Equívoco do 25 de Abril*, Lisboa, Intervenção, 1975, p.134

com o Conselho de Ministros a quem traçou um quadro catastrófico da situação do País, responsabilizando por isso o PCP, em especial Álvaro Cunhal, e o Primeiro-Ministro, insistindo na sua demissão; indo mais longe, tentou ainda obter garantias do executivo de que seriam tomadas as medidas necessárias para a realização efectiva da manifestação da «maioria silenciosa», deparando-se, porém, com a recusa da maioria dos ministros em aceder às suas exigências.

Na noite de 27 para 28 o PCP e a Intersindical mobilizaram os seus militantes para os principais pontos de acesso a Lisboa, barricando-os e impedindo assim a entrada na capital dos apoiantes da manifestação vindos do Norte e Centro do País. A este respeito confessou posteriormente Álvaro Cunhal: «Entretanto, toda essa gigantesca operação [do 28 de Setembro] foi derrotada, no próprio momento da sua acção final, por igualmente gigantesca mobilização das massas populares, tendo como principais e, muitos casos, únicos promotores, organizadores e dinamizadores o PCP e o movimento sindical unitário».<sup>156</sup> Esta acção foi em muitos casos desenvolvida conjuntamente com militares do COPCON que, desde o dia 21, tinha planeada para a noite anterior ao evento da «maioria silenciosa» uma grande “operação stop”, num círculo de 100 quilómetros à volta de Lisboa, com a alegada finalidade de apreender armas.<sup>157</sup>

Ainda nessa madrugada, reuniram-se em Belém todos os principais líderes militares – Presidente da República, Primeiro-Ministro, CEMGFA, ministro da Defesa e comandantes do COPCON, GNR e PSP. Vasco Gonçalves foi o principal alvo das pressões do “spinolistas” que tentaram forçar a sua demissão, uma vez mais sem sucesso.<sup>158</sup> Também em vão, os apoiantes do Presidente da República procuram retirar Otelo do COPCON mas, por pressão da Coordenadora do MFA, foram obrigados a recuar.

---

<sup>156</sup>Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, Lisboa, Avante!, 1999, p.154

<sup>157</sup>Otelo Saraiva de Carvalho, *Cinco Meses que Mudaram Portugal*, Lisboa, Portugália Editora, 1975, p.14. Otelo acrescentou a este respeito: «(...)o que as forças militares capturaram e levaram para os quartéis foi na base de caçadeiras, matracas, pistolas, armas brancas, etc., incluindo nestas punhais, facas de ponta-e-mola e catanas. Em números posso referir 636 caçadeiras, 88 pistolas, 240 matracas, e congéneres, 8400 cartuchos de munições diversas e umas 25 pistolas de alarme. Tudo, portanto, armamento menor»

<sup>158</sup>Vasco Gonçalves recusou demitir-se, afirmando: «Não estou aqui por mim, mas porque há uma coisa que é muito mais forte que todos vocês, que me escolheu e me propôs, que é o Movimento das Forças Armadas. Estou aqui apenas por decisão do Movimento, que em mim confia, e que não me demito de forma nenhuma», cit em Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso, *Portugal depois de Abril...*, ob.cit., pp.89-92.

Tudo somado, na véspera da manifestação da «maioria silenciosa», Spínola viu goradas todas as suas pretensões: foi impotente para desmontar as barricadas populares, teve de recuar na sua pretensão de afastar Otelo do COPCON, não conseguiu forçar a demissão de Vasco Gonçalves e viu-lhe negada a possibilidade de decretar o estado de sítio. Consequentemente, na manhã do dia 28, a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas passou à ofensiva e, após reunião com o Primeiro-Ministro e os ministros militares, elaborou um documento exigindo a «demissão imediata de Galvão de Melo, Jaime Silvério Marques, Diogo Neto, da JSN, e de Sanches Osório, do Governo Provisório» e a limitação da «actividade do Presidente da República à sua esfera de acção».<sup>159</sup>

O Presidente da República ainda tentou resistir, recusando-se a aceitar o “ultimato” do MFA e insistindo na demissão de Vasco Gonçalves; porém, perante a ameaça da Coordenadora de «pôr o 25 de Abril sobre rodas», ou seja, «preparar a entrada em acção das unidades, se tal fosse necessário», o general cedeu finalmente, desconvoando a manifestação através de um comunicado onde agradecia «a intenção de apoio da “maioria silenciosa”, mas declarava que «neste momento a manifestação não seria conveniente».<sup>160</sup>

Uma vez mais Spínola foi derrotado pelo MFA na luta pelo poder em Portugal e, forçado a ceder em toda a linha, demitiu-se. Antes, porém, ainda equacionou adoptar medidas extremas, como solicitar uma intervenção da NATO ou uma acção militar de Espanha, tendo chegado a procurar para o efeito o apoio da Embaixada dos EUA em Lisboa. Segundo o relato feito por Stuart Nash Scott para o Departamento de Estado, na madrugada de 28 de Setembro «um emissário do Presidente Spínola, Abel Pinheiro», telefonou para o seu «velho amigo» Embaixador do Brasil, general Carlos Alberto Fontoura, descrevendo-lhe a situação no Palácio de Belém como «muito confusa, com Spínola transtornado, Galvão de Melo violento (dando murros na mesa) e Costa Gomes, como sempre indeciso» e pedindo-lhe para «actuar como intermediário» junto de Richard Post para o «convencer a ir ao Palácio de Belém (presumivelmente pela sua amizade com Galvão de Melo)». Na sequência do contacto da chancelaria brasileira, Scott convocou para a sua residência um encontro com o intuito de decidir a actuação norte-americana, contudo, no início da reunião foi informado que Abel Pinheiro tinha telefonado uma segunda vez ao Embaixador do Brasil «cancelando o pedido para o

---

<sup>159</sup>*Ibidem*

<sup>160</sup>*Ibidem*

D.C.M norte-americano contactar Spínola»; Pinheiro disse ainda que o Presidente da República e parte do Conselho de Estado tinham estado reunidos a «considerar três alternativas para prevenir uma iminente tomada “legal” do Governo português pelos comunistas», sendo elas: «Spínola pedia asilo em Espanha e procurava obter o reconhecimento do Governo Provisório no exílio aí estabelecido; pedia-se à NATO que intervisse militarmente em Portugal; pedia-se a Espanha que intervisse militarmente em Portugal através da invocação do Pacto Ibérico que obrigava ambas as partes a assistir a outra para repelir uma agressão (sendo neste caso a agressão o fornecimento de armas soviéticas aos comunistas)». Por fim, cerca das 15 horas, «Pinheiro voltou a encontrar-se com o Embaixador brasileiro», contando-lhe que «Spínola tinha atingido agora um estágio de desespero, concluindo que não tinha outra escolha que não fosse demitir-se de Presidente».<sup>161</sup>

A 30 de Setembro, Spínola leu perante o Conselho de Estado, e com transmissão directa pela televisão, o seu discurso de demissão num tom especialmente dramático, o que não deixou de ser registado no exterior do País. Começando por referir a sua «mais funda preocupação» com «a crescente deterioração do clima social, económico e político» do país, acrescentou que tal se devia à «desvirtuação do ideário» do Movimento das Forças Armadas cujo programa estava a «evoluir no quadro de uma acção política tendente (...) à sua própria neutralização, em verdadeiro clima de inversão de uma moral cívica» à margem da qual era «impossível a prática da democracia e da liberdade». Na sua opinião, tal era desde logo visível na política ultramarina e no processo de descolonização, ambos «deturpados» com a «intenção deliberada de os substituir por medidas antidemocráticas e lesivas dos reais interesses das populações africanas»; mas também ao nível do processo político na metrópole onde o objectivo de «promover a harmonia entre todos os credos políticos» era impossível de alcançar dado que, por um lado, «os chefes declarados de alguns partidos políticos» apelavam «ao bom senso», e, por outro, «os respectivos grupos de acção» enveredavam «pela via da coação psicológica através dos grandes meios de informação, e até da violência» em «flagrante negação da liberdade e a pretexto da insinuação caluniosa logo lançada sobre os seus oponentes». Percebia-se nas entrelinhas destas palavras que Spínola, embora sem nunca o referir directamente, pretendia atribuir as culpas principalmente ao Partido Comunista pelo que dedicou a parte final do seu

---

<sup>161</sup>«Lisbon, 4185, September 29, 1974. [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

discurso ao reforço desta ideia, afirmando ter concluído «ser inviável a construção da democracia sobre o assalto sistemático aos alicerces das estruturas e instituições por grupos políticos cuja essência ideológica ofende o mais elementar conceito de liberdade».<sup>162</sup>

Os acontecimentos do 28 de Setembro significaram uma decisiva oscilação da balança de poderes a favor do MFA, em especial do seu sector mais à esquerda, que reforçou a condição de epicentro da nova ordem político-militar. Desde logo, com a saída de cena de Spínola e a sua substituição por Costa Gomes, o que significou o fim definitivo do projecto presidencialista-federalista para a Metrópole e para África. Depois, com o início do processo de institucionalização do Movimento das Forças Armadas através da criação do «Conselho dos Vinte» e da Assembleia do MFA. Também com a formação do III Governo Provisório no seio do qual o “Movimento” ganhou posições, quer através do reforço do poder de Vasco Gonçalves, quer no aumento do número de ministérios. Ainda ao nível da JSN, onde a esquerda militar passou pela primeira vez a constituir a maioria com o afastamento de Jaime Silvério Marques, Galvão de Melo e Diogo Neto. Finalmente, com a reestruturação do Conselho de Estado, que acompanhou o sentido da ocorrida na Junta.

Ao nível civil o PCP foi o grande vencedor. Sobretudo porque tinha a cobertura do sector agora preponderante no MFA, mas também devido à liderança demonstrada ao nível da mobilização popular por ocasião das barricadas erguidas nos acessos a Lisboa. Acto contínuo, Álvaro Cunhal percebeu que tinha a força necessária para avançar mais rapidamente na execução da sua estratégia de tomada de poder e decidiu fazê-lo a partir do seu VII Congresso Extraordinário, realizado a 20 de Outubro de 1974, durante o qual eliminou a expressão «ditadura do proletariado» do programa do partido e propôs uma «Plataforma de Emergência» assente em sete pontos que foram quase integralmente aplicados após o 11 de Março, como sejam: a liquidação do poder económico dos monopólios e dos latifundiários; a nacionalização de sectores-chave da economia; o saneamento do Estado; a reorganização das forças militarizadas e policiais; a descolonização, com o favorecimento MPLA em Angola; a limitação das eleições,

---

<sup>162</sup>António de Spínola, *Ao Serviço de Portugal*, ob.cit., pp.211-15

introduzindo a hipótese de MFA ter eleitos seus; a institucionalização do MFA e a “unicidade sindical”.<sup>163</sup>

Os acontecimentos do 28 de Setembro, a demissão de Spínola, o seu discurso «em tons sombrios» na televisão e o início da deriva à esquerda do processo político português provocaram a primeira reacção «rápida e forte» do governo norte-americano no contexto da transição portuguesa.<sup>164</sup>

De resto, Washington começou a receber desde cedo informações acerca dos eventos que conduziram ao choque do dia 28, muito devido à existência de uma relação próxima entre Richard Post e Galvão de Melo, um dos principais organizadores da «maioria silenciosa».<sup>165</sup> Alguns dias antes da data prevista para a realização da manifestação, o militar português almoçou com Scott na sua residência oficial e, segundo o testemunho do Embaixador, revelou com «espantosa franqueza» que era um «dos líderes da “maioria silenciosa”» e esperava reunir «500 mil manifestantes pró-Spínola».<sup>166</sup> Indo mais longe, Galvão de Melo, confessou os propósitos da iniciativa: «o regresso à fórmula original de Spínola para a descolonização (isto é, referendo com uma variedade de opções, incluindo independência, mas também federação com Portugal»; e acrescentou que o objectivo não era «alterar o acordo sobre a fórmula de descolonização de Moçambique, mas garantir a via referendária em Angola».<sup>167</sup> Ou seja, segundo revelou Galvão de Melo ao Embaixador norte-americano, a intenção primordial da manifestação da «maioria silenciosa» era garantir a prevalência do projecto de Spínola para Angola.<sup>168</sup>

No mesmo telegrama onde relatou para o Departamento de Estado a sua conversa com Galvão de Melo, Scott elaborou uma análise prévia das possíveis consequências da iniciativa da «maioria silenciosa» e a sua avaliação era pessimista. Para ele «a tentativa de levar a cabo uma grande manifestação pró-Spínola num

---

<sup>163</sup>José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico...*, ob. cit., p.98. Medeiros Ferreira sublinhou justamente a importância do VII Congresso Extraordinário do PCP ao nível da tática do partido referindo que esta «sofreu uma inflexão radical (...) no sentido de uma acção orientada para a tomada revolucionária do poder»

<sup>164</sup>Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit., p.17

<sup>165</sup>Nas suas memórias, Scott refere-se a Galvão de Melo como «um bom companheiro de caça à raposa» do D.C.M. da Embaixada, Richard Post. Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit., p.15

<sup>166</sup>*Ibidem*

<sup>167</sup>«Lisbon, 4064, September 20, 1974. [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>168</sup>A este respeito, refira-se que quatro dias antes do 28 de Setembro, o adido diplomático de Spínola, João Diogo Nunes Barata, almoçou com Stuart Nash Scott e disse-lhe que Spínola tinha «decidido ter um papel mais directo e agressivo no processo de descolonização em África»; acrescentou ainda que o «Presidente confiou em outras pessoas no caso da Guiné-Bissau e Moçambique e não ficou inteiramente satisfeito com o resultado» pelo que «Angola será um caso diferente». «Lisbon, 4099, September 24, 1974. [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

momento político sensível» podia ter «resultados infelizes» qualquer que fosse o seu grau de sucesso; um *flop* ia «reforçar o lado anti-Spínola» com o argumento de que «o apoio popular do Presidente era fraco»; já uma grande adesão podia «precipitar uma tentativa por parte das forças “spinolistas” de abolir a Comissão Coordenadora». E, em ambos os casos, «a polarização resultante» abria «a porta à perigosa possibilidade de um choque dentro das Forças Armadas» que podia «conduzir a uma ditadura de direita ou de esquerda e destruir as esperanças de nascimento de uma democracia em Portugal». <sup>169</sup>

Também os acontecimentos da noite de 27 para 28 de Setembro foram relatados pela Embaixada para Washington. Desde logo, os confrontos que ocorreram por ocasião da corrida de touros da Liga dos Combatentes, mas, mais importante de tudo, a existência de barricadas populares destinadas a bloquear as entradas em Lisboa, promovidas pelo PCP e MDP/CDE. Sobre este último dado, crucial para a reacção dos governantes norte-americanos, Scott escreveu que «o Movimento Democrático (MDP/CDE) pôs em marcha a sua ofensiva contra a manifestação de Sábado» através da «distribuição de prospectos» com apelos a «todos os activistas para “combaterem imediatamente contra a reacção” (...) e impedirem a manifestação “por todos os meios” de modo a impossibilitar a deslocação a Lisboa daqueles elementos que, consciente ou inconscientemente, serão usados pelos reaccionários». <sup>170</sup>

As notícias provenientes da Embaixada em Lisboa eram por si só pouco tranquilizantes, mas o governo dos EUA ficou ainda mais preocupado com o conteúdo das primeiras avaliações feitas pelos serviços secretos acerca das consequências do 28 de Setembro.

O primeiro desses relatórios foi elaborado pelo BIR no próprio dia da demissão de Spínola e alertava para a «viragem à esquerda» em Portugal, com «o poder real» a ser detido pelos «elementos “esquerdistas” do Movimento das Forças Armadas e pelo Primeiro-Ministro», os comunistas a demonstrarem ser «claramente a força civil melhor organizada e mais efectiva» e a fortalecerem os seus «laços com o MFA», e a política externa do país a sofrer um aumento das «probabilidades de mudança para um não-alinhamento». Mas, mais importante de tudo, o organismo de informações do Departamento de Estado considerava que se estava a «testemunhar um fenómeno sem

---

<sup>169</sup>«Lisbon, 4064, September 20, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>170</sup>«Lisbon, 4167, September 27, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

precedentes de umas Forças Armadas orientadas para a esquerda num País ocidental e membro da NATO». <sup>171</sup>

Nesse mesmo dia, a CIA elaborou a sua avaliação do 28 de Setembro em termos menos alarmantes, mas igualmente pessimistas. Para a Agência, o «poder real» estava «nas mãos do Movimento [das Forças Armadas]» e, se subsistiam «ainda muitas dúvidas acerca da sua composição e ideias», era certa a existência de uma «cooperação entre o Movimento e o Partido Comunista», sendo que os dois, juntos, tinham um «completo controlo do País». Sobre a orientação externa de Portugal, a análise da CIA era menos inquietante do que a do BIR pois se, por um lado, «o grupo de Gonçalves» não devia «identificar Portugal tão próximo dos Estados Unidos quanto o que acontecia com Spínola», por outro, estava «longe de ser claro que os líderes do MFA queriam adoptar uma postura neutralista». De resto, Costa Gomes surgia neste âmbito como uma garantia de que Lisboa ia «permanecer na NATO» e que estava interessada «em concluir um acordo com os Estados Unidos sobre a Base das Lajes nos Açores». <sup>172</sup>

Este documento elaborado pela CIA foi incluído num memorando de Henry Kissinger para o Presidente Ford no qual o Secretário de Estado adicionou um conjunto de comentários reveladores daquele que era já na altura o seu pensamento sobre a situação portuguesa. O responsável pela política externa norte-americana começou por criticar duramente a avaliação feita pela Agência, escrevendo que ela «falhava muito o alvo» e tendia a «minimizar a extensão da ameaça da esquerda», e acrescentou que «os acontecimentos do fim-de-semana em Portugal» pareciam «demonstrar claramente que a situação estava a mover-se inexoravelmente para uma direcção “esquerdista”, com os comunistas e os socialistas de esquerda numa posição de controlo». E concluiu de modo paradigmático: «considero que a situação é muito grave». <sup>173</sup>

Crescentemente pessimista, Kissinger reagiu de imediato. Assim, a 1 de Outubro, enviou um telegrama a Scott com as seguintes instruções: «Face à resignação de Spínola e ao rápido ritmo das mudanças políticas em Portugal, deve pedir rapidamente um encontro com o General Costa Gomes no qual deve informá-lo que: O governo dos Estados Unidos está a seguir com atenção os acontecimentos em Portugal; estávamos já preocupados com a presença de comunistas no Governo português e os novos relatos de uma rápida viragem à esquerda no Governo não são tranquilizadores;

---

<sup>171</sup> «Outgoing Telegram, 214840, September 20, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>172</sup> «Memorandum from Henry A. Kissinger to the Presidente», September 30, 1974, GFL, PCF, Caixa 10

<sup>173</sup> *Ibidem*

estamos muito interessados em ter a avaliação de Costa Gomes sobre os recentes eventos em Portugal, em particular no que diz respeito ao papel de Portugal na NATO». <sup>174</sup>

As preocupações do Secretário de Estado foram agravadas pela resposta dada pelo seu Embaixador em Lisboa às instruções recebidas neste telegrama. Ainda a 1 de Outubro, Scott encontrou-se com Costa Gomes e escreveu para Washington que o novo Presidente da República respondeu às advertências norte-americanas «de modo franco e satisfatório», repetiu a «afirmação do Governo português de fidelidade às obrigações internacionais e à NATO» e «negou veementemente a existência de uma forte influência comunista no País em geral, fora de Lisboa e do Alentejo», bem como «a presença de comunistas no Movimento das Forças Armadas, referindo-se especificamente ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves». <sup>175</sup> E o diplomata ficou convencido com as garantias de Costa Gomes pois, pouco tempo depois, escreveu para o Departamento de Estado a sua avaliação da situação em Portugal num tom optimista; para ele, «a mudança de regime em Portugal de 30 de Setembro, removendo muitos elementos do centro-direita do poder e dando um impulso à esquerda» era «causa de preocupação», contudo, podia «não ser uma viragem à esquerda tão dramática quanto muitos portugueses que prosperaram sob Salazar e Caetano pensavam» uma vez que Costa Gomes tinha «a flexibilidade que faltava a Spínola» e podia «ser capaz de transformar Portugal de um Governo por confrontação para um Governo por acomodação». <sup>176</sup>

A avaliação de Henry Kissinger não podia ser mais diferente da de Scott. Segundo ele, as barricadas populares organizadas pelo PCP eram uma repetição dos acontecimentos da revolução russa de 1917 e Portugal encontrava-se cada vez mais próximo de se tornar um País comunista; <sup>177</sup> para agravar, estava definitivamente convencido de que a sua Embaixada não tinha competência para lidar com o problema da ascensão do partido de Álvaro Cunhal no País.

---

<sup>174</sup> «Outgoing Telegram 03573, October 1, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>175</sup> «Lisbon, 4227, October 1, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp) Nas suas memórias, Scott acrescentou ainda que Costa Gomes lhe garantiu neste encontro que, segundo as suas previsões, nas eleições de Março de 1975 os comunistas não obteriam mais de 15% dos votos, Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit., p.18

<sup>176</sup> «Lisbon, 4325, October 8, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>177</sup> Esta ideia foi transmitida pelo próprio Kissinger a Costa Gomes e Mário Soares durante a visita dos dois dirigentes portugueses aos Estados Unidos em Outubro de 1974. Ver, a este respeito, o próximo capítulo

Assim, a 3 de Outubro, a Administração Ford decidiu suspender o programa de ajuda económica a Portugal que estava a ser preparado no contexto de uma visita de Spínola aos EUA, por ocasião da sua participação na Assembleia-Geral das Nações Unidas. De acordo com o testemunho de João Hall Themido, nesse dia o ministro das Finanças português foi recebido pelo Embaixador McCloskey e por Arthur Hartman que respondendo à sua insistência sobre o seguimento dado ao plano especial de apoio económico ao País disseram «textualmente que a ideia surgira antes das mudanças ocorridas em Lisboa e no contexto da visita de Spínola a Washington».<sup>178</sup>

E a 9 de Outubro, Kissinger decidiu enviar a Portugal uma equipa do Departamento de Estado para uma missão de *fact-finding*, chefiada pelo responsável da *desk* de Assuntos Ibéricos, Alan Lukens. Isso mesmo foi comunicado ao Embaixador em Lisboa num telegrama onde o Secretário de Estado escreveu que, «crescentemente preocupado com a direcção que situação portuguesa estava a tomar» e «pretendendo ter uma avaliação actualizada da situação política e económica», tinha decidido «enviar uma equipa a Lisboa com o propósito de fazer uma avaliação independente da situação».<sup>179</sup>

Cerca de uma semana depois, Scott recebeu um telefonema do Departamento de Estado para lhe «comunicar que ia ser substituído». Isto é, na sequência do 28 de Setembro, o governo norte-americano decidiu trocar o Embaixador Stuart Nash Scott, considerado um *soft-liner*, por Frank Carlucci, um *hard-liner* com vasta experiência em situações revolucionárias.<sup>180</sup>

---

<sup>178</sup>João Hall Themido, *Dez Anos em Washington...*, ob.cit., pp.193-94. Este dado é também confirmado por Costa Gomes, em entrevista a Alexandre Manuel, acrescentado ainda que os europeus ocidentais adoptaram uma atitude idêntica. Afirmou ele: «Os países ocidentais desencadearam (com maior ou menor violência) uma campanha agressiva e hostil contra o governo e, mercê, sobretudo do tétrico discurso do general Spínola, cancelaram todos os empréstimos e outros auxílios que estavam a ser negociados, tanto na Europa Ocidental como na América do Norte», Alexandre Manuel, *Costa Gomes, Sobre Portugal, Diálogos com Alexandre Manuel*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p.59

<sup>179</sup>«Outgoing Telegram 222672, October 9, 1974». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp) A história da chamada «missão Lukens» é apresentada de modo pormenorizado no próximo capítulo

<sup>180</sup>Stuar Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit., p.21. Apesar de Frank Carlucci só ter sido oficialmente nomeado Embaixador dos Estados Unidos em Portugal a 16 de Novembro, não restam dúvidas de que foi escolhido ainda em Outubro e na sequência dos acontecimentos do 28 de Setembro. Entrevista a Frank Carlucci, Washington, 26.10.2004; Entrevista a Herbert Okun, New York, 3.3.2006